

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS DE PALMEIRA DAS MISSÕES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS (PPGAGR)

Sinara Pizzi Martins

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA FAMILIAR:
UM ESTUDO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE PALMEIRA DAS
MISSÕES (RS)**

Palmeira das Missões, RS.
2020

Sinara Pizzi Martins

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA FAMILAR:
UM ESTUDO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE PALMEIRA DAS
MISSÕES/RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agronegócios, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), *Campus* de Palmeira das Missões, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Agronegócios**.

Orientador (a): Prof^ª Dr^ª. Rosani Marisa Spanevello

Palmeira das Missões, RS.
2020

Martins, Sinara Pizzi

Estratégias de Reprodução Socioeconômica Familiar: um estudo nos assentamentos rurais de Palmeira das Missões (RS) / Sinara Pizzi Martins.- 2020.

141 f.; 30 cm

Orientadora: Rosani Marisa Spanevello

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, Programa de Pós Graduação em Agronegócios, RS, 2020

1. Assentamentos Rurais 2. Meios de Vida 3. Desenvolvimento Rural 4. Tipologias I. Spanevello, Rosani Marisa II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

© 2020

Todos os direitos autorais reservados a Sinara Pizzi Martins. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: Linha Espinilho, s/n, Interior, São Pedro das Missões, CEP: 98323-000.

Fone: (55) 99690-2533. E-mail: sinarapizzimartins@gmail.com

Sinara Pizzi Martins

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA FAMILAR: UM ESTUDO
NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE PALMEIRA DAS MISSÕES/RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agronegócios, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), *Campus* de Palmeira das Missões, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Agronegócios**.

Aprovado em 04 de agosto de 2020:

**Rosani Marisa Spanevello, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)**

Alessandra Matte, Dra. (UTFPR)

Leticia Andrea Chechi, Dra. (UDESC)

Palmeira das Missões, RS.
2020

AGRADECIMENTOS

A efetivação desse estudo ocorreu pela contribuição, de uma forma ou de outra, de várias pessoas. Nesse sentido, agradeço a todos pela motivação, auxílio, compreensão e dedicação para que o mesmo fosse concluído, em primeiro lugar a Deus, pelo simples fato de eu existir, respirar e viver, e em especial:

- A minha orientadora Prof^ª. Dr^ª. Rosani Marisa Spanevello pelas orientações durante todo o decorrer do trabalho, pela atenção, dedicação e paciência em todos os momentos que recorri a ela;
- As famílias dos assentamentos rurais que participaram das entrevistas, pois sem elas a mesma não teria acontecido. Obrigada pela gentileza e atenção com a qual me receberam em suas casas!
- A minha família e ao meu marido por acreditarem em mim, me apoiar e me incentivar na minha caminhada;
- A minha amiga e colega Simone, que me acompanha desde o início da graduação, por ter me ajudado com as entrevistas, por sempre me auxiliar e acreditar em mim.
- A minha amiga e colega Adelita, que juntamente com a Simone, constituíram minha segunda família desde o início do mestrado. Agradeço muito por eu poder compartilhar um pouco de minha história com vocês!
- A minha turma de mestrado e a todos os docentes, que de uma maneira ou outra, me ajudaram a chegar até aqui.

RESUMO

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA FAMILIAR: UM ESTUDO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE PALMEIRA DAS MISSÕES (RS)

AUTORA: Sinara Pizzi Martins
ORIENTADORA: Rosani Marisa Spanevello

Esta dissertação envolve a temática de reprodução social e econômica das unidades familiares. Mais especificamente, procura analisar as estratégias de reprodução socioeconômica das famílias residentes em assentamentos rurais do município de Palmeira das Missões (RS). Os assentamentos são denominados de Assentamento Potreiro Bonito, Assentamento Terra Nova e Assentamento Antônio Joceli Correa (Nova Vida). A abordagem teórico-metodológica de estudo utiliza a abordagem de diversificação dos meios de vida (*livelihoods*) de Frank Ellis como ferramenta de desenvolvimento do estudo, bem como, para a análise dos dados obtidos. A pesquisa a campo envolveu 33 famílias residentes nos assentamentos citados no período de janeiro a março de 2020, por meio de entrevistas realizadas pela própria pesquisadora. A metodologia de análise de dados consistiu na estatística descritiva, na análise de conteúdo e na análise de *clusters*. Nesse sentido, foram identificados os principais ativos, atividades e estratégias de reprodução socioeconômica empregadas pelas famílias assentadas. Além disso, procurou-se construir tipologias de famílias de acordo com as estratégias por elas empregadas. A escolha dos assentamentos rurais como contexto empírico de pesquisa se deu pela continuidade do estudo iniciado na graduação e por interesse pessoal. Os resultados demonstraram que as famílias assentadas utilizam inúmeras estratégias de reprodução socioeconômica familiar, em que estão estratégias de produção (diversificação de atividades produtivas, acesso a créditos financeiros, troca de serviços agrícolas e investimento na produtividade do solo), estratégias de renda e de trabalho (diversificação de fontes de renda e pluriatividade), estratégias de parceria agrícola, estratégias de autoconsumo familiar e estratégias de acesso aos mercados institucionais (PNAE). Essas estratégias são baseadas, sobretudo, no contexto local, nas necessidades imediatas da família, nas instabilidades de mercado e, principalmente, nos ativos sociais, humanos, físicos, naturais e financeiros disponíveis às famílias. Além disso, foi possível identificar quatro tipologias diferentes em relação às estratégias empregadas, divididas em famílias pluriativas (que possuem rendimentos agrícolas e não agrícolas), famílias agrícolas (mas pouco tecnificadas), famílias pecuaristas (intensiva na pecuária leiteira) e famílias que produzem somente para o autoconsumo familiar (são aquelas em que os proprietários já são aposentados, não possuem filhos morando na propriedade e gostam de morar no meio rural, fazendo de seu lote um local de moradia).

Palavras-chave: Assentamentos Rurais. Meios de Vida. Desenvolvimento Rural. Tipologias.

ABSTRACT

STRATEGIES FOR FAMILY SOCIOECONOMIC REPRODUCTION : A STUDY IN RURAL SETTLEMENTS IN PALMEIRA DAS MISSÕES (RS)

AUTHOR: Sinara Pizzi Martins
ADVISOR: Rosani Marisa Spanevello

This dissertation involves the theme of social and economic reproduction of family units. More specifically, it seeks to analyze the socioeconomic reproduction strategies of families living in rural settlements in the municipality of Palmeira das Missões (RS). The settlements are called the Potreiro Bonito Settlement, the Terra Nova Settlement and the Antônio Joceli Correa Settlement (Nova Vida). The theoretical-methodological study approach uses Frank Ellis' livelihoods diversification approach as a study development tool, as well as for the analysis of the data obtained. The field research involved 33 families residing in the cited settlements from January to March 2020, through interviews conducted by the researcher herself. The data analysis methodology consisted of descriptive statistics, content analysis and cluster analysis. In this sense, the main assets, activities and socioeconomic reproduction strategies employed by the settled families were identified. In addition, we sought to build typologies of families according to the strategies they employed. The choice of rural settlements as an empirical research context was due to the continuity of the study initiated at graduation and personal interest. The results showed that the settled families use innumerable strategies of family socioeconomic reproduction, in which are production strategies (diversification of productive activities, access to financial credits, exchange of agricultural services and investment in soil productivity), income and work strategies (diversification of income sources and pluriactivity), agricultural partnership strategies, family self-consumption strategies and strategies for access to institutional markets (PNAE). These strategies are based, above all, on the local context, on the immediate needs of the family, on market instabilities and, mainly, on the social, human, physical, natural and financial assets available to families. In addition, it was possible to identify four different typologies in relation to the strategies employed, divided into pluriactive families (who have agricultural and non-agricultural income), agricultural families (but little technical), livestock families (intensive in dairy farming) and families that produce only for family self-consumption (those where the owners are already retired, have no children living on the property and like to live in the countryside, making their lot a place to live).

Keywords: Rural Settlements. Livelihoods. Rural Development. Typologies.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de famílias que possuem e que não possuem sucessores – 2020	53
Gráfico 2 – Composição das famílias entrevistadas por número de integrantes – 2020.....	54
Gráfico 3 – Divisão da mão de obra familiar nas famílias entrevistadas – 2020	55
Gráfico 4 – Nível de escolaridade dos filhos (as) que compõem as famílias – 2020.....	57
Gráfico 5 – Percepção das famílias em relação aos serviços de saúde nos assentamentos - 2020	58
Gráfico 6 – Tempo de propriedade das famílias – 2020.....	61
Gráfico 7 – Quantidade total de terras dos lotes das famílias, em hectares – 2020	66
Gráfico 8 – Percepção das famílias em relação ao tamanho da área de sua propriedade – 2020	67
Gráfico 9 – Quantidade de APP nas propriedades das famílias, em hectares – 2020.	67
Gráfico 10 – Percepção das famílias sobre a qualidade da moradia em que residem – 2020 ..	69
Gráfico 11 – Condições de acesso (estradas) às propriedades das famílias – 2020	70
Gráfico 12 – Máquinas e equipamentos agrícolas das famílias – 2020.....	71
Gráfico 14 – Percepção das famílias em relação à renda agrícola cobrir todos os custos da propriedade – 2020	74
Gráfico 13 – Principais créditos e recursos financeiros acessados pelas famílias – 2020.....	75
Gráfico 15 – Nível de participação das famílias em organizações – 2020.....	78
Gráfico 16 – Possibilidade de acesso à assistência técnica pelas famílias – 2020	82
Gráfico 17 – Intensidade do desenvolvimento da agricultura na produção de grãos pelas famílias – 2020	85
Gráfico 18 – Principais culturas cultivadas pelas famílias – 2020	86
Gráfico 19 – Utilização de práticas produtivas e mecanismos de correção de solo – 2020...	101
Gráfico 20 – Dendrograma de representação das ramificações formadas pela análise de <i>clusters</i> no SPSS – 2020	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos ativos de cada capital que compõe os meios de vida.....	33
Quadro 2 – Síntese das características dos assentamentos – 2018.....	43
Quadro 3 – Capitais e variáveis (ativos) utilizadas para construção da entrevista aplicada as unidades familiares	44
Quadro 4 – Características do <i>Cluster 1</i> – 2020.....	117
Quadro 5 – Características do <i>Cluster 2</i> – 2020.....	118
Quadro 6 – Características do <i>Cluster 3</i> – 2020.....	118
Quadro 7 – Características do <i>Cluster 4</i> – 2020.....	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estrutura Fundiária de Palmeira das Missões – 2017.....	40
Tabela 2 – Principais produtos das lavouras temporárias em Palmeira das Missões – 2017 ...	41
Tabela 3 – Exemplo de cinco observações com quatro variáveis binárias.....	49
Tabela 4 – Nível de escolaridade dos proprietários – 2020.....	56
Tabela 5 – Decisões da família em relação à gestão da propriedade – 2020	59
Tabela 6 – Quantidade de área em hectares dos lotes das propriedades familiares – 2020	65
Tabela 7 – Principais finalidades dos créditos acessados pelas famílias – 2020.....	76
Tabela 9 – Atividades desenvolvidas fora da propriedade (FP) e não agrícolas (NA) existentes entre as famílias – 2020	92
Tabela 10 – Combinação de atividades desenvolvidas pelas famílias – 2020	96
Tabela 11 – Classificação das rendas das famílias – 2020	103

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Os capitais que compõem os meios de vida.....	30
Figura 2 – Fases da análise de conteúdo.....	47
Figura 3 – Síntese dos procedimentos metodológicos de pesquisa.....	51
Figura 4 – Área coletiva dos assentamentos – 2020.....	83
Figura 5 – Cultura da soja nos assentamentos – 2020.....	85
Figura 6 – Pecuária leiteira nas famílias assentadas – 2020.....	88
Figura 7 – Estratégias de reprodução socioeconômica das famílias – 2020.....	94
Figura 8 – Síntese das estratégias produtivas dos assentamentos rurais – 2020.....	102
Figura 9 – Estratégias de renda e de trabalho utilizadas pelas famílias – 2020.....	102
Figura 10 – Produção para o autoconsumo nos assentamentos rurais – 2020.....	110
Figura 11 – Produção da família que participa do PNAE – 2020.....	113
Figura 12 – Síntese dos <i>clusters</i> identificados – 2020.....	120

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 Objetivo Geral	16
1.2.2 Objetivos Específicos	16
1.3 JUSTIFICATIVA	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA FAMILIAR	19
2.2 DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR	24
2.2.1 Diversificação dos meios de vida (<i>livelihoods</i>)	26
2.2.2 Os capitais que compõem os meios de vida	29
2.2.2.1 <i>Capital Natural</i>	31
2.2.2.2 <i>Capital Físico</i>	31
2.2.2.3 <i>Capital Financeiro</i>	32
2.2.2.4 <i>Capital Humano</i>	32
2.2.2.5 <i>Capital Social</i>	33
2.3 ESPAÇOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: ASSENTAMENTOS RURAIS	34
3 MATERIAIS E MÉTODOS DE PESQUISA	37
3.1 TIPO DE PESQUISA	37
3.2 UNIDADE DE ANÁLISE E LOCAL DE PESQUISA	38
3.2.1 Caracterização socioeconômica e produtiva do município de Palmeira das Missões (RS)	38
3.2.1.1 <i>Assentamentos do município</i>	41
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	44
3.4 MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS	45
3.4.1 Análise de Conteúdo	46
3.4.2 Análise Multivariada	48
3.4.2.1 <i>Análise de Clusters: utilização de variáveis binárias</i>	48
3.5 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	50
4 OS ATIVOS E ATIVIDADES QUE CARACTERIZAM AS FAMÍLIAS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE PALMEIRA DAS MISSÕES (RS)	52
4.1 CAPITAL HUMANO	52
4.2 CAPITAL NATURAL	64
4.3 CAPITAL FÍSICO	68
4.4 CAPITAL FINANCEIRO	72

4.5 CAPITAL SOCIAL.....	77
4.6 ATIVIDADES PRODUTIVAS E ECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS ..	84
5 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA FAMILIAR NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE PALMEIRA DAS MISSÕES (RS)	94
5.1 ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO	95
5.2 ESTRATÉGIAS DE RENDA E DE TRABALHO	102
5.3 ESTRATÉGIA DE PARCERIA AGRÍCOLA.....	105
5.4 ESTRATÉGIA DE AUTOCONSUMO FAMILIAR.....	107
5.5 ESTRATÉGIA DE ACESSO AOS MERCADOS INSTITUCIONAIS.....	111
6 TIPOLOGIAS CONSTRUÍDAS COM BASE NAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA UTILIZADAS PELAS FAMÍLIAS	116
7 CONCLUSÃO.....	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127
APÊNDICE	137

1 INTRODUÇÃO

Avanços significativos na literatura brasileira, principalmente a partir dos anos de 1980, têm contribuído com um conjunto de definições e teorias de forma a compreender as mudanças e os processos sociais na agricultura. Entre esses avanços está o reconhecimento da diversidade da agricultura familiar como uma categorial social, econômica e política, que envolve “pequenos proprietários de terra que trabalham mediante o uso da força de trabalho dos membros de suas famílias, produzindo tanto para seu autoconsumo como para a comercialização e vivendo em pequenas comunidades ou povoados rurais” (SCHNEIDER; CASSOL, 2014, p. 228).

Esse reconhecimento foi alavancado pela Constituição Federal de 1988, incentivado pelo processo de redemocratização que ocorreu no final dos anos de 1980 (MEDEIROS, 2003). Assim, os modelos de desenvolvimento vistos a partir desse período, formulados tanto por ideologias no ajuste estrutural, como também nas propostas de transição revolucionária, abriram espaço para a inserção socioeconômica da agricultura familiar, em que “adquiriu centralidade política tanto para organizações internacionais como para movimentos sociais, sindicatos, cooperativas, partidos políticos, programas e políticas públicas” (SCHNEIDER; CASSOL, 2014, p. 230).

Além disso, o termo “agricultura familiar” atribui-se como um novo conceito de análise tanto no campo político como acadêmico, pois passou a designar uma diversidade de grupos e unidades familiares como pequenos proprietários rurais, assentados, arrendatários, agricultores integrados, entre outros (SCHNEIDER, 2004; 2010). Diversidade essa, que é fortemente encontrada no cenário brasileiro, assinalada pelas distintas estratégias de produção, de racionalidade, de técnicas produtivas e de gestão (RODRIGUES, 2013). Essas estratégias são utilizadas por agricultores, que compõem desde o campesinato tradicional até as pequenas produções modernizadas e que se diferem nos aspectos culturais, sociais e econômicos (RODRIGUES, 2013; SOUZA et al., 2019).

Dessa forma, vários estudos no meio acadêmico têm pautado para essas discussões, tanto em âmbito nacional, como internacional, repercutindo a diversidade da agricultura familiar em diferentes contextos empíricos e estratégias de reprodução familiar. No caso brasileiro, alguns desses estudos são apresentados por Abramovay (1992; 1998), Niederle e Grisa (2008), Schneider e Niederle (2010), Camargo e Oliveira (2012), Mattei (2014), Lutke et al. (2016), Zarnott, Flech e Neumann (2016), Ferron (2019), entre outros. Já com relação aos estudos internacionais estão os de Friedman (1978), Bernstein (1988), Ploeg (1990; 1994;

2006, 2016), Ellis (1998; 2000), Vanclay et al. (2006), Craviotti e Palacios (2013) e de Domenico e Miller (2012), entre outros.

Entretanto, com exceção dos trabalhos de Lutke et al. (2016), Zarnott, Flech e Neumann (2016) e Ferron (2019), são poucos os estudos desenvolvidos no meio acadêmico brasileiro que se dedicam a caracterizar ou a analisar, exclusivamente, a dinâmica dos assentamentos rurais e as estratégias de reprodução socioeconômica dos agricultores que residem nesses espaços, também caracterizados pela luta e pelo reconhecimento da agricultura familiar. Portanto, questões que busquem compreender a estruturação dessas famílias nesse contexto e as distintas estratégias de reprodução familiar utilizadas por esses agricultores merecem ser compreendidas.

Esta dissertação tem a finalidade de contribuir com essas discussões, buscando analisar como as estratégias de reprodução socioeconômica são construídas por agricultores residentes em assentamentos rurais no município de Palmeira das Missões (RS), local caracterizado como importante polo de cultivo de monoculturas, como a soja. Atualmente, há três assentamentos reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no município, denominados: Assentamento Potreiro Bonito (criado em 1984), Assentamento Terra Nova e Assentamento Antônio Joceli Correia, esse último também denominado como Nova Vida (ambos criados entre os anos de 2000 e 2001). Totalizando aproximadamente 39 famílias assentadas nos três assentamentos.

Mais do que uma simples caracterização, procura-se analisar as diferentes formas de reprodução socioeconômica dos agricultores assentados utilizando como embasamento teórico-metodológico a Diversificação dos Meios de Vida (*livelihoods*) de Frank Ellis. Essa abordagem procura compreender o desenvolvimento das unidades familiares com base nas estratégias de sobrevivência empregadas por elas e que garantem sua reprodução socioeconômica no meio rural (ELLIS, 2000).

Além disso, utiliza como elementos de análise o capital natural (que envolvem ativos como a água, a terra, matas, etc.), social (bem-estar social, reciprocidade, valores, cultura, etc.), físico (infraestrutura, máquinas, imóveis, etc.), humano (educação, saúde, conhecimentos, trabalho doméstico disponível, etc.) e financeiro (créditos de financiamento e custeio, empréstimos, gado, soja estocada no armazém, etc.). Os ativos de cada capital são determinantes na construção dos meios de vida e, conseqüentemente, das estratégias de reprodução socioeconômica. Assim, pretende-se analisar por meio da mobilização de ativos (presentes ou não), como cada unidade familiar assentada constrói suas estratégias de reprodução socioeconômica no tempo e no espaço em que estão inseridas.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Quais estratégias de reprodução socioeconômica estão sendo mobilizadas pelos agricultores familiares residentes nos assentamentos rurais do município de Palmeira das Missões (RS)? Quais são os ativos disponíveis e como esses são utilizados pelas famílias? Existem padrões de utilização de ativos e de construção de estratégias de reprodução socioeconômica que permitem diferenciar as famílias por meio de tipologias?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos apresentados para esta dissertação compreendem o objetivo geral e os objetivos específicos:

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender as estratégias de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares residentes nos assentamentos rurais do município de Palmeira das Missões (RS).

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os ativos disponíveis e as atividades realizadas nas propriedades das famílias de agricultores assentados no município;
- Analisar as principais estratégias de reprodução socioeconômica a partir dos ativos utilizados pelas famílias;
- Investigar a existência de tipologias com base nas estratégias de reprodução socioeconômica empregadas pelas famílias das famílias.

1.3 JUSTIFICATIVA

Esta dissertação tem como ponto de partida a continuidade de estudos que se iniciaram com meu Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Ciências Econômicas no primeiro semestre de 2018, cujo objetivo foi caracterizar os agricultores familiares que são beneficiados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária no município e o uso de políticas

públicas por esse grupo, especialmente, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Entre os resultados encontrados, que permitiram responder a problemática do estudo naquele momento, também foi possível identificar significativa diversidade de atividades desenvolvidas por esses agricultores que vão além das atividades agropecuárias. Foi possível observar o desenvolvimento de diferentes atividades e de fontes de renda entre os agricultores estudados, como funcionário público, pedreiros, empregado rural, empregada doméstica, aposentadorias, entre outros (MARTINS, 2018). Assim, a renda das famílias é resultado de uma combinação de rendas de origem distintas, sejam elas agrícolas ou não agrícolas.

Além disso, foi possível perceber por meio do estudo que muitas das famílias que ganharam os lotes no início da construção dos assentamentos acabaram vendendo-os mais tarde ou arrendando e indo embora. Assim, questiona-se sobre o porquê essas famílias acabaram saindo, já que lutaram pelo direito ao acesso à terra. Será que os incentivos do Estado foram suficientes para que essas famílias permanecessem? Quais eram suas condições iniciais? Tinham o acesso à terra, mas e quanto aos outros ativos (humanos, sociais, financeiros, físicos e naturais)? Será que a falta de alguns desses ativos acabou por inviabilizar com que esses agricultores permaneçam, ou seja, sua reprodução socioeconômica?

Por outro lado, algumas das famílias ainda permanecem nos assentamentos desde a sua criação. Assim, o que as motivou a continuar? Quais são suas principais estratégias de reprodução socioeconômica? Quais ativos permitem com que essas famílias permaneçam? Essas questões são importantes na medida em que buscam compreender como as famílias rurais fazem para garantir sua reprodução socioeconômica no meio rural, que tipo de ativos é essencial para que a reprodução familiar aconteça e os efeitos que a ausência de alguns deles pode gerar (no caso, a possível saída das famílias do assentamento).

Nesse sentido, essa dissertação teve a finalidade de retomar essas discussões em uma nova pesquisa a campo com esses agricultores de maneira a compreender e analisar como as estratégias de reprodução socioeconômica são criadas e os ativos mobilizados por esses agricultores na construção das mesmas. Além disso, o interesse nessa pesquisa está relacionado aos poucos estudos que discutem e analisam estratégias de reprodução socioeconômica dos agricultores no âmbito de assentamentos rurais. Espaços com grande presença no estado do Rio Grande do Sul e que abrigavam, até o ano de 2017, um conjunto de mais de 12 mil famílias assentadas (INCRA, 2017).

Salienta-se também um interesse pessoal, por minha família residir há mais de 30 anos em um desses assentamentos (Potreiro Bonito). Contudo, ressalto que minha postura como pesquisadora será de afastamento, de modo a analisar a realidade dos assentamentos. Por outro lado, estar inserida nesse meio facilitará a realização da pesquisa, oferecendo uma condição particular de ter elementos detalhados para a realização das análises.

Portanto, com importância significativa no meio acadêmico, este trabalho espera contribuir para as discussões da agricultura familiar e de compreensão das configurações do “novo rural” dinâmico e heterogêneo, resultado de uma gama de estratégias de reprodução socioeconômica familiar. Além disso, utiliza-se de uma importante abordagem dos estudos sociais, a diversificação dos meios de vida proposta por Ellis, de maneira a analisar as diferentes estratégias e alternativas que os agricultores utilizam para continuar no campo e se organizar social e economicamente. Os resultados dessa pesquisa podem colaborar com a promoção de políticas e programas voltados aos agricultores e suas dificuldades, auxiliando-os na sua permanência no meio rural, na medida em que compreendendo a forma como conduzem seus processos, formas de suporte mais direcionadas podem ser aportadas.

Assim, a dissertação está organizada em cinco capítulos, a contar com a presente introdução. O segundo capítulo apresenta o referencial teórico e bibliográfico que discute sobre os conceitos e abordagens que norteiam o problema e objetivos da pesquisa, bem como, são aportes para a discussão e análise dos dados. O terceiro capítulo envolve os procedimentos metodológicos de pesquisa, ou seja, aborda as principais ferramentas e processos utilizados para a realização do estudo, de maneira a encontrar soluções e respostas ao problema e objetivos de pesquisa. O quarto capítulo envolve os principais resultados encontrados pela pesquisa, bem como, a análise e discussão dos mesmos. Cada subseção do quarto capítulo corresponde a um objetivo específico contemplado no estudo. E, por fim, o último capítulo envolve as conclusões do estudo, em que procura sintetizar como cada objetivo específico foi alcançado e os principais limites encontrados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem a finalidade de apresentar o referencial teórico que envolve os principais conceitos e definições que norteiam o problema e os objetivos desta dissertação. O primeiro item trata das discussões em torno das estratégias de reprodução socioeconômica da agricultura familiar. O segundo item apresenta breve discussão sobre a diversidade da agricultura familiar condicionada, na maioria das vezes, pelas diferentes lógicas reprodutivas das famílias no meio rural. Além disso, o segundo item também apresenta as contribuições teórico-metodológicas da abordagem de diversificação dos meios de vida (*livelihoods*) de Frank Ellis, utilizada como ferramenta para identificar, analisar e compreender as diferentes estratégias de reprodução socioeconômica e as atividades desenvolvidas pelas famílias. Por fim, o último item do capítulo apresenta breve discussão em torno dos assentamentos rurais.

2.1 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA FAMILIAR

A reprodução socioeconômica da agricultura familiar tem sido um dos temas com repercussão em inúmeras discussões no meio acadêmico. Diante disso, a finalidade deste item é destacar os principais conceitos e delimitações em torno dessa temática, principalmente, quanto às estratégias de reprodução socioeconômica mobilizadas pelos agricultores e suas famílias. Assim, são discutidas as estratégias enquanto ações e práticas que permitem com que a reprodução familiar aconteça.

A reprodução socioeconômica discutida nessa dissertação é caracterizada como uma reprodução de curto prazo, ou seja, tendem a suprir as necessidades imediatas da família (trabalho, renda e consumo). Segundo Almeida (1986, p. 67), a reprodução em curto prazo ou cotidiana¹ reflete em “como a unidade familiar se reproduz no ciclo anual, combinando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender ao consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício do processo”. Desse modo, a reprodução em curto prazo compreende aspectos relacionados aos meios de produção necessários, a organização do trabalho familiar e as suas relações sociais com outros indivíduos (comunidade, vizinhos, mercado...).

¹ Para fins de esclarecimento, o autor divide a reprodução da agricultura familiar em reprodução de curto prazo (cotidiana) e a de longo prazo (geracional, ou seja, relacionada à sucessão familiar e as questões de parentesco, dadas por meio da herança e casamento). No caso desse estudo, será discutida somente a reprodução de curto prazo (ALMEIDA, 1986).

Entende-se assim, que a reprodução econômica da unidade familiar caracteriza-se pelas atividades de geração de renda e de consumo. Nesse processo, considera-se a forma em que a terra, os recursos naturais e os equipamentos são utilizados, como se divide o trabalho entre os membros da família, como ocorre o emprego de recursos financeiros e humanos, entre outros. Já com relação à reprodução social, essa é entendida pelas relações sociais que são estabelecidas entre a família e o contexto a sua volta (vizinhos, parentes, comunidade...), assim como, as relações entre seus membros, conhecimentos e experiências adquiridas ao longo do tempo.

Os aspectos acima mencionados representam alguns de tantos outros que envolvem a reprodução da agricultura familiar no meio rural. Segundo Schneider (2003), ao discutir questões sobre a agricultura familiar em situações pluriativas como estratégia de reprodução social e econômica das famílias rurais, destaca que a reprodução socioeconômica, cultural e simbólica das unidades familiares é resultado da interação da família e seus integrantes com o ambiente e o espaço onde estão inseridos. Nesse processo de interação, ressalta que tanto a família como seus integrantes devem levar em consideração “o bem-estar e o progresso de sua unidade de trabalho e moradia e as possibilidades materiais de alcançar determinados objetivos” (SCHNEIDER, 2003, p. 114).

Além disso, o autor coloca que, para que essa interação com o meio aconteça de forma significativa e positiva a reprodução socioeconômica familiar, cabe tanto a família como a seus integrantes um papel ativo, pois são as suas decisões, estratégias e ações que irão mediar se os resultados serão bons ou ruins, a continuidade e a reprodução do grupo familiar (SCHNEIDER, 2003). Portanto, a reprodução socioeconômica familiar não é um ato isolado, e sim, é resultado de um conjunto de estratégias mediadas pelas relações e interações sociais, econômicas e culturais tanto da família como de seus membros com o contexto onde estão inseridos.

As estratégias são definidas pelas ações, decisões e escolhas tomadas pelos agricultores de forma racional, em que cada indivíduo pertencente à família tem a necessidade de garantir sua própria reprodução e, ao mesmo tempo, a do grupo familiar (SCHNEIDER, 2003). Uma parcela dessa racionalidade está associada à realidade presente, mas também pode estar interligada com realidades passadas e transmitidas culturalmente (SCHNEIDER, 2003). Assim, a reprodução familiar difere-se conforme as relações que são estabelecidas com o meio e devem ser analisadas de forma específica de acordo com o contexto empírico estudado e o espaço de tempo em que ocorrem.

Tedesco (2001), ao refletir sobre a integração e adaptação dos agricultores familiares a agricultura moderna, observa que os mesmos utilizam diferentes tipos de estratégias como modo de enfrentar os desafios que lhes são impostos. Para o autor “[...] o agricultor adota estratégias e aciona formas de racionalidade possíveis, enfrenta os desafios com as condições objetivas e os instrumentos que lhe são possíveis e ao seu alcance” (TEDESCO, 2001, p. 13). Deste modo, as estratégias de reprodução familiar são construídas de acordo com os recursos disponíveis ao agricultor, utilizadas como alternativa do mesmo de se adaptar as novas situações presentes no meio rural, tais como as mudanças climáticas, a adaptação de novas culturas, o desenvolvimento de atividades pluriativas, entre outros.

Para Bebbington, Rojas e Hinojosa (2002, p. 21), ao estudar os meios de subsistência no contexto do Andes, mais especificamente nos países da Bolívia e do Peru, enfatizam em sua estrutura conceitual que as estratégias de meios de subsistência, aqui entendidas como de reprodução socioeconômica familiar, são definidas pela combinação sinérgica de ativos disponíveis às famílias rurais como os ativos humanos (conhecimentos, habilidades, saúde...), os ativos sociais (relações com outras pessoas, lazer...), os ativos produzidos (físicos – infraestrutura, tecnologia, gado... – e financeiros – dinheiro, ativos físicos de fácil conversão em dinheiro, poupanças...), os ativos naturais (terra, água, floresta...) e os ativos culturais (símbolos e recursos relacionados à cultura). A partir desses ativos que são construídas as estratégias de subsistência ou de reprodução familiar.

Nesse sentido, os autores ressaltam três aspectos essenciais à construção das estratégias de subsistência pelo agricultor ou pela família, onde as mesmas devem: apresentar consistência com o conjunto de ativos controlados no momento, refletir tanto as aspirações do agricultor ou da família em longo prazo como as necessidades imediatas e ser viáveis de acordo com as circunstâncias do ambiente em que estas serão executadas (BEBBINGTON; ROJAS; HINOJOSA, 2002). Assim, as estratégias construídas pelos agricultores refletem tanto os ativos disponíveis e de que estes possuem acesso quanto às condições sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais do contexto.

De acordo com os autores, nas famílias que possuem acesso maior a terra (ativo natural) e um mercado agrícola favorável (ativo produzido), existe uma grande possibilidade de que as estratégias construídas por estas sejam baseadas na agricultura (BEBBINGTON; ROJAS; HINOJOSA, 2002). Em casos contrários, onde as famílias possuem pouca terra produtiva (ativo natural) ou apresentam habilidades (ativo humano) com outras atividades não agrícolas ou até mesmo relações sociais (ativo social) que incentivem seu acesso a nichos de mercados, talvez seja possível que essas, ou parte de seus integrantes, desenvolvam atividades

não agrícolas ou produzam produtos voltados a estes mercados diferenciados (BEBBINGTON; ROJAS; HINOJOSA, 2002).

Ploeg (2003), ao estudar a realidade da agricultura Holandesa, reconhece que as estratégias de reprodução socioeconômica são determinadas ou construídas pelos agricultores com base em suas diversas lógicas reprodutivas. Segundo o autor, as lógicas reprodutivas são definidas pelo que o mesmo designa de “*calculus*”, ou seja, expressa a interpretação que o agricultor ou a família tem da realidade empírica ao qual está inserida (PLOEG, 2003). Desta forma, as ações estratégicas são construídas pelo agricultor ou pelo grupo familiar a partir da leitura que esses realizam da realidade e das decisões tomadas a partir dela, de maneira a garantir sua reprodução, seja em curto (imediatas) ou em longo prazo (sucessão familiar).

Ao olhar para estudos realizados em contextos brasileiros, a construção e a definição de estratégias de reprodução familiar não são tão diferentes. Para Alves (2004), ao estudar a dinâmica agrária do município de Ortigueira (PR) e as estratégias de reprodução dos agricultores familiares das comunidades de Vila Rica e Pinhalzinho, corrobora que as estratégias de reprodução são ações desenvolvidas pelas unidades familiares ligadas, tanto ao seu modo de vida, como das relações de sociabilidade construídas no lugar e no seu cotidiano. Assim, o estudo de estratégias de reprodução socioeconômica da agricultura familiar torna-se dinâmico e multidisciplinar, pelas características próprias e distintas de cada unidade familiar, das relações sociais estabelecidas e do contexto local analisado.

Essa diversidade de estratégias de reprodução socioeconômica da agricultura familiar é ressaltada por Sant’Ana (2003) ao estudar os agricultores familiares da Mesorregião de São José do Rio Preto (SP). Segundo o autor “a diversidade de cada contexto, de cada região e das estratégias adotadas por esses produtores que utilizam basicamente o trabalho familiar, continua a ser um desafio instigante para os pesquisadores [...]” (SANT’ANA, 2003, p. 31). Desse modo, a diversidade reflete as diversas estratégias criadas pelos agricultores, tais como a tecnificação, a integração à agroindústrias, a diversificação da produção, a pluriatividade, o envolvimento com mercados diferenciados, entre outros (SANT’ANA, 2003, p. 31).

Spanevello (2008), ao estudar os agricultores familiares dos municípios gaúchos de Pinhal Grande e Dona Francisca, destaca que a reprodução familiar tem como ênfase a continuidade ou a permanência da família no meio rural e envolve a produção de bens materiais e a organização do trabalho familiar. Aponta a sucessão familiar como uma das estratégias de reprodução social da família (reprodução de longo prazo), assim como observa questões econômicas, produtivas e sociais melhores no grupo de agricultores que possuem sucessores quando comparados aos que não possuem.

As estratégias de reprodução socioeconômica familiar também são observadas no contexto dos assentamentos rurais, espaços caracterizados pela luta e resistência da agricultura familiar. Zarnott, Flech e Neumann (2016), ao estudar as estratégias de reprodução social e os estilos de agricultura desenvolvidos no assentamento Conquista da Esperança, no município de Tupanciretã – RS, observam uma diversidade de estratégias utilizadas pelos agricultores assentados, como a pecuária leiteira e de corte, o cultivo de soja, a pluriatividade, a horticultura, a suinocultura, a produção para o autoconsumo, entre outros.

Destacam em seu estudo que a combinação das atividades de produção de leiteira, soja e atividades não agrícolas é uma das estratégias mais utilizada pelos agricultores assentados, dentre os treze sistemas produtivos identificados pelos autores no assentamento (ZARNOTT; FLECH; NEUMANN, 2016). Além disso, os autores ressaltam que as estratégias de reprodução são construídas de acordo com a disponibilidade de mão de obra das unidades familiares, dos recursos financeiros, da volatilidade de preços pagos ao produtor por sua produção, assim como, de políticas de fomento à produção e a comercialização.

Lutke et al. (2016), ao estudar os processos de diferenciação social e econômica produzidos pela mercantilização nos assentamentos rurais do município de Santana do Livramento – RS, também enfatizam a diversidade de estratégias utilizadas pelos agricultores da região. Entre essas atividades estão o desenvolvimento da pecuária leiteira, o cultivo da soja, a produção para o autoconsumo familiar, as atividades não agrícolas, entre outras, sendo que essa última assume papel significativo na reprodução socioeconômica das famílias assentadas.

Contudo, os autores observaram em seu estudo a carência de mão de obra nos assentamentos que, na maioria das vezes, é suprida pelo uso de tecnologias mecanizadas e o crescimento da utilização de insumos químicos (LUTKE et al., 2016). Por outro lado, parte das famílias assentadas utiliza outras estratégias para suprir essa dificuldade, como a troca de serviços entre vizinhos, que de acordo com os autores também valoriza as relações de sociabilidade entre as unidades familiares (LUTKE et al., 2016). Assim, as unidades familiares buscam diferentes alternativas de permanência e resistência no meio rural de acordo com os recursos e ferramentas disponíveis e que possuem acesso, essas características definem as distintas estratégias de reprodução socioeconômica familiar.

Outro estudo realizado no contexto dos assentamentos rurais de Santana do Livramento – RS é o desenvolvido por Ferron (2019). A principal finalidade desse estudo consistiu na análise das estratégias de reprodução social dos agricultores assentados em três assentamentos do município – São Joaquim, Nova Madureira e Ibicuí, onde, das 120 famílias

assentadas, 11 fizeram parte da pesquisa em um estudo de caso. Segundo Ferron (2019, p. 141), os agricultores assentados “adotam racional e conscientemente várias estratégias de reprodução social, a exemplo da diversificação, tanto da produção agrícola, como das fontes de renda”. Entre as principais estratégias desenvolvidas estão a produção de leite e o cultivo de grãos como a soja.

Além disso, o autor destaca que as estratégias são construídas não em relação ao assentamento em que cada família vive – pois não se percebe diferença entre as estratégias adotadas entre os três assentamentos –, mas sim em relação ao modo de vida das mesmas, os conhecimentos individuais, as expectativas futuras, a composição da família, os recursos disponíveis, entre outros (FERRON, 2019). Observa que as atividades de pluriatividade, por exemplo, são realizadas tanto pelo assentamento mais recente quanto pelo mais antigo, não havendo distinção entre os anos de existência de cada assentamento (FERRON, 2019). Assim, a reprodução das unidades familiares é garantida, além das atividades produtivas, também pelas características asseguradas pelo espaço rural, como as relações sociais e culturais, a vivência e as experiências, o modo de vida das famílias, entre outros.

Portanto, a reprodução socioeconômica familiar é resultado de um conjunto de ações e estratégias construídas ao longo do tempo e no espaço, determinadas pelas necessidades tanto internas como externas, da família e de seus integrantes, em um determinado momento, como também, pela trajetória construída e acumulada por esses indivíduos. Além disso, existe uma diversidade de estratégias construídas na agricultura, condicionadas por diferentes contextos empíricos e pelas distintas formas com que os agricultores acessam os ativos, essenciais na construção de suas estratégias de reprodução.

Assim, o próximo item introduz alguns conceitos da diversidade da agricultura familiar como resultado das diferentes estratégias de reprodução utilizadas pelos agricultores. Além disso, emprega a abordagem de diversificação dos meios de vida de Frank Ellis como ferramenta teórico-metodológica de compreensão e estudo das estratégias de reprodução socioeconômica dos agricultores no meio rural, como base nos ativos acessados e disponíveis aos mesmos.

2.2 DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

A diversidade que caracteriza a agricultura familiar é observada desde os estudos de Lamarche (1993) e Abramovay (1998). Para os autores a unidade produtiva é compreendida como uma unidade familiar quando a propriedade, gestão e trabalho estão estritamente ligados

à família. Contudo, os autores ressaltam para a diversidade socioeconômica existente entre os agricultores que apresentam diferentes capacidades de gestão e de organização dos meios de produção disponíveis (LAMARCHE, 1993; ABRAMOVAY, 1998).

Segundo Schneider (2010), ao refletir sobre a temática da diversidade na agricultura familiar, remete a forma como os indivíduos e grupos sociais se organizam e mobilizam diferentes tipos de recursos. Segundo o autor, abordar a diversidade da agricultura, principalmente, da agricultura familiar, é um processo analítico complexo quanto mais heterogêneo forem às formas de produção e organização das unidades familiares (CONTERATO; SCHNEIDER; WAQUIL, 2010). Assim, “a diversidade é entendida como uma condição que se realiza segundo diferentes formas de renda, atividades, ocupações, sistemas de produção, estrutura fundiária, entre outras” (SCHNEIDER, 2010, p. 89).

Nesse viés, a diversidade observada na agricultura tem sido determinada como o “*modus operandi* da produção e das formas sociais de trabalho” (SCHNEIDER, 2010, p. 88). No Brasil, a diversidade e a heterogeneidade das formas familiares na agricultura podem ser observadas de maneira mais objetiva, pois “é possível encontrar uma diversidade muito grande de agricultores familiares, muitos deles obedecendo a denominações locais e regionais como a de colono, sitiante, posseiro, morador, ribeirinho, entre outras” (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 36).

Segundo Niederle e Grisa (2008), a diversidade da agricultura familiar é observada, inclusive, onde a lógica produtiva local é fortemente associada aos mercados de commodities agrícolas. Esse aspecto se mostra contrário à noção de homogeneidade na agricultura, resultado dos processos de modernização ocorridos a partir dos anos de 1960 (NIEDERLE; GRISA, 2008). Assim, para os autores a diversidade é uma característica fundamental que determina o mundo rural contemporâneo, ao qual reflete a articulação de diferentes formas familiares e suas estratégias de reprodução social, econômica e cultural.

Portanto, mensurar e analisar toda essa diversidade de formas familiares existentes no meio rural exige contribuições teórico-metodológicas complexas que permitem, não somente representar as realidades empíricas, mas também, compreender como os agricultores mobilizam diferentes estratégias de reprodução socioeconômica de organização e de gestão da propriedade rural. Assim, essa dissertação enfatiza a abordagem de diversificação dos meios de vida como forma de compreender e representar a realidade dos agricultores familiares assentados no município de Palmeira das Missões/RS.

2.2.1 Diversificação dos meios de vida (*livelihoods*)

A abordagem de diversificação dos meios de vida (*livelihoods*) proposta por Frank Ellis expandiu-se no meio acadêmico, visando compreender os processos sociais que ocorrem no meio rural e que condicionam o seu desenvolvimento. Segundo o autor, esse desenvolvimento é associado às estratégias de sobrevivência familiares (*household strategies*) que geram efeitos positivos na melhoria das condições de vida das pessoas pela garantia de sua reprodução socioeconômica, que na maioria das vezes se encontram no próprio contexto ou local onde residem (ELLIS, 2000).

O reconhecimento acadêmico e político-institucional dessa abordagem teve como âncora as mudanças teórico-metodológicas que ocorreram no campo das ciências sociais, principalmente, em meados dos anos de 1990, dos quais estavam à emergência de perspectivas mais voltadas aos atores sociais (NIEDERLE; GRISA, 2008). Além disso, outro marco importante para o seu reconhecimento foi o crescimento das discussões da perspectiva de desenvolvimento associada à expansão das liberdades desenvolvida por Amartya Sen, incorporada por instituições internacionais de desenvolvimento, principalmente, com temas voltados à “pobreza, fome e desenvolvimento humano” (NIEDERLE; GRISA, 2008, p. 47).

Essas abordagens, embora de forma equívoca, apresentam discussões similares quando associadas às questões “dos ativos e capacidades dos atores sociais” (NIEDERLE; GRISA, 2008, p. 47). Segundo Siteo (2011, p. 52), a abordagem das capacidades de Sen associa-se a abordagem dos meios de vida pelo fato que também reconhece “a importância do que as pessoas podem fazer, ao invés das coisas que podem comprar com a renda”. Assim, o bem-estar das pessoas será mediado quando estas possuem “um portfólio de opções de vida e a liberdade de escolher dentre essas opções o que elas valorizam para as suas vidas” (SITEO, 2011, p. 52).

Contudo, diferentemente da abordagem desenvolvida por Sen, que analisa o indivíduo em particular, a abordagem dos meios de vida – foco dessa dissertação – considera a família ou o grupo doméstico (*household*) como unidade de análise na determinação das estratégias de sobrevivência (ELLIS, 1998; SITEO, 2011). A escolha da unidade familiar como unidade de análise é justificada pelo fato que por meio dela é possível identificar além de relações de produção, também as relações de parentesco e de racionalidade conjunta (ELLIS, 2000). Além disso, é possível observar o peso exercido pelas normas e valores familiares sobre as ações e condutas adotadas pela mesma e pelos seus membros (NIEDERLE; GRISA, 2008).

Segundo Schneider (2003, p. 115), a família é definida “como um grupo social que compartilha o mesmo espaço (não necessariamente uma habitação) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra para o cultivo agrícola”. A família é constituída de membros que possuem tanto laços de filiação, como de adoção, bem como é onde são discutidas e organizadas as práticas produtivas, social e moral de seus membros (SCHNEIDER, 2003). Assim, é no âmbito da família e de seus referenciais que se constroem as estratégias individuais ou coletivas com a finalidade de garantir a reprodução socioeconômica da mesma.

A diversificação dos meios de vida ao estudar a unidade familiar reflete o conjunto ou a combinação de um leque de ações, escolhas, iniciativas e estratégias (SCHNEIDER, 2003). Esses aspectos somados aos processos e relações sociais construídos, tanto pela família como por seus integrantes, são fundamentais para que a reprodução social, econômica e cultural da família seja garantida (SCHNEIDER, 2003). Segundo Ellis (1998, p. 1), essa abordagem “é definida como o processo pelo qual as famílias rurais constroem um portfólio diversificado de atividades e capacidades de apoio social para sobreviver e melhorar seus padrões de vida”. A partir desse portfólio que são definidas as estratégias de reprodução socioeconômica da unidade familiar, que além dos ativos que estas possuem, envolvem também as relações sociais que são estabelecidas, o acesso e direito a estes recursos, bem como, o contexto local onde estão inseridas, entre outros (ELLIS, 2000; 1998; BEBBINGTON, 1999; MATTE; WAQUIL, 2013).

Em termos gerais, sua principal finalidade é compreender e estudar como os agricultores pobres constroem suas estratégias no meio rural frente a contextos de vulnerabilidade ou instabilidade social, econômica e ambiental (ELLIS, 2000). Inicialmente, foi muito utilizada em estudos internacionais, principalmente voltados às condições de vida das famílias rurais africanas (CHAMBERS; CONWAY, 1992; ELLIS, 1998; 2000). Seu principal objetivo estava pautado na redução da pobreza no meio rural, uma das grandes preocupações do período de 1990, que para Ellis era o ponto fundamental para promover o desenvolvimento rural (ELLIS, 2000; NIEDERLE; GRISA, 2008).

Segundo Ellis (2000), a diversificação dos meios de vida é uma alternativa viável para garantir maior estabilidade frente às condições adversas que são enfrentadas por muitos agricultores no meio rural. Diversificar permite ampliar o leque de estratégias e possibilidades, principalmente, quando associadas à reprodução do grupo familiar. A diversificação de atividades ou de rendas, por exemplo, é uma das estratégias que possibilitam maior autonomia ao agricultor, pois possíveis falhas em uma delas (condicionadas por secas,

inundações, perdas de colheita, preços de venda baixos, etc.) podem ser recompensadas por outras atividades ou fontes de renda (agrícolas ou não agrícolas) (ELLIS, 2000).

Desse modo, a diversificação dos meios de vida parte de uma plataforma de ativos que são transformados em um portfólio de atividades de geração de renda (agrícola e/ou não agrícola), mediados por aspectos sociais, econômicos e políticos que caracterizam o contexto em que ocorre (ELLIS, 2000). Dependendo das condições do contexto, que pode ser distinto para os atores que ali interagem de acordo com os ativos que possuem, esse processo de transformação pode ser estimulado ou não (ELLIS, 2000). Assim, as atividades construídas ou desenvolvidas por meio da combinação de diferentes ativos disponíveis às famílias são caracterizadas como resultado de suas estratégias de sobrevivência no meio rural.

Segundo Ellis (2000), o principal ponto de partida ao tratar da diversificação dos meios de vida em países em desenvolvimento, é que para muitas famílias, somente as atividades relacionadas à agricultura não são suficientes para garantir sua sobrevivência no meio rural. Nesse sentido, as famílias rurais dependem de um portfólio diversificado de atividades e fontes de renda que incluam além das atividades agrícolas e pecuárias, atividades não agrícolas que são, em sua grande maioria, desenvolvidas fora da propriedade rural.

Além disso, a noção de diversificação dos meios de vida é refletida de maneira a envolver todos os membros da família, na medida em que estes realizem diferentes tipos de atividades ou tarefas em tempo integral, ao invés de um único indivíduo ou a família realizar múltiplas funções (ELLIS, 2000). Assim, pode ser que a família desenvolva atividades de produção de grãos ou pecuária em sua propriedade, mas que alguns de seus membros trabalhem desenvolvendo outras atividades em tempo integral, como por exemplo, funcionário público no município (trabalho assalariado fora da propriedade).

Com base nas atividades que são realizadas por meio da transformação e combinação de ativos disponíveis pelas famílias rurais, Ellis (2000) destaca a distinção entre os diferentes tipos de atividades e rendas, dos quais caracteriza a renda agrícola, não agrícola e os rendimentos obtidos fora da propriedade. Para o autor a renda agrícola refere-se aos rendimentos associados às atividades desenvolvidas com base na agricultura, como por exemplo, o rendimento da venda de gado, de soja, de milho, de mel, entre outros. Além disso, também inclui o consumo dessa produção dentro da propriedade (autoconsumo).

Já com relação aos rendimentos não agrícolas, estes se referem ao desenvolvimento de atividade não agrícola, como por exemplo, emprego salarial, receitas de arrendamentos de terrenos ou imóveis, recebimentos de aposentadorias, pensões ou outras transferências do tipo, entre outros (ELLIS, 2000). E os rendimentos fora da propriedade se caracterizam pelos

trabalhos formais e informais desenvolvidos em outras propriedades, desde que estejam relacionados com a agricultura, como por exemplo, empregado rural. Os rendimentos provenientes dessas atividades podem ser efetuados em dinheiro ou em produtos de ordem ambiental (carvão, lenha, madeiras para construção de casas,...), troca de serviços agrícolas, compartilhamento de colheitas, entre outros (ELLIS, 2000).

Atualmente, reconhecendo a importância da abordagem de diversificação dos meios de vida para o desenvolvimento de estudos no meio rural, muitos pesquisadores no meio acadêmico tem utilizado essa abordagem teórico-metodológica em seus trabalhos. No Brasil, esses estudos estão voltados principalmente a temas de desenvolvimento rural, reprodução das formas familiares, acesso a mercados, diversificação da agricultura familiar, entre outros (BASSO, 2004; PERONDI, 2007; NIEDERLE; GRISA, 2008; NIEDERLE; WENZ JÚNIOR, 2009; PEREIRA; SOUZA; SCHNEIDER, 2010).

Assim, a abordagem de diversificação dos meios de vida torna-se pertinente para estudar o contexto dos assentamentos rurais e as estratégias de reprodução socioeconômica utilizadas por agricultores que compartilham desse espaço social. Além disso, como podemos perceber pelos estudos discutidos no item 2.1, muitas das estratégias utilizadas pelos agricultores é construída com base na ausência de ativos essenciais para a reprodução socioeconômica da sua unidade familiar.

2.2.2 Os capitais que compõem os meios de vida

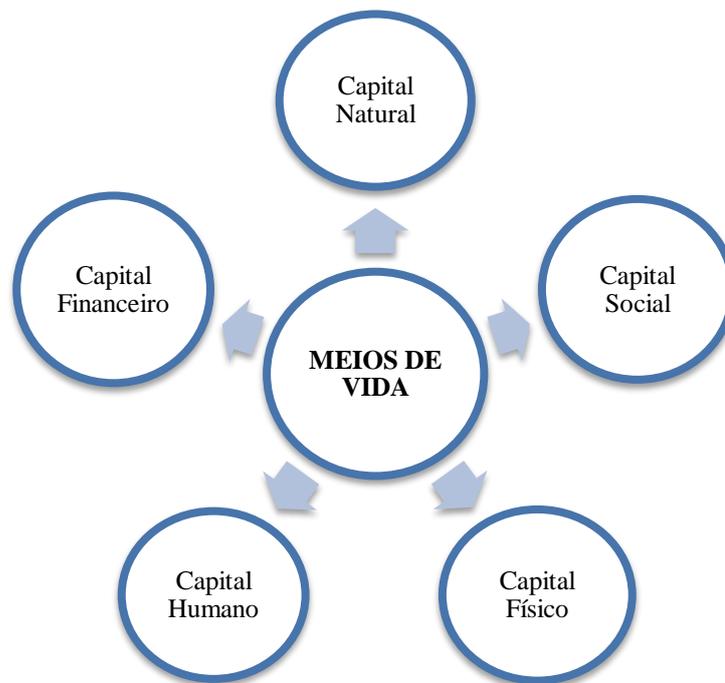
Segundo Ellis (2000), “um meio de vida compreende os bens (naturais, físicos, humanos, financeiros e sociais), as atividades e o acesso a essas (mediados por instituições ou relações sociais) que juntos determinam a vida adquirida pelo indivíduo ou pelo grupo familiar” (ELLIS, 2000, p. 10). Assim, os bens formam um conjunto de cinco capitais compostos por diversos ativos: o capital natural, físico, humano, financeiro e social (Figura 1) (ELLIS, 2000).

Os ativos disponíveis de cada capital formam o ponto de partida do processo de criação de estratégias de reprodução socioeconômica da família. Contudo, um dos pontos mais importantes desse processo é o acesso da família a cada um desses recursos que dependem “das características do agregado familiar, do ambiente econômico, político e tecnológico em que ocorre esse acesso” (SITOE, 2011, p. 54).

Segundo Bebbington (1999), o acesso aos ativos pelas famílias determina como ocorrem as estratégias de reprodução socioeconômica familiar e quais são suas condições de

vida no meio rural. Contudo, ressalta que nem sempre o mais importante é ter posse de diversos ativos, mas sim, a capacidade de saber combinar esses ativos. Portanto, para o autor os ativos de cada capital devem ser vistos como formas de garantir a reprodução socioeconômica, por meio de três ações fundamentais, tais como as ações instrumentais, as ações hermenêuticas e as ações emancipatórias (BEBBINGTON, 1999).

Figura 1 – Os capitais que compõem os meios de vida



Fonte: Elaborado pela autora (2020) com base em Ellis (2000).

Nesse viés, os ativos devem ser vistos como os meios ou os instrumentos (ação instrumental) com que as famílias ou os indivíduos auferem a vida, ao mesmo tempo, também podem ser caracterizados pelos valores que dão sentido à vida dos mesmos, ao passo que influenciam suas escolhas e decisões na construção de diferentes estratégias de sobrevivência (ação hermenêutica) (BEBBINGTON, 1999). Além disso, os ativos também tem a finalidade de capacitar, tanto às famílias como os indivíduos, na medida em que dão poder a estes de reagir a diferentes situações que são vistas como barreiras e impedem a melhoria das condições de vida (BEBBINGTON, 1999).

Contudo, deve ser levado em consideração na análise dos diferentes ativos, o espaço temporal, pois nem todos aos ativos são utilizados de mesma forma pelas famílias e no mesmo espaço de tempo. Assim, “o que as famílias consideram importante no curto e no

longo prazo depende muito das suas estratégias de reprodução e dos significados que elas atribuem aos diferentes ativos” (BASSO, 2004, p. 23 e 24).

2.2.2.1 *Capital Natural*

O capital natural é composto por um conjunto de recursos naturais disponíveis tanto em termos de qualidade quanto em quantidade (ELLIS, 2000; MATTE; WAQUIL, 2013). São os recursos base para a sobrevivência da população, bem como, para a construção dos meios de vida das famílias (SITOE, 2011). Entre os recursos naturais mais comuns estão à água, a terra, o solo, as florestas, os recursos biológicos, entre outros (ELLIS, 2000; SITOE, 2011; MATTE; WAQUIL, 2013). Além disso, esses recursos podem ser caracterizados por serem ou não renováveis, localizados em diversos espaços com menor ou maior diversidade (PERONDI, 2007).

Segundo Frank Ellis (2000), o capital natural pode ser definido como recursos ambientais na medida em que também fazem parte do “ambiente”. Quando controlados pelas pessoas estes tendem a se expandir pelo aumento de sua produtividade. Um exemplo desse aumento de produtividade citado pelo autor refere-se ao processo de mudança ocorrido na agricultura, que evoluiu em termos positivos, de uma agricultura sedentária para uma agricultura mais modernizada com diferentes sistemas agrários (ELLIS, F., 2000).

2.2.2.2 *Capital Físico*

O capital físico é composto por ativos determinados por meio do processo de produção econômica, tais como as construções (edifícios, casas, etc.), os equipamentos (ferramentas), as máquinas e as infraestruturas (estradas, canais de irrigação, linhas de energia elétrica e de abastecimento de água, etc.) (ELLIS, 2000; SITOE, 2011). Sua principal finalidade é facilitar o desenvolvimento de atividades, sejam elas produtivas ou não, bem como, diversificar os meios de subsistência.

Segundo Ellis (2000), os capitais físicos também envolvem produtos ou bens que tendem a gerar fluxo de renda futura (investimento de longo prazo), como por exemplo, uma máquina de costura, frigoríficos, casas ou salas comerciais alugadas a terceiros. Contudo, também envolvem produtos definidos pelo autor como “improdutivos”, como casas somente tidas como imóveis de moradia e que não geram retornos econômicos (ELLIS, 2000).

Além disso, o autor ressalta que os recursos físicos também podem vir a substituir os recursos naturais. Esse fato é dado pelo avanço tecnológico associado aos processos de industrialização e urbanização crescentes ao longo do tempo. Entre uma das externalidades positivas geradas por essa substituição estão a preservação e a minimização de pressões sobre os recursos naturais, alguns já em fase de esgotamento. Assim, o autor cita como exemplo, os canais de água que são construídos como forma de diminuir vazamentos e evaporação (ELLIS, 2000).

2.2.2.3 *Capital Financeiro*

O capital financeiro refere-se a ações de caixa que podem ser acessadas para comprar bens de produção ou de consumo (ELLIS, 2000). Entre os ativos que envolvem o capital financeiro estão as poupanças, os créditos de financiamento e custeio, os empréstimos, entre outros, que tendem a ser mais líquidos em termos econômicos e de maior conversão para outras formas de capitais (ELLIS, 2000).

Contudo, o capital financeiro também envolve outras fontes de recursos, não necessariamente econômicas de alta liquidez. Entre esses recursos estão bens e produtos em posse das famílias que são empregados como estoques de riqueza, tais como, o gado, a soja estocada em cooperativas, entre outros, que podem ser vendidos em momentos de vulnerabilidade da família e convertidos em recursos financeiros ou de consumo essenciais à sobrevivência da mesma. Além desses recursos, também estão o ouro, as joias, produtos alimentares excedentes, como soja, milho, trigo, entre outros (ELLIS, 2000).

2.2.2.4 *Capital Humano*

O capital humano envolve os atributos individuais associados aos níveis de educação, de conhecimentos adquiridos, de habilidades, de saúde e de trabalho doméstico disponível (ELLIS, 2000; SITOIE, 2011; MATTE; WAQUIL, 2013). Quanto mais investimentos em um desses ativos, maiores serão os retornos sociais, econômicos e produtivos. Segundo Ellis (2000), o ativo mais importante entre os pobres é o seu trabalho. Contudo, o autor ressalta que sem a educação necessária, ou a falta dela, implicará a exclusão desse indivíduo de atividades de trabalho que exigem um nível de educação e conhecimentos mais avançados.

Além disso, o aumento dos níveis de capital humano eleva o potencial e a habilidade dos indivíduos em solucionar problemas ou situações de vulnerabilidade (ELLIS, 2000;

SITOE, 2011). Segundo Rod Ellis (2001), a própria capacidade de diversificar os meios de vida depende do capital humano, dada em termos de escolaridade. A educação, na visão do autor, é essencial no enfrentamento de barreiras pelos mais pobres, que muitas vezes já carecem de recursos financeiros (ELLIS, 2001). Assim, quanto mais elevado os níveis de educação, maiores e melhores serão as possibilidades de acesso aos outros capitais, principalmente físicos, financeiros e naturais, que demandam maiores aportes econômicos em algumas situações.

2.2.2.5 *Capital Social*

O capital social é composto pelas relações sociais que envolvem as redes de reciprocidade e de confiança entre os indivíduos e os agregados familiares (ELLIS, 2000; MATTE; WAQUIL, 2013). Segundo Sabourin (2004, p. 5), essas redes de reciprocidade apresentam regras e normas em que “negar ou ultrapassar essas regras invalida, a prazo, a possibilidade de expressão, de reprodução dessas estruturas e de atualização dos valores produzidos”. Assim, tem-se observado, sobretudo em países em desenvolvimento, que as famílias estão preservando relações mais informais, como as redes personalizadas que englobam direitos e obrigações que asseguram a reprodução de seus meios de vida (ELLIS, 2000).

Em síntese, o quadro 1 representa os cinco capitais propostos por Ellis e os principais ativos que compõe cada um:

Quadro 1 – Síntese dos ativos de cada capital que compõe os meios de vida.

Capital	Ativos
Humano	Educação, saúde, conhecimentos, habilidades, trabalho doméstico disponível, etc.
Social	Confiança, bem-estar social, reciprocidade, valores, cultura, etc.
Físico	Infraestrutura, máquinas, imóveis, etc.
Financeiro	Poupanças, créditos de financiamento e custeio, empréstimos, gado, soja estocada no armazém, etc.
Natural	Água, a terra, o solo, as florestas, os recursos biológicos, etc.

Fonte: Elaborado pela autora (2020) com base em Ellis (2000).

Assim, a partir da abordagem de diversificação dos meios de vida, é possível analisar uma multiplicidade de questões que envolvem as famílias rurais no meio rural, principalmente, associadas à construção de estratégias de reprodução utilizadas por elas. Além disso, permite identificar se a ausência de algum dos ativos (humano, natural, social, financeiro e físico) está contribuindo para a situação ou condição em que as mesmas se encontram. Por outro lado, também permite identificar que ativos tem permitido, ou tem contribuído, de forma significativa com a reprodução da unidade familiar. Esses aspectos são fundamentais para a construção de políticas de fomento e fortalecimento dessas famílias rurais, assim como, para o desenvolvimento rural.

2.3 ESPAÇOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: ASSENTAMENTOS RURAIS

A estrutura fundiária que compõem o cenário agrário brasileiro é dada por três fatores determinantes, tanto no sentido jurídico como socioeconômico, ao qual se destacam o uso, os direitos de propriedade e a posse de terras (DELGADO, 2017). Nesse viés, de acordo com o Estatuto da Terra, da Lei nº 4.504/64, a Reforma Agrária é denominada como sendo um aglomerado de medidas com a finalidade de “promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção” (INCRA, 2019).

Segundo o INCRA (2019), o contexto da Reforma Agrária no Brasil é retratado desde os anos de 1530, ao qual nesse período se destacam problemas fundiários no país. Esses problemas são reflexos da nascente do latifúndio, pela criação de capitâneas hereditárias e dos sistemas de sesmarias. Contudo, esse cenário é agravado com a Independência do país de 1822, justificado pela posse de terras pelos grandes proprietários por meio de violências, dentre as quais “a proibição de ocupar áreas públicas e a determinação de que para adquirir terras só mediante pagamento em dinheiro, reforçou o poder dos latifundiários ao tornar ilegais as posses de pequenos agricultores” (INCRA, 2019).

Entretanto, somente em meados dos anos 1980 que a Reforma Agrária ganha destaque, ao qual foram estabelecidos “princípios jurídicos da função social e ambiental da propriedade da terra”, definidos no Estatuto da Terra, pela Constituição de 1988 (DELGADO, 2017, p. 15). De acordo com o INCRA, o Novo Plano Nacional de Reforma Agrária, instituído pelo decreto nº 97.766 de 1985, estabeleceu a meta de “destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhões de famílias até 1989”, ao qual depois de quatro

anos, os números alcançados pela Reforma Agrária foram de 82.689 famílias assentadas em 4,5 milhões de hectares (INCRA, 2019).

Além disso, as mobilizações e os movimentos sociais que se iniciaram nos anos de 1980, também contribuíram para que se instituísse uma política de assentamentos rurais no país (BARONE; FERRANTE, 2017). Atualmente, o número de assentamentos distribuídos no Brasil corresponde ao somatório de 9.370, dos quais englobam 971.915 famílias assentadas com área de 88.360.472,94 hectares, dos quais só no Rio Grande do Sul são 12.412 famílias assentadas em 345 assentamentos com área de 294.194,28 hectares, ou seja, 33% em relação ao montante total (INCRA, 2019).

Segundo o INCRA (2019), a criação de um assentamento “é feita por meio de portaria, publicada no Diário Oficial da União, na qual constam a área do imóvel, a capacidade estimada de famílias e o nome do projeto de assentamento”, em que seus “procedimentos técnicos administrativos de criação e reconhecimento dos projetos de assentamentos rurais estão amparados pela Norma de Execução DT nº 69/2008”.

Contudo, os assentamentos podem ser divididos em duas modalidades: os Projetos de Assentamentos criados pelo INCRA e os Projetos de Assentamentos reconhecidos pelo INCRA. No caso dos assentamentos estudados, estes se encaixam na modalidade de Projetos de Assentamentos reconhecidos pelo INCRA, dos quais constituem os Projetos de Assentamentos Estaduais (PE), cuja responsabilidade de obtenção de terras, criação, seleção dos beneficiários, titulação e aporte de créditos e infraestrutura é das Unidades Federativas, de acordo com seus programas fundiários (INCRA, 2019).

Além disso, a União também pode vir a contribuir com esses recursos disponibilizados, via convênios, a serem utilizados na obtenção de terras, créditos de apoio à instalação, bem como de produção por meio do PRONAF A e C e de infraestrutura básica. Assim, o reconhecimento dos Projetos de Assentamentos Estaduais pelo INCRA, tem a finalidade de possibilitar que estes também tenham acesso aos direitos básicos, dados pelo Programa de Reforma Agrária (INCRA, 2019).

Enquanto espaços sociais, os assentamentos rurais representam uma conquista dos agricultores familiares, não somente pelo acesso à terra, mas também pela luta e resistência. Esse fato é mencionado por Martins (1983, p. 168), ao qual o autor corrobora que “do ponto de vista dos movimentos sociais, o assentamento é a terra conquistada e, portanto, o lugar da luta e da resistência. [...] o assentamento é uma fração do território, é um trunfo na luta pela terra”. Assim, a Política de Reforma Agrária e as construções de assentamentos rurais

representam também um marco fundamental para o reconhecimento acadêmico, político e institucional da agricultura familiar.

Desta forma, nos últimos anos as discussões em torno dos assentamentos rurais têm buscado compreender os processos sociais estabelecidos na sua constituição, como um espaço de reconstrução das relações entre os atores sociais (OLIVEIRA, 2006). Entre as inúmeras relações estabelecidas por esses atores estão às relações étnicas, de vizinhança, de parentesco, de valores, condutas e interesses que permitem compreender como os mesmos se organizam nesses espaços (OLIVEIRA, 2006).

Compreender o contexto dos assentamentos rurais e as famílias que vivem nesses espaços é pertinente, para que novas políticas e programas de incentivo sejam criadas. Pois, embora muitas famílias tenham recebido o ativo necessário (terra) para iniciar suas atividades produtivas e garantir sustento de sua família, existem outros ativos que são importantes para a permanência das mesmas nesse espaço. A ausência de ativos físicos e financeiros é, por exemplo, fator limitante para o investimento na produção agropecuária, bem como a ausência de ativos sociais podem influenciar negativamente nas relações de reciprocidade e de confiança entre as famílias.

3 MATERIAIS E MÉTODOS DE PESQUISA

Esse capítulo apresenta os procedimentos metodológicos, cujo objetivo consiste na utilização de ferramentas e métodos de forma a encontrar respostas ao problema de pesquisa dessa dissertação. Para tanto, este capítulo está subdividido em: tipo de pesquisa, unidade de análise e local de pesquisa (caracterização do contexto empírico), instrumentos de coleta de dados e método de análise de dados.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Este estudo utilizou-se de uma pesquisa de natureza aplicada, que envolve, quanto aos procedimentos técnicos, uma pesquisa bibliográfica e um estudo a campo (PRODANOV; FREITAS, 2013). A pesquisa bibliográfica, presente na maior parte de trabalhos científicos, é caracterizada pela utilização de materiais já publicados, como revistas, artigos científicos, jornais, entre outros. A partir dessa base de publicações é possível construir a base do trabalho científico e dessa maneira, analisar e discutir os resultados encontrados pela pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Já o estudo a campo consiste na coleta de dados e informações em um determinado contexto empírico como forma de responder o problema de pesquisa levantado pelo estudo. É caracterizado pela “observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 59).

Quanto à forma de abordagem do problema de pesquisa, este estudo se caracteriza por uma pesquisa mista, ou seja, quantitativa e qualitativa. A pesquisa quantitativa procura mensurar por meio de métodos estatísticos variáveis e fenômenos, utilizando-se da estatística descritiva como procedimento de análise de dados, tais como mediana, moda, média, desvio-padrão, regressão, medidas de frequência, entre outros (RAMOS, 2009; GERHARDT, 2009). A pesquisa qualitativa, muito utilizada no campo das ciências sociais, procura compreender e explicar o contexto e a dinâmica das relações sociais do objeto em estudo (RAMOS, 2009).

Quanto aos objetivos de estudo, a pesquisa pode ser classificada como descritiva, onde pesquisador procura “descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, ou seja, busca estudar as características de determinado grupo, como a distribuição e níveis de idade, renda, escolaridade, sexo, entre outros (PRODANOV, FREITAS, 2013, p. 52). Assim, a pesquisa descritiva utiliza técnicas de

observação, análise, registro, ordenação e classificação como formas de manipulação dos dados de maneira a “descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos” (PRODANOV, FREITAS, 2013, p. 52).

3.2 UNIDADE DE ANÁLISE E LOCAL DE PESQUISA

O espaço amostral dessa dissertação é definido pelos assentamentos rurais de Palmeira das Missões (RS), onde a unidade de análise é composta pelas famílias dos agricultores assentados caracterizadas por experiências, modos de vida e ativos. Segundo registros da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do município, atualmente existe um total de 39 famílias assentadas (doze famílias no Assentamento Potreiro Bonito, dez no Assentamento Antônio Joceli Correia e dezessete no Assentamento Terra Nova). Portanto, para compor o banco de dados desse estudo foram realizadas entrevistas com 33 famílias², residentes nos três assentamentos, ou seja, 85% do universo amostral.

3.2.1 Caracterização socioeconômica e produtiva do município de Palmeira das Missões (RS)

O município de Palmeira das Missões situa-se na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, ao qual compõe a região fisiográfica do Planalto Rio-Grandense e está a uma distância de 368 km da capital do estado, Porto Alegre. Faz parte de um conjunto de dezessete municípios enquadrados no Corede Rio da Várzea, caracterizada com um dos principais polos de produção da sojicultora (BONAVIGO; GUBERT, 2014).

Historicamente, a ocupação territorial de Palmeira das Missões se deu de forma lenta, embasando três períodos históricos. Segundo Soares (2004), a sua fase inicial de povoamento se deu pela exploração dos seus ervais, no período demarcado pelas Missões Jesuíticas, caracterizada pelos Sete Povos das Missões – sete aldeias indígenas fundadas por jesuítas espanhóis. A segunda fase se concretiza no chamado ciclo do tropeirismo (1816), marcada pela elite pastoril. Nessa fase houve grande presença dos paulistas em Nonoai, Palmeira das Missões, Passo Fundo e Cruz Alta pelo interesse econômico que essa região começou a apresentar por meio da erva-mate e por estratégias de segurança na defesa do território das

² Os motivos de não ser realizada a entrevista com seis das famílias do universo de pesquisa são que duas tinham ido embora do assentamento (uma no assentamento Potreiro Bonito e uma no assentamento Nova Vida) e quatro não estavam na propriedade no momento que foi realizada a pesquisa de campo (no assentamento Terra Nova).

Missões. Nesse período que se fundaram as primeiras fazendas e os primeiros núcleos urbanos, atraídos pela atividade da erva-mate (SOARES, 2004).

Por fim, o autor ainda aborda uma terceira fase, caracterizada pela Comissão de terras e colonização, em 1917. O objetivo nesse período era disciplinar o crescimento demográfico, o qual ficou responsável pela criação de muitos núcleos urbanos do interior, que mais tarde passaram a constituir os municípios que se desmembraram de Palmeira das Missões, como Seberi e Frederico Westphalen. Houve a criação de estradas distritais, o que foi muito benéfico à atividade agrícola dessa época (SOARES, 2004).

Logo, as áreas de mata do município se caracterizam pela ocupação dos caboclos que realizavam a exploração da erva mate (citada na fase inicial de povoamento), onde mais tarde é preenchido pelos imigrantes de origem europeia que desenvolveram suas atividades de forma diversificada em pequenas propriedades, necessariamente atividades relacionadas às de subsistência. O que se difere das áreas de campo, onde estas são ocupadas pelos latifundiários, que desenvolveram a pecuária extensiva e se mantêm até o processo de modernização da agricultura (SOARES, 2004).

A exploração de erva-mate era uma das atividades econômicas mais importantes dessa época no município, havia uma imensa atenção dos órgãos públicos em manter a escala de produção em níveis elevados. Formou-se nesse período também um maior controle de acesso a terra pelo poder público, que permitiam aos pequenos agricultores também cultivarem e explorarem a erva-mate. Entretanto, esse processo foi prejudicado pelo início das privatizações de terras no país, onde muitos dos pequenos agricultores acabaram ficando na condição de proletariados sem-terra. Em 1850, foi estabelecida a lei de terras, aos qual o governo tinha autoridade de vender terras desocupadas, levando a concentração de terras ainda mais nas mãos dos latifundiários (SOARES, 2004).

Com a modernização da agricultura no Brasil, a partir dos anos 1960/70 e com a integração da indústria, a questão agrária do país sofre grandes transformações, ou seja, a produção agrícola e pecuária passa a ser mais vinculada ao mercado externo, devido às políticas de financiamentos de compra de máquinas e insumos e a integração do setor primário e secundário (MEDEIROS; MOREIRA, 2014). Esse contexto é visto a partir dos anos de 1985 nos municípios gaúchos, principalmente nas regiões do centro-norte, norte e noroeste do estado do Rio Grande do Sul, em que se destacam os municípios de Palmeira das Missões, de Santo Ângelo e de Cruz Alta. A economia desses municípios passou a integrar basicamente a produção da soja, ficando a região sul do estado mais com a pecuária extensiva (MEDEIROS; MOREIRA, 2014).

Atualmente, o município de Palmeira das Missões apresenta uma economia bastante acentuada na produção agrícola, sendo o cultivo da soja um dos principais fatores de renda, uma vez que seu polo industrial é pouco desenvolvido (MEDEIROS; MOREIRA, 2014). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do município no ano de 2016³ correspondeu a R\$ 38.153,39 e seu valor adicionado bruto a preços correntes somou R\$ 1.238.105,93, sendo que desse total 35,30% provém da atividade da agropecuária, 8,52% da atividade da indústria e 56,18% das atividades de serviços adicionados serviços de administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social (IBGE, 2019).

Quanto à demografia territorial e populacional do município, esse abrange área de 1.419,430 km², com uma população total residente estimada no ano de 2019 de 34.328 pessoas, dos quais 29.831 (86,9%) residem na zona urbana e 4.497 (13,1%) residem na zona rural (IBGE, 2019). Além disso, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, a estrutura fundiária do município (Tabela 1) é composta por 1.155 propriedades rurais distribuídas em 116.707,89 hectares, cujo módulo rural é de 16 hectares (IBGE, 2019).

Assim, considerando os quatro módulos fiscais (no caso do município em estudo totaliza 64 hectares) da Lei da Agricultura Familiar 11.326/06, o município se caracteriza por estabelecimentos rurais familiares, que representam aproximadamente 80% de todos os estabelecimentos rurais do município. Entre os estabelecimentos rurais familiares estão às propriedades dos assentamentos rurais⁴ do município, que compõem os grupos de área de até 20 hectares.

Tabela 1 – Estrutura Fundiária de Palmeira das Missões – 2017.

Grupos de área	Número de Estabelecimentos	%
De 0 a 5 hectares	350	30,3%
De 5 a 10 hectares	183	15,8%
De 10 a 20 hectares	195	16,9%
De 20 a 50 hectares	160	13,9%
De 50 a 100 hectares	88	7,6%
De 100 a 200 hectares	59	5,1%
De 200 a 500 hectares	61	5,3%
De 500 a 1.000 hectares	29	2,5%
Acima de 1.000 hectares	30	2,6%
Total	1.155	100%

Fonte: IBGE, 2019.

³ Último dado divulgado pelo IBGE até o momento.

⁴ Discutido no próximo item.

O principal uso das terras no município é destinado à pastagens, às lavouras temporárias e as lavouras permanentes. Segundo o IBGE (2019), o principal produto produzido pelas lavouras permanentes no município continua sendo a produção da erva-mate, que no ano de 2017 somaram 21 mil toneladas do produto. Quanto às lavouras temporárias, estas se destinam em maior parte a produção de grãos como a soja, milho, trigo e aveia.

Tabela 2 – Principais produtos das lavouras temporárias em Palmeira das Missões – 2017

Produto	Área Colhida (hectares)	Quantidade Produzida (toneladas)	Produtividade Média (sacas/ha)	Valor da Produção (x1000) R\$
Soja	90.000	316.400	58,59 sacas de 60 kg	297.321,00
Trigo	15.000	27.000	55 sacas de 60 kg	12.582,00
Milho	11.000	117.600	178 sacas de 60 kg	48.216,00
Aveia	8.000	12.800	26,6 sacas de 60 kg	4.480,00
Total	124.000	473.800	-	362.599,00

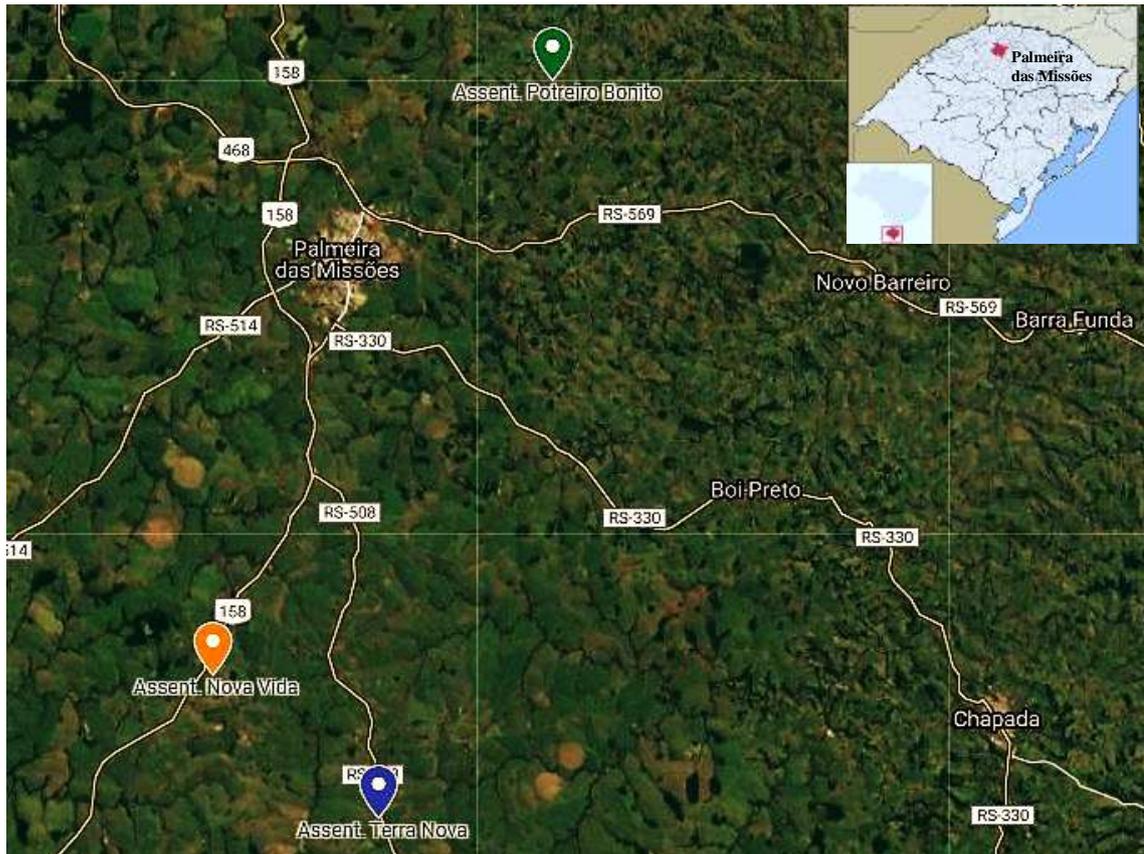
Fonte: IBGE, 2019.

Quanto às pastagens, são destinados 4.969,46 hectares produtivos à essa atividade, sendo que desse total, aproximadamente 2.420 hectares são de pastagens naturais para a pecuária, e outras 2.548 hectares são utilizadas para pastagens cultivadas, associada em maior escala à cadeia leiteira (IBGE, 2019).

3.2.1.1 Assentamentos do município

O município de Palmeira das Missões conta com três assentamentos rurais, o Assentamento Potreiro Bonito, criado no ano de 1984 e os Assentamentos Terra Nova e Antônio Joceli Correia (também conhecido como Nova Vida), ambos criados entre os anos de 2000 e 2001. Os assentamentos rurais do município são Projetos de Assentamentos Estaduais (PE) reconhecidos pelo INCRA, ou seja, a responsabilidade de obtenção de terras, criação, seleção dos beneficiários, titulação e aporte de créditos e infraestrutura é das Unidades Federativas (Estado), de acordo com seus programas fundiários (INCRA, 2019).

Mapa 1 – Município de Palmeira das Missões (RS) e localização dos assentamentos rurais



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Segundo pesquisas anteriores⁵ realizadas nos assentamentos, o assentamento Potreiro Bonito é originário do acampamento⁶ estabelecido no Parque Florestal de Rondinha anos anteriores a sua criação. Possui área de aproximadamente 140 hectares, localizada entre as Linhas Santa Rosa e Azeredo, ao oeste do município, a uma distância de aproximadamente doze quilômetros do centro urbano do município. Além disso, é o assentamento mais antigo criado no município, com 35 anos de existência. Das doze famílias estabelecidas, cinco encontram-se no mesmo desde a sua criação, uma vez que com a divisão dos lotes, muitas das famílias acabaram vendendo ou trocando com outros assentados. Atualmente, o assentamento é constituído por treze famílias que ocupam todos os lotes existentes.

⁵Essas pesquisas foram realizadas no primeiro semestre do ano de 2018, utilizadas no meu Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da UFSM, *campus* de Palmeira das Missões. O estudo foi realizado com 36 agricultores rurais desses assentamentos com a finalidade de estudar o uso de políticas públicas por esse grupo, especialmente o Pronaf.

⁶ Segundo Fernandes (2012) um acampamento é caracterizado por espaços de luta e resistência de agricultores que reivindicam o direito ao acesso a terra, tanto para a produção como para moradia. Os acampamentos são compostos pela ação coletiva de famílias que se estabelecem em barracas de lona, principalmente, ao longo das estradas, para lutar pelos seus direitos e garantir a sua família uma vida melhor (FERNANDES, 2012).

Já os assentamentos Terra Nova e Antônio Joceli Correia são mais recentes quando comparados ao anterior, com aproximadamente dezenove anos de existência. O assentamento Terra Nova é localizado na região leste do município de Palmeira das Missões, na RS 508 que liga ao município de Santa Bárbara do Sul. É o assentamento mais distante, com aproximadamente 25 quilômetros de distância do centro urbano do município, sendo que quinze quilômetros são de estrada de chão. Dos 27 lotes que dividem a área total do assentamento (400 hectares aproximadamente), atualmente 17 está ocupado e em uso pelos agricultores, o restante dos lotes foram vendidos a terceiros ou arrendados, não havendo famílias. Segundo informações dos assentados, os acampamentos que deram origem ao assentamento se estabeleceram na Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM), onde hoje é o *Campus* da Universidade Federal de Santa Maria de Palmeira das Missões.

Já o assentamento Antônio Joceli Correia, também conhecido como Nova Vida, fica próximo ao assentamento Terra Nova, a uma distância de aproximadamente 11 quilômetros do centro urbano do município de Palmeira das Missões (RS), na RS 158 que liga Palmeira das Missões a Condor (RS). O assentamento possui área de 230,9 hectares distribuídos em dezenove lotes. Segundo entrevistas realizadas com os agricultores no primeiro semestre do ano de 2018 para meu Trabalho de Conclusão de Curso, 120 famílias estavam acampadas no município de Viamão, dos quais migraram ao município de Canguçu, onde estavam sendo criados assentamentos.

Entretanto, das 120 famílias apenas 80 conseguiram lotes e o restante veio até Palmeira das Missões, onde acamparam na beira da RS 158 (MARTINS, 2018). A partir da organização dessas famílias foi criado o assentamento Antônio Joceli Correia, sendo que algumas também foram destinadas ao Assentamento Terra Nova. Atualmente dos 19 lotes existentes no assentamento somente 12 são ocupados, o restante se encontra em situação semelhante aos do assentamento Terra Nova (MARTINS, 2018). O quadro 2 a seguir descreve uma síntese das principais características dos assentamentos.

Quadro 2 – Síntese das características dos assentamentos – 2018.

Assentamento	Ano de Criação	Origem das famílias	Área total (ha/aproximado)	Número de famílias (atual)
Potreiro Bonito	1984	Parque Florestal de Rondinha	140,98	12
Terra Nova	2000	FEBEM (atualmente <i>Campus</i> UFSPM/PM)	399,97	17
Nova Vida	2000	Viamão/Canguçu	230,9	10

Fonte: MARTINS, 2018.

Essa breve descrição história dos assentamentos nos permite ilustrar a necessidade de investigar as estratégias de reprodução familiar que estão sendo utilizadas pelas famílias para garantir sua permanência no assentamento e que situações podem estar causando a não continuidade das famílias. Assim, a reprodução socioeconômica das famílias não depende tão somente da força de vontade, mas também da presença do Estado em diferentes setores, como por exemplo, de condições edafoclimáticas minimamente favoráveis para o desenvolvimento das atividades produtivas.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

O procedimento de coleta de dados envolveu uma pesquisa a campo na busca por mais informações e conhecimentos que permitiu encontrar uma resposta ao problema levantado (PRODANOV; FREITAS, 2013). O instrumento de coleta de dados foi à aplicação de entrevista estruturada (Apêndice A), aplicada pela pesquisadora diretamente com as famílias de agricultores. A entrevista é estruturada pelo fato de o roteiro já ser preestabelecido, elaborado com antecedência a realização do campo.

Segundo Prodanov e Freitas (2013), a entrevista estruturada permite ao pesquisador comparar grupos de respostas, uma vez que as questões são padronizadas e questionadas de mesma forma a todos os entrevistados da amostra ou população. Assim, o roteiro da entrevista estruturada utilizada por essa dissertação foi construída com base em cinco eixos (Quadro 3), que correspondem aos cinco capitais da abordagem de diversificação dos meios de vida: o capital natural, social, físico, humano e financeiro.

Quadro 3 – Capitais e variáveis (ativos) utilizadas para construção da entrevista aplicada as unidades familiares

(continua)

Capital	Ativo	Descrição
Físico	Energia e redes de comunicação	Condições de acesso à energia elétrica, internet, telefone, entre outros.
	Moradia	Condições de infraestrutura da residência (casa e galpões) /bem-estar da família em relação à propriedade
	Máquinas	Número de máquinas e equipamentos utilizados (tratores, colheitadeiras, ordenhadeiras entre outros)/condições das máquinas e equipamentos
	Estradas	Condições das estradas de acesso à residência

Quadro 3 – Capitais e variáveis (ativos) utilizadas para construção da entrevista aplicada as unidades familiares

(conclusão)

Capital	Ativo	Descrição
Humano	Escolaridade	Anos de estudo, experiências profissionais, entre outros
	Idade	Faixa Etária
	Tempo de Propriedade	Anos de residência na propriedade/tempo de experiência local/onde trabalhava antes de ser assentado
	Saúde	Condições de saúde da família e acesso aos serviços de saúde
	Mão de obra	Número de pessoas que trabalham na família
	Sucessão	Se a propriedade possui ou não sucessão ou tem a possibilidade de sucessão.
Social	Lazer	Realização de atividades e/ou participação em família na comunidade, em eventos com parentes próximos...
	Participação Social	Participação em associações, sindicatos, cooperativas, palestras, eventos, encontros, entre outros; benefícios da participação social.
	Assistência Técnica	Recebe ou não assistência técnica tanto de órgãos públicos ou privados/Quando precisa consegue acesso.
Financeiro	Renda	Níveis e composição de renda familiar (agrícola, aposentadorias, pensões, entre outros)/quanto de renda volta para a propriedade
	Crédito	Acesso a créditos de custeio, investimento, consórcios, empréstimos, poupança, entre outros; créditos acessados nos últimos anos.
	Diversificação produtiva	Principais atividades desenvolvidas na propriedade tanto como geração de renda como autoconsumo.
Natural	Terra	Quantidade de terra utilizada pela família, área agricultável, área própria e arrendada, condições de solo, entre outros.
	Água	Condições de qualidade e de acesso à água.
	Recursos Naturais	A existência de áreas de matas e/ou recursos híbridos (fontes, rios, entre outros).

Fonte: Elaborado pela autora com base em Ellis (2000).

A partir desses cinco eixos foram estruturadas as questões que permitiram identificar tanto os ativos disponíveis ou acessados pelas famílias, quanto às atividades desenvolvidas por elas, que resultam nas estratégias de reprodução socioeconômica familiar.

3.4 MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS

Esse estudo se caracteriza, enquanto abordagem do problema de pesquisa, como uma pesquisa qualitativa e quantitativa. O procedimento de análise de dados utilizados consistiu na análise de conteúdo e análise multivariada de dados. A análise de conteúdo é caracterizada

pela análise de questões qualitativas abertas, que permitiram responder de forma mais dinâmica e complexa aos dois primeiros objetivos específicos de estudo. A análise multivariada é caracterizada por técnicas estatísticas de mensuração e análise de dados, utilizada especificamente na elaboração das tipologias de agricultores (grupos com características similares), conforme as estratégias de reprodução familiar utilizadas.

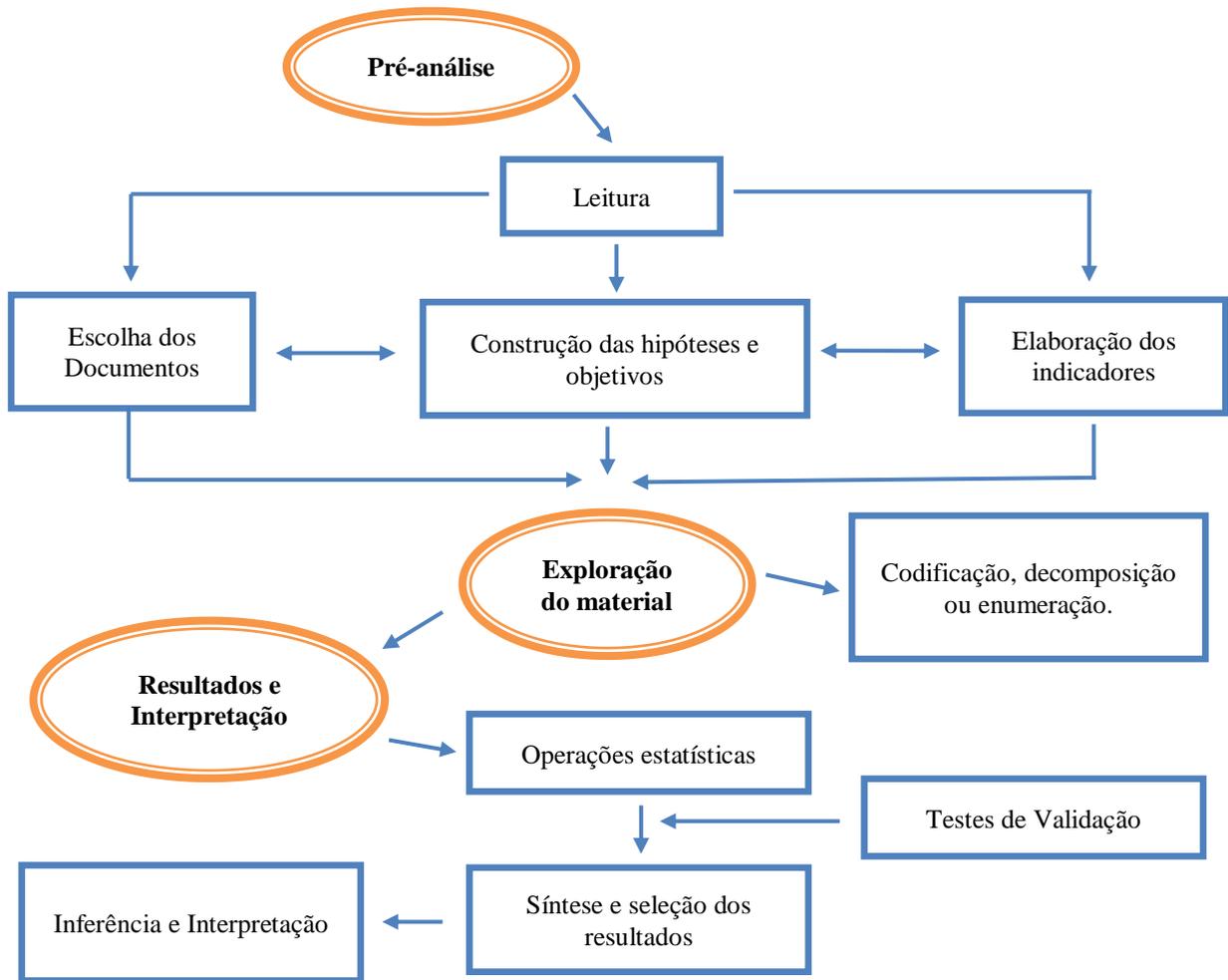
3.4.1 Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo pode ser definida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 1977, p. 33) que podem ser tanto por meio de textos ou de falas. Assim, a análise de conteúdo envolve procedimentos ordenados que proporcionem o levantamento de indicadores que podem ser quantitativos ou não, resultando na inferência de conhecimentos (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014).

A utilização deste método de análise de dados é expressiva na medida em que procura compreender os significados e “as relações que se estabelecem além das falas propriamente ditas” (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014, p. 14). Nesse sentido, dada à complexidade e a dinâmica do campo das comunicações e da pluralidade de significados e interpretações encontradas, a análise de conteúdo possui distintas técnicas de análise: a análise temática ou categorial, a análise de expressão, a análise de relações, análise do geral para o particular ou vice-versa, análise dimensional, entre outras (OLIVEIRA, 2008).

De um modo geral, a análise de conteúdo divide-se em três fases distintas ou polos cronológicos como definidos por Bardin (1977), que envolvem a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Figura 2). A primeira fase, de pré-análise, é caracterizada pela organização dos procedimentos iniciais que permitiram desenvolver a análise de conteúdo, ou seja, envolve a escolha dos documentos que serão submetidos a análise, a construção de objetivos, hipóteses e os indicadores que nortearam a interpretação final dos dados ou informações contidas nos documentos (BARDIN, 1977).

Figura 2 – Fases da análise de conteúdo.



Fonte: BARDIN, 1997.

A segunda fase de exploração do material consiste na utilização de procedimentos ou ferramentas de codificação, decomposição ou enumeração dos dados, que podem ser realizados manualmente ou com o auxílio de um programa ou software computacional (BARDIN, 1977). E por fim, a terceira fase de tratamento dos resultados, inferência e interpretação refere-se ao processo em que os resultados brutos gerados são abordados de forma a serem significativos e verdadeiros (BARDIN, 1977). Nesse sentido, são utilizadas nessa fase análises estatísticas simples (porcentagens) ou complexas (análise fatorial), que possibilitam a construção de diagramas, fluxogramas, modelos, quadros de resultados, entre outros (BARDIN, 1977).

Assim, considerando as fases de desenvolvimento da análise de conteúdo, os procedimentos que foram utilizados nessa dissertação consistem em:

- a) Leitura das entrevistas

- b) Tabulação das entrevistas no software estatístico SPSS;
- c) Construção das categorias de análise com base no referencial teórico de Ellis (2000);
- d) Definição de indicadores para as estratégias de reprodução socioeconômica;
- e) Exploração dos dados tabulados e das informações coletadas durante as entrevistas;
- f) Realização de operações estatísticas como a estatística descritiva (porcentagens) e a análise fatorial de correspondência⁷ (agrupamento de informações);
- g) Inferência e interpretação dos resultados obtidos.

3.4.2 Análise Multivariada

A análise multivariada permite analisar grande número de variáveis sobre o tema estudado, ou seja, “refere-se a todas as técnicas estatísticas que simultaneamente analisam múltiplas medidas sobre indivíduos ou objeto de investigação” (HAIR et al., 2009, p. 23). As técnicas de análise multivariada utilizadas neste estudo consistem na estatística descritiva, cujo objetivo envolve o “estudo aprofundado do comportamento de determinada variável de cada vez, em relação aos valores centrais, dispersões ou as formas de distribuição de seus valores em torno da média”, dos quais são analisadas tabelas, gráficos, medidas de frequência, entre outros (FÁVERO et al., 2009, p. 52) e na análise de *clusters* a partir de variáveis binárias.

3.4.2.1 Análise de Clusters: utilização de variáveis binárias

Muitos avanços têm se desenvolvido em estudos dos espaços rurais e dos sistemas produtivos na compreensão dos diferentes grupos e indivíduos que compõe esses espaços e de suas características peculiares (WAQUIL; CONCHA-AMIN, 2015). Um dos procedimentos utilizados na compreensão dessa heterogeneidade no meio rural é a construção de tipologias por meio da análise de conglomerados hierárquicos (análise de *clusters*) (WAQUIL; CONCHA-AMIN, 2015).

Segundo Fávero et al. (2009, p. 196), “a análise de conglomerados, ou *cluster analysis*, é uma técnica de interdependência que busca agrupar os elementos conforme sua estrutura natural”. Assim, por meio dessa análise, é possível agrupar elementos ou variáveis de acordo com suas características similares ou de menor distância, assim como, permite ao

⁷ A análise fatorial de correspondência é caracterizada pelo cruzamento e agrupamento de palavras (considerando sua frequência), possibilitando a construção de gráficos e diagramas.

analisador identificar *outliers*⁸ e o levantamento de hipóteses com base na associação das variáveis.

No caso desse estudo, a análise de *clusters* utilizada envolveu o procedimento aglomerativo, ou seja, esse procedimento inicia-se primeiramente pelo agrupamento dos dois fatores mais próximos, definidos pela menor distância entre eles, em segundo momento, esses fatores agrupados se fundem aos demais fatores semelhantes, reduzindo o número de agrupamentos e formando os grupos de variáveis (FÁVERO et al., 2009).

Muitos são os algoritmos para a realização da análise de *clusters*, pois existem diversas medidas de distância relacionadas às variáveis métricas e de semelhança associadas às variáveis binárias (FÁVERO; BELFIORE, 2015). No caso desse estudo, em que procura definir as famílias que adotam estratégias similares, as medidas de distância utilizadas foram de semelhança por meio da utilização de variáveis binárias.

As medidas de semelhança procuram identificar a “frequência dos pares de respostas convergentes 1-1 ou 0-0 de duas determinadas observações” (FÁVERO; BELFIORE, 2015, p. 7). Quanto maior for a frequência de pares convergentes maiores são as semelhanças encontradas entre as observações do estudo (FÁVERO; BELFIORE, 2015). Nesse sentido, a variável binária ou *dummy* (X_{1i} , X_{2i} , X_{3i} , X_{4i}) indica que a presença de determinada observação (i) é representada pelo valor 1 e a ausência pelo valor 0 (Tabela 3).

Tabela 3 – Exemplo de cinco observações com quatro variáveis binárias

Observação i	X_{1i}	X_{2i}	X_{3i}	X_{4i}
1	0	0	1	1
2	0	1	1	1
3	1	1	0	0
4	1	1	0	0
5	0	0	1	0

Fonte: FÁVERO; BELFIORE, 2015. Editado.

Uma das métricas de mensuração utilizadas com frequência pelos pesquisadores é a distância quadrática euclidiana entre as observações, que no caso da análise com variáveis binárias é dada por (FÁVERO; BELFIORE, 2015, p. 15):

⁸ Variáveis consideradas como outliers apresentam uma grande dispersão com relação às outras variáveis da amostra, isto é, apresentam características muito distintas das outras variáveis analisadas (FÁVERO et al., 2009).

$$d_{1,2} = \sum_{j=i}^{x_i} (x_{j1} - x_{j2})^2 \quad (1)$$

Assim, quanto maior a quantidade obtida de respostas iguais, no caso de 1-1 ou 0-0, menor é a distância quadrática euclidiana entre as variáveis das observações e mais semelhantes as suas características particulares (FÁVERO; BELFIORE, 2015).

A representação gráfica dos grupos formados pode ser feita pelo dendrograma, que permite visualizar “em cada etapa o esquema de aglomeração e a distância entre os grupos” (FÁVERO et al., 2009, p. 209). Contudo a determinação do número de agrupamentos é de responsabilidade do pesquisador, que decide onde deseja cortar o gráfico por meio de uma linha vertical imaginária e o número de grupos são determinados onde essa linha corta os ramos (linhas horizontais) no gráfico (FÁVERO et al., 2009).

O software estatístico utilizado para a análise de *clusters* será o *IBM SPSS Statistics* de versão 20. A mensuração de dados utilizada foi a distância quadrática euclidiana (*squared Euclidean distance*) e o método *Average Linkage (Between Groups)* que calcula a distância entre os *clusters* na análise de agrupamento hierárquico.

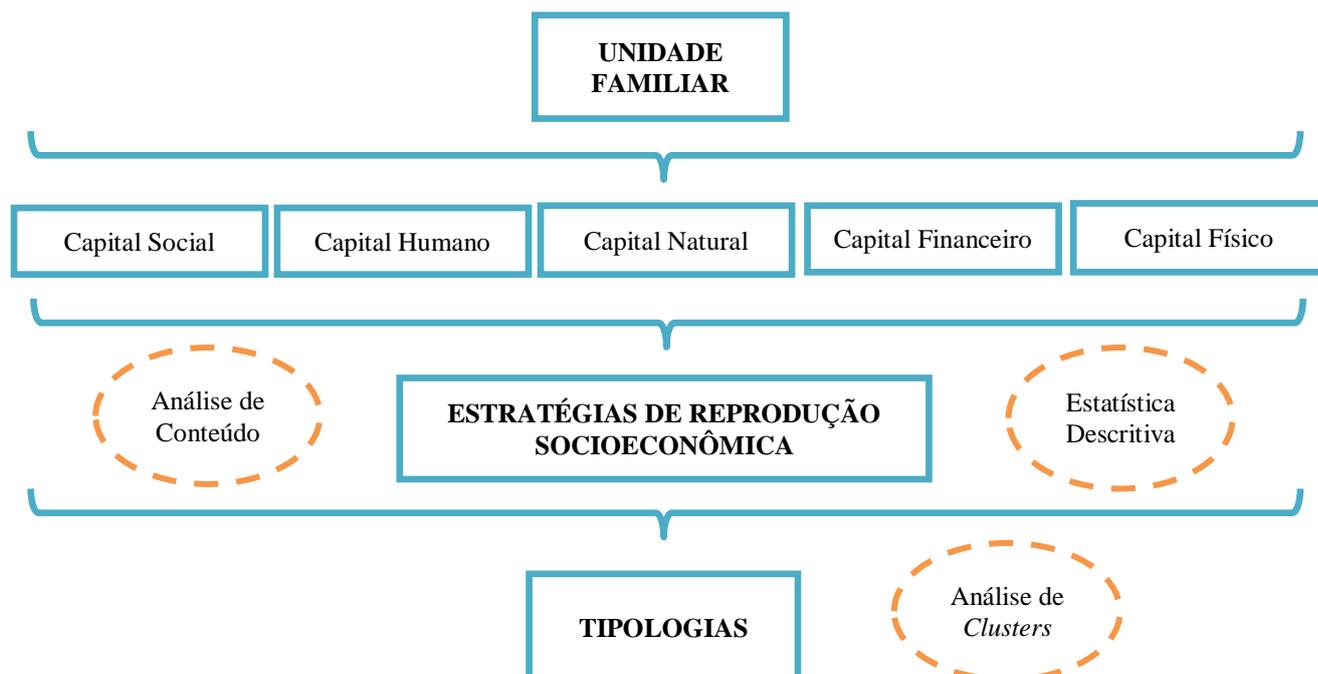
3.5 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A unidade de análise desta dissertação é composta pelas famílias dos agricultores assentados, caracterizadas por experiências, ativos e modos de vida distintos. São esses recursos combinados ou não que resultam nas distintas estratégias de reprodução socioeconômica familiar e que garantem à família a permanência no meio rural, bem como, a qualidade e bem-estar aos seus membros.

Assim, a pesquisa partiu da análise das unidades familiares, que procurou identificar os principais ativos disponíveis as mesmas. Logo, compreendendo o contexto dos ativos das famílias, foram destacadas as estratégias que os agricultores utilizavam para garantir renda e as necessidades familiares, bem como sua permanência no meio rural. E por fim, utilizou-se da análise de *clusters* para identificar, a partir da combinação de estratégias, tipologias que caracterizavam as famílias que residem nos assentamentos pesquisados.

Os procedimentos metodológicos utilizados são representados na figura 3 abaixo:

Figura 3 – Síntese dos procedimentos metodológicos de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A partir desse processo, foi possível coletar todas as informações e dados necessários para responder à problemática e os objetivos da pesquisa.

4 OS ATIVOS E ATIVIDADES QUE CARACTERIZAM AS FAMÍLIAS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE PALMEIRA DAS MISSÕES (RS)

Segundo Ellis (2000), os meios de vida são compostos por cinco capitais, denominados como o capital humano, físico, social, natural e financeiro. Cada capital é constituído por uma infinidade de ativos que podem estar disponíveis ou não às famílias rurais. Nesse sentido, esse capítulo busca responder o primeiro objetivo do estudo, em que apresenta e caracteriza os principais ativos encontrados por meio da pesquisa a campo, estando esses disponíveis ou sendo utilizados pelas famílias entrevistadas. Além disso, também serão caracterizadas as principais atividades desenvolvidas.

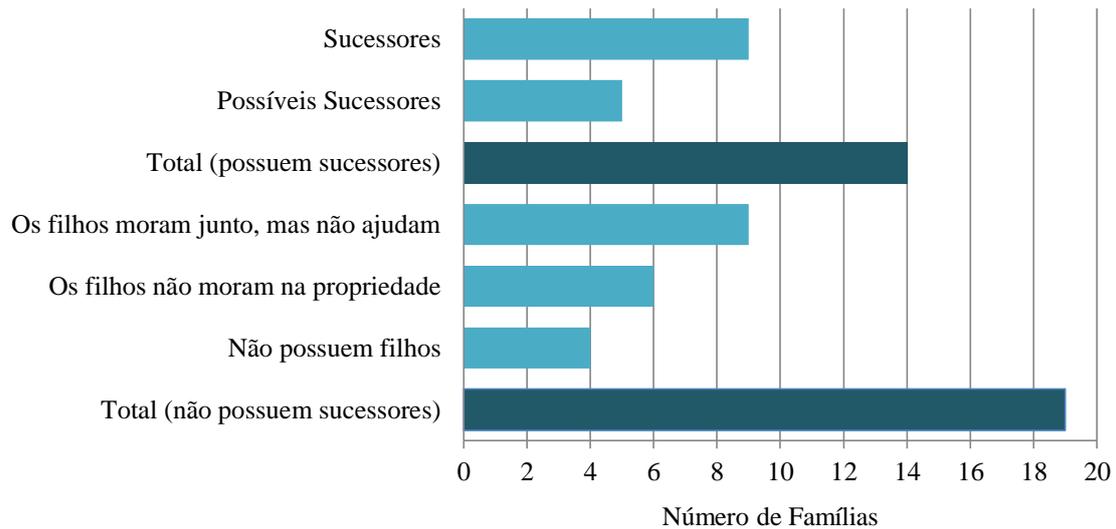
4.1 CAPITAL HUMANO

O capital humano é composto por atributos que envolvem os níveis de escolaridade (de educação), saúde, conhecimentos e habilidades, experiências sociais e a mão de obra familiar (ELLIS, 2000; SITO, 2011; MATTE; WAQUIL, 2013). Assim, o capital humano é caracterizado pela combinação de três importantes eixos, a saber: do trabalho (organização da mão de obra familiar, ou seja, como a família se organiza internamente em relação às atividades e afazeres da propriedade, assim como, em relação a atividades que são desenvolvidas fora dela), do humano (educação, capacitações, conhecimentos e habilidades) e das relações domésticas (afinidades entre os membros da família, decisões e gestão) (MOREIRA, 2018).

Segundo a pesquisa a campo, os proprietários entrevistados possuem maior frequência de idade entre 40 a 70 anos, sendo que em 18 famílias os mesmos já são aposentados. Além disso, apenas 14 famílias entrevistadas possuem sucessores, desse número, nove possuem filhos que realizam todas as atividades produtivas, econômicas e de gestão da propriedade e outras cinco possuem possíveis sucessores que ajudam na maioria das atividades desenvolvidas (Gráfico 1).

Outras 19 famílias entrevistadas não possuem sucessores (ou pelos menos em curto período de tempo). Desse total, quatro famílias não possuem filhos, seis não possuem filhos morando na propriedade e nove possuem filhos pequenos ou são doentes ou estudam e não ajudam nas atividades diárias da propriedade.

Gráfico 1 – Número de famílias que possuem e que não possuem sucessores – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

O alto número de agricultores com idade avançada (acima dos 55 anos) e a falta de sucessores é uma realidade encontrada em muitos contextos da agricultura familiar. Schneider (1994), ao comparar a realidade da agricultura europeia com o processo de modernização da agricultura no Rio Grande do Sul, considera que até a terceira geração de imigrantes no cenário gaúcho (anterior aos anos de 1960), pelo menos 84% dos filhos permaneciam na propriedade, desempenhando as funções do pai, como agricultor. Dos anos de 1960 para cá, essa realidade vem tomando novas configurações e os filhos nem sempre permanecem na propriedade, migram para outros locais (geralmente urbanos) a procura de outros ofícios (MATTE; MACHADO, 2017).

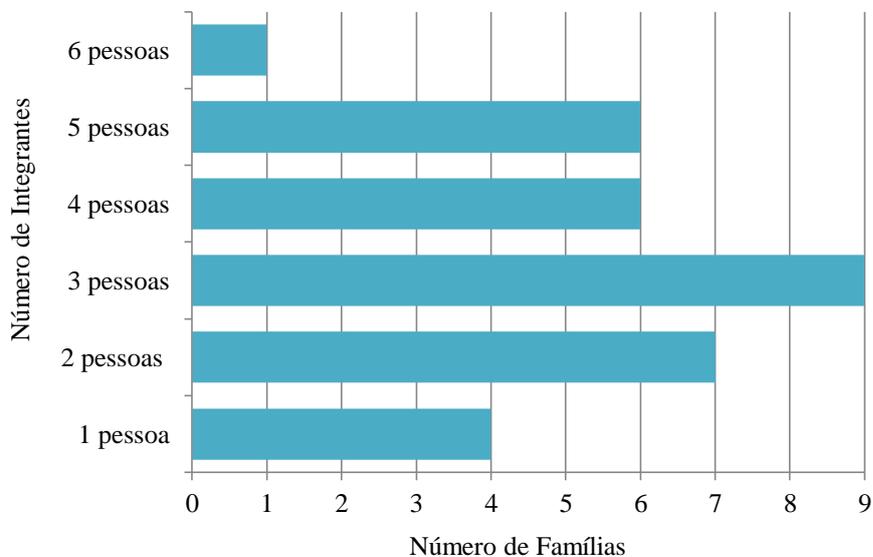
Atualmente, a questão do envelhecimento rural e da falta de sucessores no meio rural já é uma questão agravante e vem sendo muito debatida no meio acadêmico. Spanevello et al. (2017), ao analisar questões do amparo na velhice e destino do patrimônio de agricultores familiares nos municípios gaúchos de Dona Francisca, Pinhal Grande e Esperança do Sul, corroboram que para os pais receberem amparo durante a velhice devem migrar aos centros urbanos e residir com seus filhos, caso contrário, possuem a tendência de serem amparados por terceiros. Outros ainda possuem incertezas quando ao futuro ou esperam o retorno dos filhos a propriedade (SPANEVERELLO et al., 2017).

Nesse sentido, o patrimônio construído no meio rural por esses agricultores é destinado à venda para terceiros ou deixado de herança aos filhos (SPANEVERELLO et al., 2017). Além disso, segundo Matte et al. (2013), ao analisar o contexto de pecuaristas e agricultores familiares no Rio Grande do Sul, destaca que uma das preocupações dos

agricultores com a não passagem da propriedade aos filhos é a perda ou a ruptura de valores intrínsecos não materiais que fazem parte da história e da cultura da família praticados ao longo do tempo naquela localidade.

Outro aspecto levantado pela pesquisa a campo é o número de integrantes das famílias, que varia de uma a seis pessoas (Gráfico 2), onde seis das famílias são compostas somente pelo casal (proprietários), 12 pelo casal e filhos(a) ou netos(a), três somente por um dos proprietários e filhos(a) ou netos(a), quatro pelos proprietários que moram sozinhos e oito das famílias são compostas por mais de três membros, pelo casal ou um dos proprietários, filhos(a) ou netos(a), noras ou genros e/ou outros familiares.

Gráfico 2 – Composição das famílias entrevistadas por número de integrantes – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

Contudo, a quantidade de pessoas residentes na propriedade não indica força de trabalho ativa, uma vez que as famílias também são constituídas por idosos e crianças. Assim, o índice de Unidade de Trabalho Humano (UTH), que mede a mão de obra disponível para o trabalho na propriedade, possui média de 2,6 pessoas e desvio padrão (medida de dispersão em torno da média) de 1,06 pessoas. A UTH mínima entre as famílias é de 1 pessoa e máxima de 4 pessoas que desempenham todas as atividades da propriedade ou a maior parte delas.

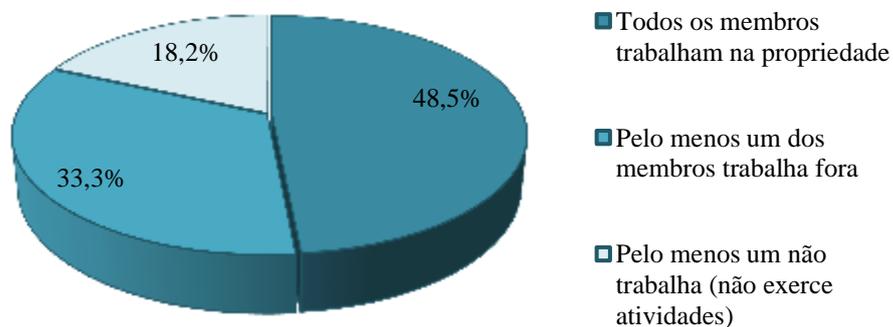
Esse cenário também é observado pelo estudo de Zarnott, Flech e Neumann (2016) no assentamento Conquista Esperança (RS), em que a UTH média dos agricultores entrevistados é de 2,5 e desvio padrão de 1,2 pessoas, bem como, UTH mínimo de 1 e máximo de 5,5 pessoas. Além disso, a média de pessoas que não trabalha na propriedade (por não estar em

idade ativa) é de duas pessoas. Assim, as capacidades de trabalho entre as famílias são variadas e refletem diversas formas de organização do trabalho familiar (ZARNOTT; FLECH; NEUMANN, 2016).

Schneider (2003) corrobora que a composição da unidade familiar é um dos critérios importantes quanto à organização da mão de obra familiar, em que famílias maiores possuem uma maior probabilidade de desenvolver atividades não agrícolas. Esse fato também é evidenciado por Gaspari e Khatounian (2016), em um estudo com sete famílias residentes no Assentamento Araraquara (SP), destacando que as estratégias de organização da mão de obra das famílias nos assentamentos rurais, geralmente, corroboram ao tamanho, composição e ciclo demográfico da família. Uma dessas estratégias é que famílias mais numerosas tendem a desenvolver outras atividades não relacionadas somente a agricultura (GASPARI; KHATOUNIAN, 2016).

Assim, a mão de obra familiar observada na presente pesquisa é dividida em três grupos: 16 famílias (48,5%) possuem todos os membros residentes trabalhando nas atividades diárias da propriedade, 11 (33,3%) possuem pelo menos um dos membros que trabalha fora da propriedade e seis (18,2%) possui pelo menos um dos membros que não exerce nenhuma das atividades diárias na propriedade (pela idade como os avós, por problemas de saúde ou crianças) (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Divisão da mão de obra familiar nas famílias entrevistadas – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

Entre os principais membros das famílias que possuem pelo menos um que trabalha fora da propriedade estão os próprios proprietários (as) (em cinco famílias), os filhos (em quatro famílias), o proprietário e os filhos (em uma família) e o filho e a nora (em uma família). As atividades desenvolvidas pelos membros que trabalham fora da propriedade são classificadas como atividades temporárias (desenvolvidas em períodos curtos de tempo como

nas safras de soja, por exemplo) e permanentes (referentes às “atividades fixas” ou “empregos fixos” com ou sem carteira assinada e que possuem duração indeterminada).

Assim, nove das treze famílias que desenvolvem atividades fora da propriedade exercem de modo temporário, em que o restante (quatro das famílias) é de modo fixo (permanente). Entre as atividades temporárias desenvolvidas estão as de empregado de granja, pedreiro, temporadas de colheita de uvas em Caxias do Sul e de colheita de soja. Já com relação às atividades permanentes estão as de funcionário público da prefeitura do município local, de enfermeira, de empregada doméstica e de borracharia.

As atividades não agrícolas e desenvolvidas fora da propriedade rural tem sido uma das estratégias mais utilizadas pelas famílias que vivem no meio rural, especialmente nos assentamentos rurais. Esse contexto também é observado por Zarnott, Flech e Neumann (2016) no assentamento Conquista Esperança de Tupanciretã (RS). Segundo os autores, o desenvolvimento de atividades não agrícolas é praticado por dez das treze famílias entrevistadas no assentamento, em que pelo menos um membro da família trabalha fora da propriedade rural. Esse fato é evidenciado, principalmente, pelo assentamento estar localizado próximo à cidade, em que estão atividades de doméstica, na construção civil, de mecânica e de serralheria (ZARNOTT; FLECH; NEUMANN, 2016).

Em relação ao nível de escolaridade do casal de proprietários entrevistados, a maioria (17) possui ensino fundamental incompleto, quatro possuem ensino fundamental (homem) e médio (mulher), dois possuem ensino médio e um possui ensino fundamental (homem) e superior (mulher). No caso dos proprietários individuais (separados ou viúvos), oito dos nove entrevistados possuem ensino fundamental e apenas um possui ensino médio (Tabela 4).

Tabela 4 – Nível de escolaridade dos proprietários – 2020

Escolaridade	Proprietários - Casal	Proprietários – Individuais	Total
Ensino Fundamental	17	8	26
Ensino Médio	2	1	3
Ensino Fundamental e Médio	4	0	4
Ensino Fundamental e Superior	1	0	1
Total	24	9	33

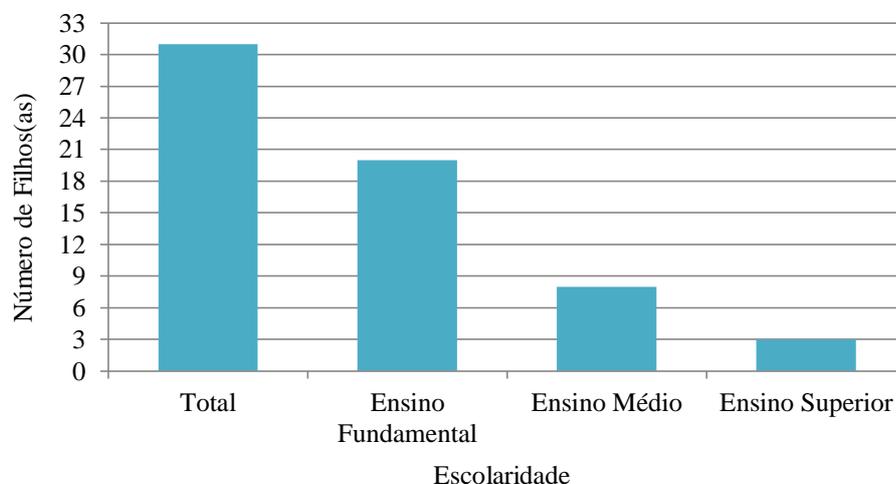
Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

A baixa escolaridade dos agricultores, em especial dos homens, também é observada no estudo de Zarnott, Flech e Neumann (2016), ao analisar as estratégias de reprodução social e os estilos de agricultura presentes no assentamento Conquista da Esperança em Tupanciretã (RS). Segundo os autores, 77,6% dos agricultores assentados possuem ensino fundamental, 15,5% possuem ensino médio, 1,7% são analfabetos e 5,2% ainda não escolarizados. Além disso, assim como na presente pesquisa, o autor identifica que os anos de estudo das mulheres são maiores do que dos homens no assentamento.

Heredia et al. (2002), em seu estudo sobre os impactos regionais da reforma agrária brasileira, observou que 87% dos agricultores assentados no Brasil possuíam até a 4ª série, que corresponde atualmente ao 5º ano do ensino fundamental, bem como, 32% dos agricultores não haviam frequentado a escola. Segundo Matte (2014), essa realidade é resultado das dificuldades dos agricultores em frequentarem a escola quando crianças ou na fase de adolescência, principalmente, para aquelas famílias que necessitavam da ajuda dos filhos nas atividades (manuais) da lavoura.

Já em relação ao nível de escolaridade dos filhos (Gráfico 4) que compõem as famílias, tanto sucessores como não sucessores, 20 dos 31 filhos existentes nos assentamentos possuem ensino fundamental, oito possuem ensino médio e três possuem ensino superior (nas áreas de agronomia, educação e psicologia).

Gráfico 4 – Nível de escolaridade dos filhos (as) que compõem as famílias – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

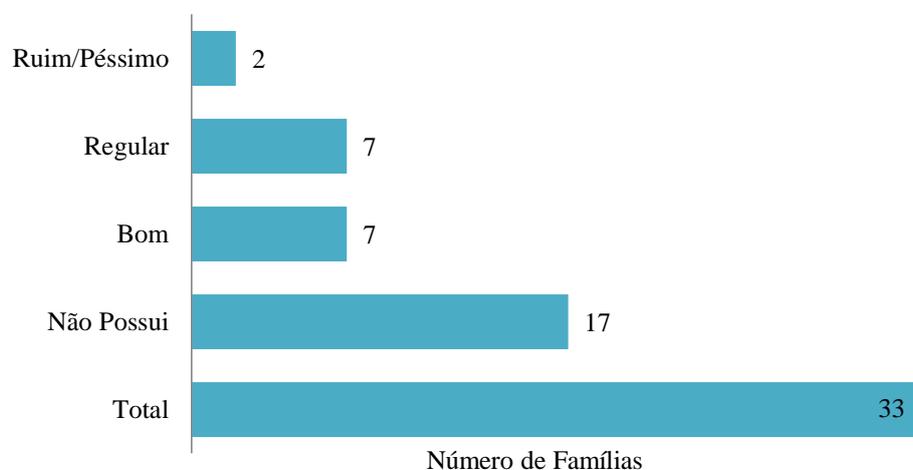
O maior nível de representatividade do ensino fundamental entre os filhos é explicado pelo maior número de crianças e adolescentes presentes nas famílias, bem como, entre filhos mais velhos que permaneceram na propriedade dos pais para ajudar com as atividades

agropecuárias e acabaram desistindo de estudar já no ensino fundamental. Contudo, ainda percebe-se um maior nível de ensino comparado aos dos pais, esse fato é justificado pelo maior acesso à educação, a disponibilidade do transporte público nas áreas rurais e a mecanização da agricultura, que fizeram com que a mão de obra familiar não fosse tão demandada.

Com base no nível de escolaridade dos netos (as) e noras, que também compõem as famílias entrevistadas, este se concentra no ensino fundamental e médio. Além disso, em uma das famílias entrevistadas também é composta pelo irmão da proprietária que apresenta necessidades especiais e frequenta a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), uma organização sem fins lucrativos que atende crianças, adolescentes e jovens com necessidades especiais do município.

Em relação à percepção das famílias entrevistadas aos serviços de saúde disponibilizados (Gráfico 5), 17 famílias afirmaram não possuir esses serviços no assentamento, e quando necessário devem recorrer ao centro urbano do município, bem como, a outros municípios próximos. Esse caso é observado, sobretudo no assentamento Terra Nova, que não possui UPA (Unidade de Pronto Atendimento) no assentamento ou próximo ao mesmo. Assim, duas famílias consideram os serviços de saúde disponibilizados péssimos ou ruins.

Gráfico 5 – Percepção das famílias em relação aos serviços de saúde nos assentamentos - 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

Já outras 14 famílias consideram os serviços de saúde bons ou regulares. Esse fato é observado, principalmente, pelos entrevistados do Assentamento Potreiro Bonito, que utilizam os serviços da UPA próxima ao assentamento, localizada na Linha Santa Rosa. Nessa

UPA, pelo menos um médico (clínico geral) ou um dentista estão disponíveis uma vez na semana, onde os atendimentos são agendados pela enfermeira, que trabalha na mesma diariamente. No caso desta UPA, também são oferecidos serviços relacionados à Saúde da Mulher, bem como, encaminhamento de exames e vacinações.

Quanto as principais decisões da família em relação à gestão da propriedade, estas são tomadas em conjunto (com a participação de todos os integrantes) em 20 famílias entrevistadas, inclusive, em duas famílias as decisões são compartilhadas com os filhos que não residem mais na propriedade. Em outras seis famílias as decisões são tomadas somente pelo casal (proprietários), em quatro famílias as decisões são tomadas somente pelo proprietário (a) (onde três moram sozinhos e na outra a proprietária mora somente com as filhas) e em três as decisões são tomadas pelo proprietário (a) e os filhos.

Contudo, esse cenário se difere um pouco quando questionado quem da família que decide por último (Tabela 5), mesmo nos casos em que as decisões são compartilhadas entre todos os membros da família (em conjunto). Neste caso, a maioria (onze) das famílias afirmou que as últimas decisões são dadas pelo casal de proprietários. Outras oito famílias relataram que o proprietário (a) decide, em seis as últimas decisões são formalizadas em conjunto, em cinco somente o proprietário (homem) (onde em um dos casos o proprietário relatou tornar a última decisão em acordo com o restante da família) e nas outras quatro famílias pelo proprietário (a) e pelo filho.

Tabela 5 – Decisões da família em relação à gestão da propriedade – 2020

Composição	Decisões Construídas*	Última Decisão*
Em conjunto	20	6
Casal	6	11
Proprietário (a)	4	8
Proprietário (homem)	0	5
Proprietário (a) e filhos	3	3
Total	33	33

Fonte: Pesquisa a Campo, 2020.

*por família.

Segundo Mayer e Werlang (2016, p. 3), “as decisões são escolhas tomadas com base em propósitos, são ações orientadas para determinado objetivo e o alcance deste objetivo determina a eficiência do processo de tomada de decisão”. As escolhas devem ser analisadas e pensadas da melhor maneira possível, pois elas podem determinar tanto o sucesso como o

insucesso das decisões. Assim, o processo de tomada de decisão é complexo, em que devem ser consideradas todas as alternativas e possibilidades para chegar ao resultado desejado (MAYER; WERLANG, 2016).

No meio rural, o agricultor está constantemente envolvido na ação de tomar decisões e escolher a melhor alternativa de garantir a reprodução socioeconômica da unidade familiar. Entretanto, umas das dificuldades enfrentadas pelos agricultores é a falta ou a fragilidade de informações que impõem limites em seu processo decisório (CREPALDI, 2006). Assim, o agricultor deve ter conhecimento completo dos processos que são empregados na propriedade, como são desenvolvidas as atividades agropecuárias, quais são os custos, despesas e rendimentos para que consiga fazer uma boa gestão e planejamento de suas escolhas durante o seu processo de decisão.

No caso do estudo realizado por Mayer e Werlang (2016), em 154 propriedades rurais do município de Itapiranga (SC), o processo decisório é feito principalmente pelo proprietário (homem) em 64% das famílias, sendo que apenas 25,4% das decisões são tomadas pela família em conjunto, 3,2% pelos filhos e 2,6% pela mulher. Além disso, os autores percebem que os mais velhos possuem forte influência no processo decisório, principalmente, quando esta é tomada pelos filhos (sucessores) (MAYER; WERLANG, 2016). Assim, os processos de decisões envolvem os conhecimentos, experiências e habilidades dos agricultores, na medida em que decidem quais são as melhores opções para a sua propriedade rural.

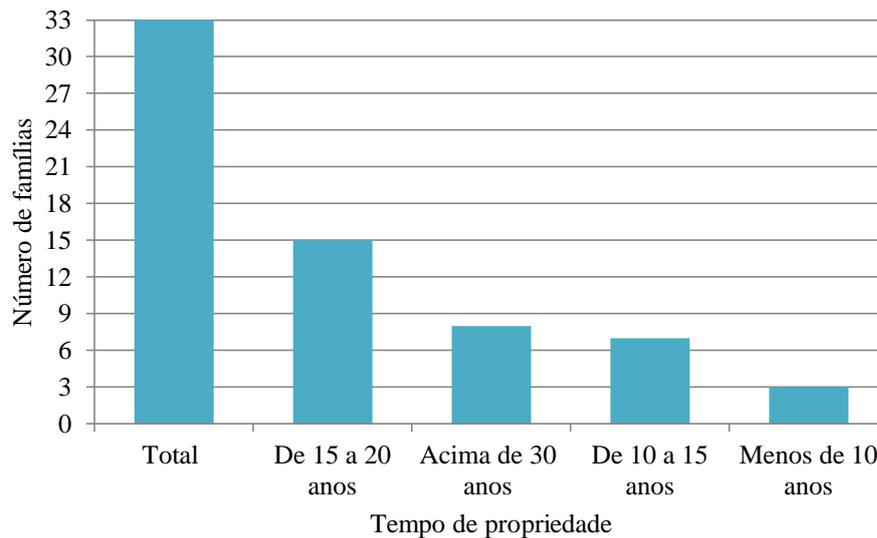
Outro fator de relevância percebido pela pesquisa a campo é o período de tempo em que a família está na propriedade, pois quanto maior esse período, maiores são suas relações sócio afetivas com o meio em que vivem, bem como, suas experiências de vida e de interação social, o que também envolve ativos do capital humano. Períodos de tempo maiores ou menores também são influenciados pelo ano em que cada assentamento foi criado. No assentamento Potreiro Bonito criado no ano de 1983, um dos primeiros assentamentos criados no município de Palmeira das Missões (RS), o tempo de propriedade para algumas famílias será maior do que aquelas que residem no Assentamento Nova Vida e Terra Nova, ambos criados entre os anos de 2000 a 2001.

No caso do assentamento Potreiro Bonito, seis das onze famílias entrevistadas possuem 37 anos de propriedade, sendo que as mesmas foram instaladas em seus lotes na criação do assentamento. Além dessas famílias, outras duas possuem 31 e 36 anos de propriedade, tempo relativamente maior em comparação as outras três famílias que possuem menos de 15 anos. Entre essas três famílias com tempo menor de propriedade no

assentamento, uma é originária do próprio assentamento, ou seja, a proprietária é filha de um dos assentados.

Já no caso dos assentamentos Terra Nova e Nova Vida, 15 das 22 famílias entrevistadas em ambos foi assentada no momento da criação dos assentamentos e possuem entre 19 e 20 anos de propriedade, outras seis famílias possuem de 10 a 15 anos e apenas uma família está a menos de 10 anos na propriedade (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Tempo de propriedade das famílias – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

Entre os principais motivos das famílias em fazer parte dos assentamentos e migrarem para o local, estão:

1. A falta de terra ou terra insuficiente para a sobrevivência da família, relatada por treze das famílias entrevistadas, em que cinco delas destacam:

[...] Pela falta de terra, queria ter a terra própria [...] (Entrevistado 1).

[...] Tinha pouca terra na época, daí fomos acampar para ganhar terra [...] (Entrevistado 12).

[...] Porque não tinha terra e plantava em associação com os irmãos [...] (Entrevistado 15).

[...] Porque a terra era insuficiente para a família (morava com o pai) [...] (Entrevistado 19).

[...] Nós não tinha terra e trabalhava de empregados nas granjas no interior de Rondinha [...] (Entrevistado 33).

2. Por gostar de trabalhar na agricultura, ter o próprio pedaço de terra e por necessidade, em cinco das famílias, em que uma relata:

[...] Para continuar trabalhando, a idade foi avançando e trabalhar na granja ficou difícil [...] (Entrevistado 25).

3. Pelos benefícios de morar no meio rural e não gostar de morar na cidade, em duas das famílias, em que uma relata:

[...] Economia do consumo que é mais barato em comparação com a cidade, e pelo sossego de morar no interior [...] (Entrevistado 20).

4. Pela falta de recursos para comprar terras, principalmente, para quem trabalhava de empregado, em quatro das famílias que destacam:

[...] Sempre queria ter um pedaço de terra e nós não tinha dinheiro para comprar, daí viemos e acampamos [...] (Entrevistado 2).

[...] Porque era muito duro trabalhar de biscate (pedreiro), daí fui acampar para ganhar um lote de terra [...] (Entrevistado 3).

[...] Nós trabalhava de empregado de granja no interior de Rondinha e não tinha recursos suficientes para comprar o próprio pedaço de terra [...] (Entrevistado 21).

[...] Pela falência da granja que nos trabalhava, daí resolvemos vir acampar [...] (Entrevistado 30).

5. Já ocupava um lote de assentamento e/ou o lote foi comprado ou trocado, em seis das famílias, em que quatro destacam:

[...] Ganhamos um lote em outro assentamento aquela vez, daí pedimos para trocar para ficar perto do meu irmão que já morava aqui (do proprietário) e a família que estava aqui concordou em trocar [...] (Entrevistado 4).

[...] Nos não tinha terra (moravam com o pai da proprietária), daí foi comprado o lote que estava à venda porque era mais próximo e a terra era mais barata [...] (Entrevistado 9).

[...] Nós já era assentado em um lote vago, daí vieram os homens do INCRA e disseram que nos estava invadindo aquela área e mandam a gente sair e tivemos que morar junto com os meus pais (no caso da proprietária), daí fomos juntando dinheiro e quando surgiu o lote compramos que a terra era mais barata na época [...] (Entrevistado 18).

[...] Nós morava junto com o pai um tempo (da proprietária também assentado), daí surgiu um lote para comprar no próprio assentamento [...] (Entrevistado 27).

6. Foram convidados ou tiveram interesse em acampar, em três das famílias:

[...] Aquela vez convidaram se nós não queria vir acampar para ganhar terra, nós era agricultor, mas tivemos que vender a terra que nos tinha pelas dívidas do banco [...] (Entrevistado 5).

[...] Fomos convidados a morar no assentamento, dai 1º nos viemos e acampamos na FEBEM (hoje UFSM), daí viemos para cá [...] (Entrevistado 6).

[...] Tivemos o interesse de vir acampar para ganhar terra, já tinha amigos que eram assentados e que contavam como era [...] (Entrevistado 8).

Entre as principais atividades desenvolvidas pelas famílias antes da vinda para os assentamentos estão, em sua maioria (28 famílias entrevistadas), a agricultura. Como pode ser observado em alguns dos relatos dos agricultores:

[...] Agricultores, moravam em Boa Vista das Missões [...] (Entrevistado 7).

[...] Morava próximo ao assentamento e trabalhava na agricultura [...] (Entrevistado 22).

[...] Já era agricultor e trabalhava de empregado nas granjas [...] (Entrevistado 25).

[...] Morava com os pais (da proprietária) no assentamento e trabalhava na agricultura [...] (Entrevistado 27).

[...] Trabalhava na agricultura no interior de Rondinha (arrendava um pedaço de terra daí pagava parte para o proprietário - meia parte dos lucros ou terça parte, tipo "agregado") [...] (Entrevistado 31).

[...] Tinha vaca de leite e trabalhavam na agricultura [...] (Entrevistado 13).

Esse fato também é observado no estudo de Zarnott, Flech e Neumann (2016) no Assentamento Conquista Esperança no município de Tupanciretã (RS). Segundo os autores, entre as principais atividades desenvolvidas pelos agricultores assentados antes de residir no assentamento, doze dos treze entrevistados mencionaram a agricultura. Assim, para muitos dos agricultores a agricultura é uma atividade já praticada pela família a gerações e se associa a cultura camponesa, aos saberes e as habilidades adquiridas ao longo do tempo.

Outras cinco famílias entrevistadas pela presente pesquisa exerciam atividades remuneradas e, algumas moravam na cidade, como pode ser percebido no relato de quatro delas:

[...] Trabalhava de pedreiro [...] (Entrevistado 3).

[...] Nós morava com os pais, mas trabalhávamos fora de casa [...] (Entrevistado 4).

[...] Morava na cidade e trabalhava de empregado, eu (proprietária) trabalhava nas casas de faxineira e meu marido trabalhava na cooperativa (Entrevistado 6).

[...] Trabalhava em um frigorífico em Chapecó [...] (Entrevistado 24).

Além disso, observa-se pelas entrevistas com as famílias que muitas delas vieram de diferentes lugares, ou seja, de outros municípios, como Rondinha, Boa Vista das Missões, Lajeado do Bugre, São José das Missões, Bento Gonçalves, Chapecó, entre outros. Esse fato também é observado por Ferron (2019), ao analisar o contexto dos assentamentos rurais de Santana do Livramento (RS). Segundo o autor as famílias que compõem os assentamentos estudados de diversos municípios do estado gaúcho, como Palmeira das Missões, Ronda Alta, Engenho Velho, Constantina, Três Palmeiras, Tupanciretã, bem como, do próprio município, Santana do Livramento (FERRON, 2019).

4.2 CAPITAL NATURAL

O capital natural é composto por um conjunto de ativos associados a recursos naturais disponíveis tanto em termos de qualidade quanto em quantidade (ELLIS, 2000; MATTE; WAQUIL, 2013) como, por exemplo, o acesso à água e a terra. Os ativos do capital natural são fundamentais para famílias rurais que constroem suas estratégias de reprodução familiar com base em práticas agrícolas, como o desenvolvimento da agricultura ou da pecuária (BEBBINGTON; ROJAS; HINOJOSA, 2002). Assim, mudanças em termos de qualidade e de distribuição desses ativos são relevantes para o desenvolvimento e a reprodução socioeconômica da família no meio rural.

No caso dos assentamentos rurais, a principal finalidade constitui-se justamente na distribuição terras em que possibilita o acesso a famílias que não possuem recursos suficientes para adquiri-la. Segundo o INCRA (2019), por meio das políticas de Reforma Agrária é possível atender os princípios fundamentais de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento da produção no meio rural. Assim, a distribuição e o maior acesso à terra pelas famílias também promovem aumento da segurança alimentar no campo pela produção de alimentos básicos (autoconsumo), bem como, a geração de renda, de emprego, práticas agrícolas sustentáveis, entre outros.

A quantidade de total de área em hectares (ha) de um assentamento ou do lote varia de acordo com a “geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece” (INCRA, 2019). Nesse sentido, nos Assentamentos Terra Nova e Nova Vida, apesar das terras serem mais planas (características de terras de campo), elas são mais arenosas (possuem

grandes concentrações de areia) e assim, a extensão territorial desses assentamentos e de seus lotes são maiores em comparação ao Assentamento Potreiro Bonito, caracterizadas por relevo irregular, tons mais avermelhados e com práticas agrícolas melhores.

A área total do Assentamento Terra Nova é de 399,97 ha e, conforme os dados da pesquisa de campo realizada com as famílias, as áreas dos lotes apresentam variação de 12 ha a 20,8 ha, sendo a área média de 16,4 ha. No caso do Assentamento Nova Vida, a área total é de 230,9 ha, em que a área dos lotes apresenta variação de 15 ha a 19,68 ha, sendo a área média de 17,34 ha. No Assentamento Potreiro Bonito, a área total é de 140,98 ha, os lotes apresentam variação de 7,5 ha a 18,5 ha e área média de 13 ha (Tabela 6).

Tabela 6 – Quantidade de área em hectares dos lotes das propriedades familiares – 2020

Assentamento	Mínimo (ha)*	Médio (ha)*	Máximo (ha)*	Área Total (ha)***
Potreiro Bonito	7,5**	13	18,5	140,98
Terra Nova	12	16,4	20,8	399,97
Nova Vida	15	17,34	19,68	230,9

Fonte: Pesquisa a campo, 2020 e INCRA, 2020.

*Dados obtidos através da entrevista realizada com as famílias e não correspondem ao valor total de hectares existentes no assentamento, pois além dos lotes, essa área também corresponde a áreas coletivas e de preservação se houver.

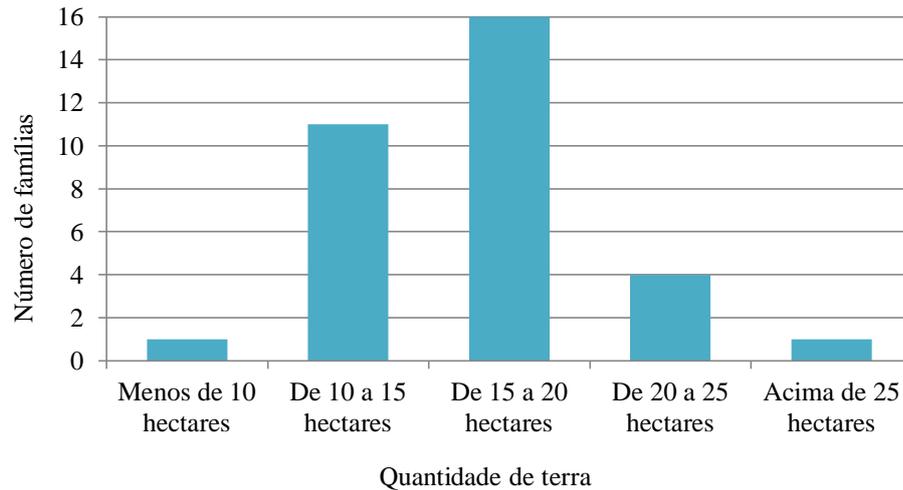
**Esse lote foi dividido entre os proprietários.

***Dado fornecido pelo INCRA, 2020.

Entretanto, considerando a área total das famílias entrevistadas (do lote, fora do assentamento e/ou arrendadas) essas variam de 7,5 ha a 25 ha, em que 16 famílias (48,5%) possuem de 15 a 20 ha. Outras 12 famílias (36,4%) entrevistadas possuem até 15 ha e apenas cinco (15,1%) famílias possuem área superior a 20 ha (Gráfico 7). A maioria (22) das famílias entrevistadas possui área de terras de 10 a 15 ha que são agricultáveis e mecanizadas, ou seja, podem ser manejadas com o uso de máquinas e implementos agrícolas.

Com base nesses dados, pode-se observar que as famílias que residem nos assentamentos rurais estão concentradas nos grupos de até 20 hectares, entre os 728 estabelecimentos agropecuários existentes no município, contabilizados pelo Censo Agropecuário de 2017. Além disso, os grupos de área de até 20 hectares representam 63% de todos os estabelecimentos agropecuários do município, caracterizando-o por pequenas explorações, com predominância da agricultura familiar.

Gráfico 7 – Quantidade total de terras dos lotes das famílias, em hectares – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

Apesar da quantidade de área agricultável, 30 famílias consideram a qualidade da área de terra que possui boa ou excelente, sobretudo, pelas práticas de correção de solo que vêm sendo atribuídas às mesmas ao longo do tempo, em comparação de quando a receberam no momento da criação dos assentamentos (caracterizadas pela baixa concentração de nutrientes, pela existência de ervas daninhas, pela erosão de solo, entre outras).

De acordo com a classificação do INCRA (2019), as propriedades das famílias são definidas como minifúndios ou pequenas propriedades rurais. O minifúndio é caracterizado por propriedade que possuem área de terra menor de que um módulo fiscal, que no caso do município de Palmeira das Missões (RS) é de 16 ha. Já as pequenas propriedades são aquelas que possuem área de terra entre um e dois módulos fiscais, ou seja, de 16 a 32 ha.

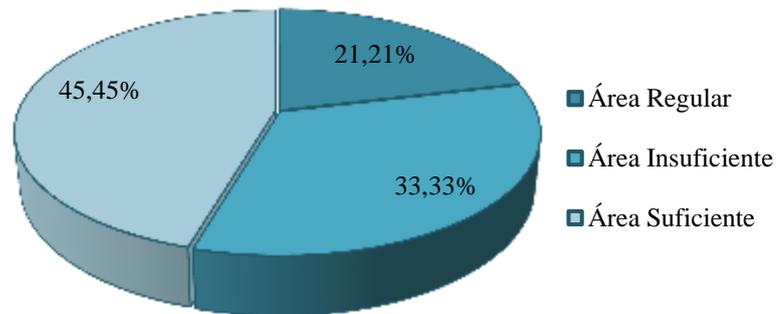
A classificação das propriedades rurais foi definida pela Lei 8.629, no ano de 1993. Além disso, o módulo fiscal, que é fixado pelo INCRA, difere-se de um município para outro, onde são considerados quatro atributos para a sua categorização:

- (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal);
- (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante;
- (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada;
- (d) o conceito de propriedade familiar (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA, 2020).

Contudo, onze famílias (33,3%) entrevistadas considera que a área de sua propriedade rural é insuficiente para o sustento familiar, o que contradiz as definições de área atribuídas pelo INCRA (Gráfico 8). Nessas situações, a atividade não agrícola é uma possibilidade de

gerar renda complementar e manter a família na propriedade rural. Outras sete famílias (21,3%) considera a área da propriedade regular para manter o sustento familiar, bem como, 15 famílias (45,5%) considera suficiente.

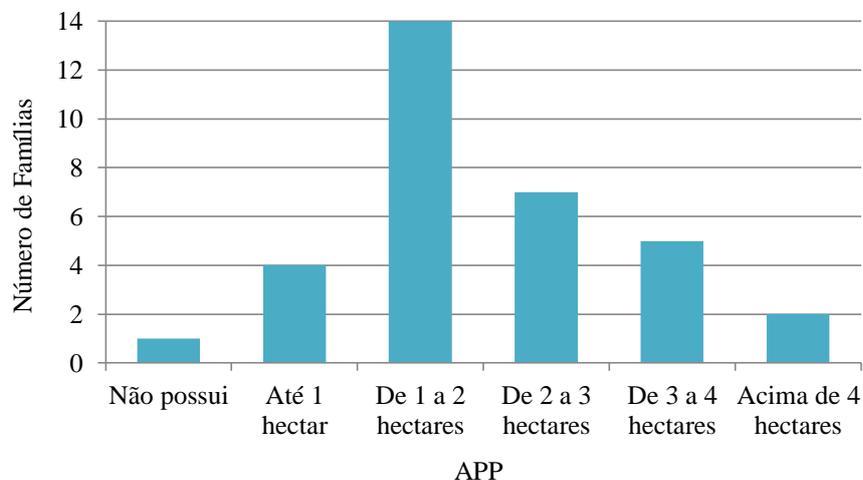
Gráfico 8 – Percepção das famílias em relação ao tamanho da área de sua propriedade – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

Além disso, as famílias também foram questionadas se possuíam na propriedade Área de Preservação Permanente (APP), como a presença de rios, nascentes, matas, entre outros. Assim, 32 famílias responderam que possuem pelo menos uma das situações descritas acima, que consideram como APP. Essa área varia de 0,5 ha a 4 ha dependendo do lote, em que a maioria das famílias (14) possuem de 1 a 2 ha (Gráfico 9). Contudo, não foi questionado no momento da entrevista se essas áreas eram cadastradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Gráfico 9 – Quantidade de APP nas propriedades das famílias, em hectares – 2020.



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

Outro ativo essencial e básico a sobrevivência das famílias é o acesso à água de qualidade na propriedade rural. Segundo os dados da pesquisa a campo, 22 famílias são

abastecidas por poço artesiano (todas do Assentamento Terra Nova e Nova Vida, que possuem o poço no assentamento) e dez ainda utilizam fonte de água, como é o caso das famílias do Assentamento Potreiro Bonito⁹ em que somente uma das famílias recebe água encanada do poço artesiano de comunidade próxima.

As condições de acesso à água é um dos problemas destacados, principalmente, pelas famílias que utilizam a fonte de água, pois relataram que a mesma fica situada longe da propriedade e tem dias que falta água. Além disso, pelo menos seis dessas famílias, destacam que a qualidade da água é ruim ou péssima, sobretudo, quando chove muito (suja a água).

4.3 CAPITAL FÍSICO

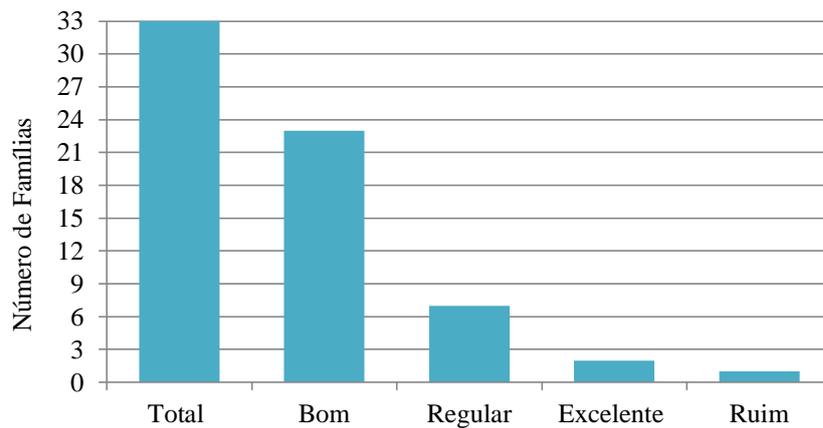
O capital físico ou produtivo é composto por ativos produzidos por meio do processo de produção econômica, tais como construções (edifícios, casas, etc.), equipamentos (ferramentas), máquinas e infraestruturas (estradas, canais de irrigação, linhas de energia elétrica e de abastecimento de água, etc.) (ELLIS, 2000; SITO, 2011). A principal finalidade desses ativos é facilitar o desenvolvimento de atividades, sejam elas produtivas ou não, bem como, diversificar os meios de subsistência (ELLIS, 2000).

Em relação à construção das casas das famílias, a maioria (para 21 famílias) foi construída de tijolo com reboco, dez são mistas (tijolo/madeira), uma é de madeira e outra é de tijolo sem reboco. Além disso, 23 famílias considera que a sua moradia possui boa qualidade, outras sete consideram sua moradia regular, para duas excelentes e apenas uma família considera sua moradia ruim (Gráfico 10). Assim, a maioria (30) das famílias entrevistadas afirma estar satisfeita com a moradia que possuem atualmente, em que apenas três famílias apresentaram satisfação regular com a sua moradia.

Em relação a aspectos de infraestrutura relacionados às propriedades rurais, tais como condições de estradas, acesso a redes de internet e telefone e acesso à água, esses são essenciais à diversificação dos meios de vidas das famílias (ELLIS, 2000). No caso das estradas, Ellis (2000) corrobora que estas possuem efeitos múltiplos sobre a redução de custos de transação relacionadas ao deslocamento das pessoas, escoamento de produções, entre outros, quando conservadas em bom estado. Além disso, são meios pelo qual as famílias no meio rural utilizam para acessar diversos lugares, inclusive, para ir trabalhar e estudar (ELLIS, 2000).

⁹ Até foram iniciados a construção de um poço para abastecer o assentamento, mas devido a entraves políticos e não financeiros, por que os recursos foram disponibilizados pelo Estado, as obras pararam, e fazem mais de um ano que não retornaram ao funcionamento para finalizar o projeto.

Gráfico 10 – Percepção das famílias sobre a qualidade da moradia em que residem – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

Contudo, essa realidade não é encontrada nos assentamentos rurais, e as péssimas condições das estradas são consideradas pelas famílias como entraves e desvantagens de residir no meio rural. No caso das estradas do assentamento, 30 famílias entrevistadas consideram as estradas péssimas, em que somente três famílias consideram regulares ou boas.

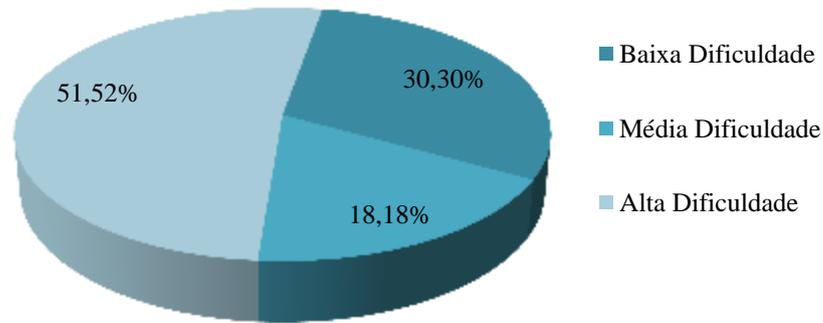
Além disso, quando questionadas sobre o acesso a propriedade rural, 17 famílias (51,52%) destacam que apresentam dificuldades de acesso à propriedade. Esse fato é dado justamente pelas péssimas condições das estradas, principalmente, no Assentamento Potreiro Bonito e no Assentamento Terra Nova que possuem entre 12 e 15 quilômetros de estradas de chão até o centro urbano do município, respectivamente. Outras seis famílias (18,18%) consideram o difícil acesso à propriedade familiar médio e dez famílias (30,30%) relatam possuir baixa dificuldade em relação ao acesso à propriedade, sobretudo, no Assentamento Nova Vida, localizado próximo a BR-158 que liga as cidades de Palmeira das Missões e Condor (Gráfico 11).

As péssimas condições das estradas também são observadas por Ferron (2019), nos assentamentos rurais de Santana do Livramento (RS). Segundo o autor, quando questionados das condições de acesso ao assentamento e a propriedade, os agricultores mostraram-se insatisfeitos com a conservação das estradas. Essa condição motiva muitos dos agricultores a realizar reivindicações para o melhoramento das mesmas, tais como, o seu fechamento de maneira a pressionar o setor público a realizar melhorias (FERRON, 2019).

Essa condição prejudica o deslocamento das famílias e o acesso a serviços como saúde e educação, bem como, a comercialização de seus produtos agrícolas até os centros urbanos (FERRON, 2019). Assim, a péssima condição das estradas, não somente de acesso aos

assentamentos rurais, mas também de todo o meio rural, é um dos entraves que devem ser solucionados pelo setor público para a efetividade dos serviços lá oferecidos, bem como, para o escoamento da produção e deslocamento das famílias rurais.

Gráfico 11 – Condições de acesso (estradas) às propriedades das famílias – 2020



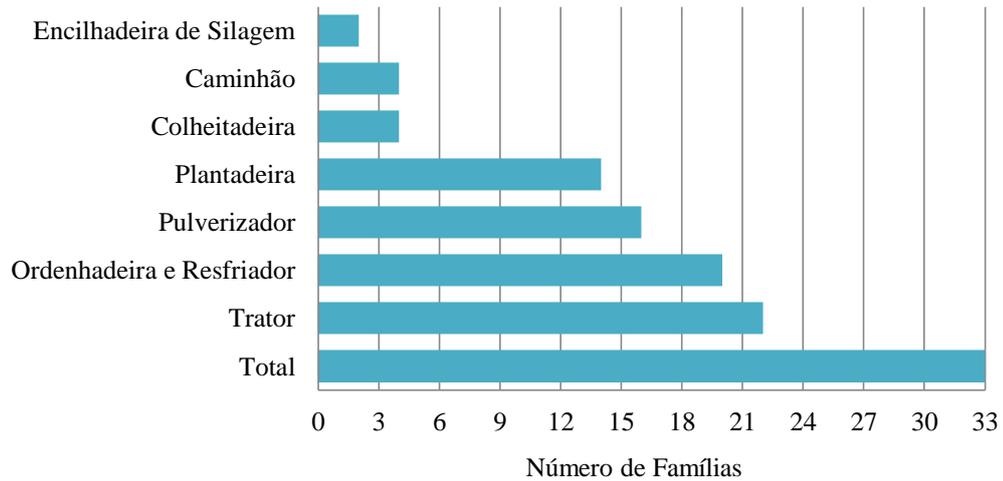
Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

As redes de informação e telecomunicações são fatores importantes de infraestrutura mencionados por Ellis (2000) às famílias rurais, pois permitem a transferência de informações entre comunidades rurais e assentamentos remotos. Contudo, essa realidade também não é identificada nos assentamentos, em que 29 famílias responderam não possuir acesso à internet, bem como, duas não possuem telefones. Assim, sobre a qualidade de acesso às redes, tanto para quem possui internet e quanto para quem possui telefone, 14 famílias entrevistadas consideram os serviços péssimos, principalmente em relação ao sinal, que é fraco. Já quanto às redes de energia elétrica, todas as famílias entrevistadas possuem acesso.

Quanto à tecnificação da propriedade de máquinas e implementos agrícolas utilizadas na agropecuária (Gráfico 12), pelo menos 22 famílias possuem um trator na propriedade, 14 possuem plantadeiras, 16 possuem pulverizadores e somente quatro possuem colheitadeiras e caminhões. Já com relação aos equipamentos utilizados de forma específica para a pecuária leiteira, todas as famílias que desenvolvem essa atividade na propriedade possuem ordenhadeiras e resfriadores a granel (20 famílias) e duas famílias ainda possuem encilhadoras para fazer a silagem do milho¹⁰.

¹⁰ Valores calculados individualmente para cada máquina ou implemento agrícola.

Gráfico 12 – Máquinas e equipamentos agrícolas das famílias – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

Entretanto, oito famílias entrevistadas não possuem máquinas e equipamentos agrícolas e, conseqüentemente, devem pagar pelos serviços agrícolas necessários na propriedade, como plantio, colheita, escoamento de produção, aplicação de fertilizantes e agrotóxicos e aplicação de insumos (calcários, adubos, ureias, entre outros). O percentual de famílias que paga pelo menos um dos serviços agrícolas citados anteriormente é de 36,4% (doze famílias). Entre os principais serviços pagos estão, principalmente, os serviços relacionados à colheita e o escoamento da produção agrícola. Além disso, 21 famílias afirmaram ter dificuldades na propriedade pela falta de máquinas e equipamentos agrícolas.

A baixa tecnificação das famílias, no que se refere ao ativo físico de máquinas e implementos agrícolas nas propriedades rurais também é observada por Matte (2013), em estudo com os agricultores pecuaristas dos municípios de Dom Pedrito, Bagé, Piratini e Pinheiro Machado (RS). De acordo com a autora, 82% dos sessenta pecuaristas entrevistados necessitam de máquinas e implementos agrícolas para o desenvolvimento de suas atividades, sendo que apenas 37% possuem máquinas e implementos agrícolas próprios (MATTE, 2013).

Frente à necessidade de obter os ativos físicos e a ausência de ativos financeiros suficientes para a aquisição dos mesmos, os agricultores pecuaristas recorrem a outras estratégias de acesso, tais como identificada pela presente pesquisa (MATTE, 2013). Entre as outras formas de acesso, está a contratação dos serviços agrícolas pelo pagamento de horas em 37% das famílias, bem como, a troca de serviços agrícolas ou a patrulha agrícola em 10% das famílias (MATTE, 2013).

4.4 CAPITAL FINANCEIRO

O capital financeiro refere-se às ações de caixa que podem ser acessadas para comprar bens de produção ou de consumo (ELLIS, 2000). Entre os ativos que envolvem o capital financeiro estão as poupanças, os créditos de financiamento e custeio, os empréstimos, entre outros, que tendem a ser mais líquidos em termos econômicos e de maior conversão para outras formas de capitais (ELLIS, 2000). Além disso, os ativos financeiros são fundamentais para a viabilização das famílias em adquirir ou acessar novos ativos físicos e naturais, maximizando suas estratégias de reprodução socioeconômica familiar.

Assim, a renda se constitui como um ativo de extrema importância à sobrevivência das famílias no meio rural. São divididas por Ellis (2000) em rendas agrícolas, não agrícolas e obtidas fora da propriedade rural. As rendas agrícolas são provenientes de atividades agropecuárias. As rendas obtidas fora da propriedade rural são oriundas de atividades desenvolvidas fora da propriedade, desde que estejam associados à agropecuária. As rendas não agrícolas envolvem os rendimentos de atividades remuneradas em outros setores, exceto relacionadas à agricultura, transferências públicas, como aposentadorias e benefícios públicos, arrendamentos de bens, entre outros (ELLIS, 2000).

No caso das famílias entrevistadas, a renda agrícola é caracterizada pelos rendimentos das atividades produtivas desenvolvidas na propriedade, como a venda do leite, de gado de corte, de grãos e do excedente de produções destinadas ao autoconsumo, como mandioca, batata, feijão, entre outros. Contudo, são rendimentos que variam conforme a produtividade e o preço pago ao produtor, bem como dependem da intensidade com que a atividade é desenvolvida.

Os rendimentos brutos da comercialização de grãos, com a soja, variaram de R\$ 15.000 a R\$ 30.000,00 anuais. Esses valores foram calculados considerando a área cultivada de soja comercializada na safra de 2019, utilizando a produtividade média de 50 sacas de 60 kg de soja e preço de 75 reais a saca. No caso dos rendimentos da pecuária leiteira e de corte, foi considerada a média dos últimos meses, informada pelas famílias. As rendas das famílias que realizam a pecuária leiteira variam de R\$ 1.000 a R\$ 12.000 mensais, em que as maiores concentrações, são de R\$ 2.000 a R\$ 4.000 mensais.

Já no caso das rendas da pecuária de corte dependem da quantidade de animais comercializados, sendo que não é realizada todos os meses, mas que podem chegar até R\$ 2.000,00 por venda, conforme relatado pelas famílias. Além disso, duas das famílias que apresentam os maiores rendimentos na pecuária associam a atividade leiteira com a de corte e

seus rendimentos variam de R\$ 8.000 a R\$ 12.000,00 mensais. Contudo, as rendas da venda de produtos excedentes da produção para o autoconsumo não foram contabilizadas no momento da entrevista, pois só foram questionadas se as mesmas comercializavam essa produção.

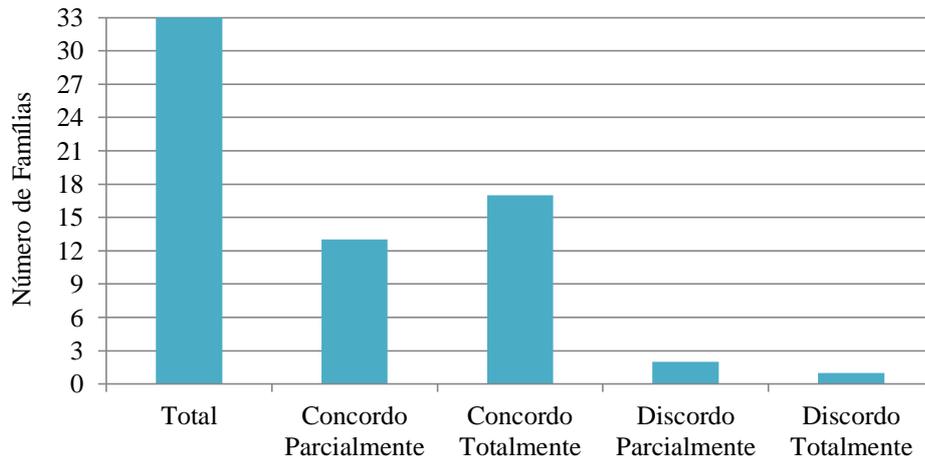
Já a renda não agrícola é composta pelos rendimentos da parceria agrícola, aposentadorias, pensões, transferência pública de renda e atividades remuneradas em outros setores, que não relacionados à agropecuária. Os rendimentos da parceria agrícola são anuais e seus valores também dependem da produtividade, área cultivada e preço pago pela saca de soja. A parceira agrícola foi considerada como uma renda não agrícola, porque são consideradas como aluguéis da terra, ou arrendamentos. De acordo com as famílias que utilizam dessa estratégia (discutida com maiores detalhes no item 5.1.3), as rendas variaram de R\$ 5.400,00 a R\$ 22.5000,00 na última safra, de 2019.

Já quanto às outras rendas não agrícolas, estas variam de R\$ 40,00 (no caso para as famílias que recebem algum tipo de transferência de renda do governo, como do Programa de Bolsa Família) até dois salários mínimos (aposentadorias e pensões). Além disso, cinco famílias possuem rendimentos não agrícolas de atividades remuneradas, tais como enfermeira, funcionário público, pedreiro, doméstica e de borracharia, onde a renda máxima dessas atividades pode ser de até três salários mínimos.

E as renda obtidas fora da propriedade rural envolvem as de empregado rural e as de temporadas de colheita da uva na região serrana do estado, com Caxias do Sul. Por mais que as mesmas sejam desenvolvidas fora da propriedade rural, possuem associação com a agropecuária. De acordo com as famílias entrevistadas, essas rendas podem chegar até quatro salários mínimos, dependendo do serviço ou da atividade exercida.

Além disso, as famílias também foram questionadas se somente a renda agrícola era suficiente para cobrir todos os custos da propriedade rural, bem como, as necessidades da família. Assim, observaram-se quatro grupos, onde: 17 famílias (51,5%) afirmaram que sim (que a renda agrícola é suficiente); 13 famílias (39,4%) responderam que a mesma cobre parcialmente os custos e as necessidades da propriedade; duas famílias (6,1%) afirmaram que são necessárias outras fontes de renda, inclusive não agrícolas, para que as necessidades da família sejam garantidas, bem como, os custos da propriedade; e, apenas uma família (3%), relatou que a renda agrícola não é suficiente, inclusive para o desenvolvimento da própria atividade (Gráfico 14).

Gráfico 13 – Percepção das famílias em relação à renda agrícola cobrir todos os custos da propriedade – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

Essa questão também foi questionada por Ferron (2019), aos agricultores familiares de Santana do Livramento (RS), em que identifica a existência de dois grupos, um que considera que a renda agrícola é suficiente para o sustento da família e outro que considera que não é suficiente. O primeiro grupo, que considera a renda suficiente, é composto por cinco dos onze agricultores entrevistados, onde a diversificação da produção e o desenvolvimento da pecuária estão presentes e são essenciais para a geração de renda familiar. Assim, essas estratégias garantem o sustento da família nesse grupo (FERRON, 2019).

Já o segundo grupo, que considera a renda agrícola não suficiente, é composto por seis dos onze agricultores entrevistados por Ferron (2019). Nesse grupo, os agricultores destacam a insuficiência de rendimentos obtidos com a venda dos produtos agrícolas comercializados, bem como, a maior distância entre a propriedade do centro urbano. Assim, para o suprimento da unidade familiar os agricultores acabam migrando para outras atividades em busca de outras fontes de renda (FERRON, 2019).

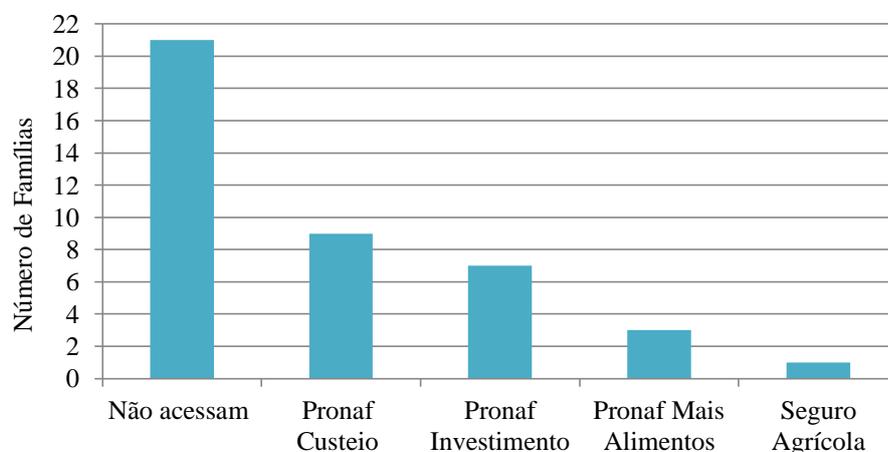
Assim, para o segundo grupo, a insuficiência da renda obtida com a venda do leite, principal atividade agrícola desenvolvida, é caracterizada pelo alto investimento na atividade, como os altos preços das rações, que reduzem os lucros gerados ao produtor (FERRON, 2019). No mesmo sentido, também está à cultura da soja que necessita de altos investimentos para a sua produção, como uso constante de agrotóxicos. Contudo, como são atividades que ocupam tempo parcial de mão de obra, permite com que o agricultor combine o desenvolvimento de outras atividades, como não agrícolas (FERRON, 2019).

Segundo Lutke et al. (2016), as rendas não agrícolas tem demonstrado papel essencial na manutenção e sustento das necessidades das famílias rurais, principalmente, no Assentamento Figueira em Santana do Livramento (RS). Assim, os autores mencionam a importância das rendas provenientes das aposentadorias agrícolas, responsáveis por 84,03% da renda total das famílias que compõem o sistema de produção de leite (SP4), bem como, por 41,96% da renda das famílias que compõem o sistema de produção do cultivo da soja e renda não agrícola (SP3).

Além disso, a renda proveniente das aposentadorias ou de outras rendas não agrícolas é uma alternativa que viabiliza o agricultor familiar a custear suas despesas, adquirir bens, bem como, manter e acessar mais ativos necessários a reprodução socioeconômica familiar e sua permanência no meio rural (LUTKE et al., 2016). A aquisição desses itens seria mais difícil para o agricultor que depende somente da renda agrícola (LUTKE et al., 2016).

Em relação ao ativo de acesso a créditos ou recursos financeiros, apenas 12 famílias (36,4%) responderam estar acessando no momento da entrevista. Entre os créditos acessados está o Pronaf Custeio acessado por nove famílias, o Pronaf Investimento acessado por sete famílias, o Pronaf Mais Alimentos (uma das linhas de crédito de investimento) acessado por três famílias e o Seguro Agrícola (que possui por objetivo assegurar os custos da lavoura em condições de clima adversos, como secas e granizos) acessado por uma família entrevistada (Gráfico 13).

Gráfico 14 – Principais créditos e recursos financeiros acessados pelas famílias – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

Entre os principais motivos do acesso a créditos ou recursos financeiros, três das doze famílias utilizaram no investimento da propriedade, como a aquisição de máquinas e implementos agrícolas, a construção de galpões e de salas de ordenha para pecuária leiteira.

Outras três famílias utilizaram no custeio da lavoura, cinco para custeio da lavoura e investimento na propriedade (investimento pecuário e aquisição de máquinas agrícolas) e uma no custeio e seguro da lavoura (Tabela 7).

Tabela 7 – Principais finalidades dos créditos acessados pelas famílias – 2020

Finalidades	Número de famílias
Investimento na propriedade	1
Construção do Galpão	1
Construção da sala de ordenha e para a lavoura (pastagens)	1
Financiamento de máquinas agrícolas	1
Para o custeio da lavoura	3
Para o custeio da lavoura e aquisição de implementos agrícolas	2
Para o custeio da lavoura, investimento pecuário e aquisição de máquinas agrícola.	2
Para despesas com a lavoura e para prevenir algum risco (seguro agrícola)	1
Total	12

Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

O acesso ao Pronaf por agricultores assentados também é visualizada no estudo de Ferron (2019). Segundo o autor, nove dos onze agricultores assentados acessam o programa, utilizados basicamente para realizar melhorias e investimentos na propriedade. Contudo, desses agricultores alguns apresentaram dificuldades e acabaram não acessando mais, como é o caso de um agricultor que relatou dificuldades na execução do projeto, pela ausência de assistência técnica especializada para tal (FERRON, 2019).

Já com relação às 21 famílias (63,6%) que não acessam nenhum dos créditos e recursos financeiros citados, os principais motivos citados por algumas famílias são que:

[...] Não preciso mais, mas falta uma linha específica para os assentamentos rurais [...] (Entrevistado 1).

[...] Não acesso mais, por causa que os juros estão muito altos [...] (Entrevistado 11).

[...] Não preciso mais, giro com o próprio dinheiro das atividades produtivas [...] (Entrevistado 28).

[...] Não acesso, tenho pouca área produtiva [...] (Entrevistado 32).

Assim, entre as famílias que relatam não precisar mais realizar investimentos ou empréstimos de recursos financeiros, estão aquelas onde os proprietários já são aposentados,

ou realizam parcerias agrícolas. Além disso, outras relatam possuir pouca área produtiva para tal finalidade, por não pode acessar (por algum evento pessoal); por causa dos juros que são altos; por não possui conta no nome e; por “girar” com recursos próprios provenientes das atividades desenvolvidas na propriedade.

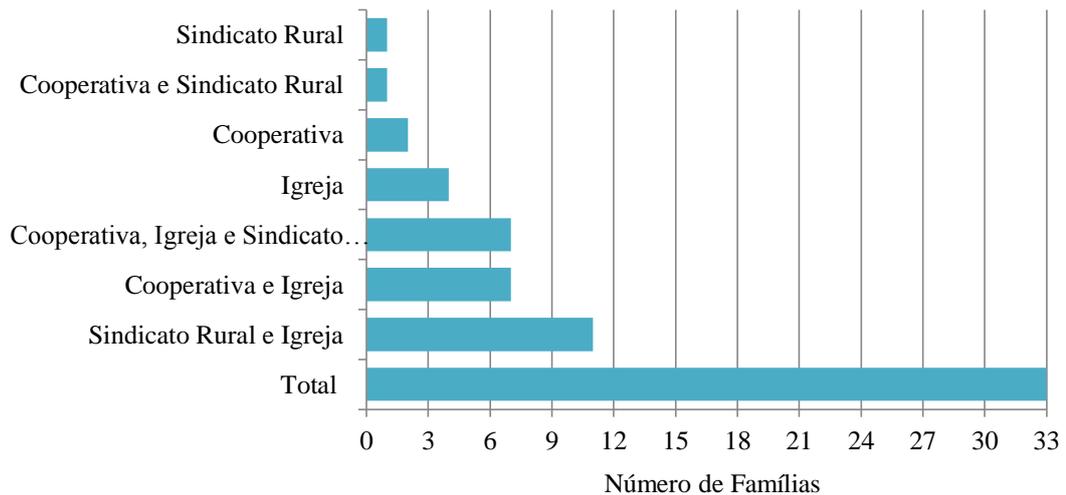
4.5 CAPITAL SOCIAL

O capital social é composto pelas relações sociais que envolvem as redes de reciprocidade e de confiança entre os indivíduos e os agregados familiares (ELLIS, 2000; MATTE; WAQUIL, 2013). As relações sociais também são definidas pela interação com redes e organizações, em que possuem o objetivo de contribuir para a sustentação dos meios de vida rurais, tais como a participação em cooperativas, sindicatos, agências de assistência técnica e as organizações que proporcionam o bem estar e o lazer da família, tais como igrejas e clubes.

A interação social e as boas relações estabelecidas entre a unidade familiar com outros atores e agentes locais são fundamentais para a sustentação e aquisição de novos ativos necessários a sua reprodução socioeconômica familiar. Segundo Matte (2013) o capital social representa o meio e os fins para que outros ativos sejam alcançados. Um exemplo são as parcerias agrícolas, que permitem com que os agricultores aumentem sua área produtiva (terra) e desenvolva suas atividades com maior efetividade (MATTE, 2013). As parcerias são, geralmente, firmadas com os próprios vizinhos ou pessoas das redes de afinidade do agricultor em que o mesmo possui confiança e, muitas das vezes, nem são estabelecidos contratos formais para tal prática.

Segundo dados da pesquisa a campo, as principais organizações que as famílias assentadas participam são as cooperativas, os sindicatos rurais e as organizações religiosas (que envolvem também os eventos promocionais como festas, encontro de jovens, ensaios de cantos, jogos de bocha, entre outros). Assim, onze famílias participam do Sindicato Rural dos Trabalhadores (que atende pequenos agricultores) do município e das igrejas em comunidades próximas ou no próprio assentamento, sete de cooperativas, principalmente, as que possuem pecuária leiteira e da igreja e outras sete participam das três organizações (cooperativa, sindicato e igreja) (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Nível de participação das famílias em organizações – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

Além da participação, as famílias também foram questionadas quanto aos benefícios que as mesmas visualizam em participar das organizações. No caso das organizações religiosas (igreja), a participação das famílias acontece pelo valor intrínseco que a organização representa. Além de simbolizar a cultura e a fé, essas organizações também estão associadas às relações sociais estabelecidas na comunidade local, e a afetividade com os vizinhos e amigos que também frequentam o mesmo espaço.

A participação sociocultural dos agricultores familiares também é observada no estudo de Flech et al. (2016). Segundo os autores, ao caracterizar os agricultores assentados no estado gaúcho, corroboram que do total de 12.636 agricultores, 45,6% participam de organizações religiosas, bem como, 27% de centros comunitários, 11,6% de grupos de mulheres, 9,9% de jogos de futebol e de bocha¹¹. Essa realidade é pouco retratada nos “espaços de integração comunitária”, ao mesmo tempo, que é tão necessária quanto qualquer outra atividade no meio rural (FLECH et al., 2016, p. 7).

Já quanto aos benefícios da participação em cooperativas destacam, principalmente, os benefícios econômicos, como o retorno financeiro da produção (para sete famílias que participam dessa organização), as formas diferenciadas de pagamento (para seis famílias) e a compra de pacotes de produtos descontados na venda do leite ou de grãos (para uma família). Entretanto, outras três famílias relataram somente vender e comprar produtos na cooperativa, e apesar de sócios, não destacaram nenhum benefício oferecido pela mesma. Ainda, uma das

¹¹ Esses percentuais retratam a quantidade registros em cada atividade e não o número de famílias, pois uma família pode participar de mais de uma atividade (FLECH et al., 2016). Os dados utilizados pelo autor foram retirados do Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES (SIDRA).

famílias desse grupo também destacou a falta de assistência ao agricultor por parte da cooperativa. Essas situações podem ser observadas pelos relatos dos agricultores:

[...] Só entrego os produtos, mas não dão assistência [...] (Entrevistado 2).

[...] Mais barato para comprar insumos e tem benefícios como o retorno anual da produção [...] (Entrevistado 13).

[...] Favorecimento quanto a pagamentos [...] (Entrevistado 17).

[...] Só entrego grão e recebo o retorno anual [...] (Entrevistado 20).

[...] Vendo o leite e grãos, ganho o retorno anual e consigo comprar pacotes de produtos (sementes de milho, adubo, ureia...) para ir pagando com o leite [...] (Entrevistado 22).

[...] Mais é por ser sócio, mas só entrego e compro produtos [...] (Entrevistado 29).

[...] Retorno anual da produção [...] (Entrevistado 33).

As famílias que participam dos Sindicatos Rurais também destacaram seus benefícios. Entre os principais benefícios relatados estão os convênios médicos, as orientações sobre os documentos para aposentadoria, o apoio aos pequenos agricultores e o encaminhamento de projetos, como pode ser observado nos relatos abaixo. Contudo, quatro das famílias que afirmaram participar destacaram que participam pouco, mas ainda mantém o cadastro de sócio, caso precise.

[...] Encaminhamento de documentos para aposentadoria [...] (Entrevistado 6).

[...] Orienta os direitos dos agricultores e possui convênios médicos [...] (Entrevistado 7).

[...] Por lutar pelos direitos dos agricultores e encaminhar projetos [...] (Entrevistado 20).

[...] Convênios médicos [...] (Entrevistado 26).

A participação em cooperativas e sindicatos rurais também é destacada por Flech et al. (2016), que definem a participação socioprodutiva. Segundo os autores, do total de 12.077 registros, 59,3% dos agricultores assentados no Rio Grande do Sul participam de cooperativas, 17% dos sindicatos rurais e 15% de outras associações, como grupos de jovens e de mulheres de interesse produtivo. Entretanto, assim como na presente pesquisa, os autores também ressaltam que um grande número de famílias assentadas não participa de nenhuma associação, o que limitam “a qualificação de seus processos produtivos” (FLECH et al., 2016, p. 8).

A participação em cooperativas agropecuárias também é observada por Ferron (2019), nos assentamentos de Santana do Livramento (RS). Segundo o autor, 10 dos 11 agricultores entrevistados participam dessa organização, onde relatam “a importância e a responsabilidade da cooperativa para a colheita, escoamento e armazenamento da produção” (FERRON, 2019, p. 124). Além disso, a cooperativa em que os agricultores participam realiza o recolhimento e a comercialização do leite produzido pelas famílias (FERRON, 2019). Assim, é por meio da comercialização dos produtos junto a cooperativa que os agricultores familiares recebem a renda que sustenta a família.

A importância das cooperativas para o desenvolvimento dos agricultores residentes em assentamentos rurais também é destacada por Sieb (2018), ao analisar as expectativas dos agricultores do Assentamento Rio Paraíso em relação à Cooperativa Mista Agropecuária Rio Doce (COPARPA) no município de Jataí (GO), em que 97,9% são associados. Segundo o autor, no caso da comercialização do leite, os benefícios percebidos são que a cooperativa consegue atenuar o comércio local, na medida em que faz com que as empresas de recebimento do produto paguem preços melhores do que a mesma para continuar a recolher o leite dos agricultores (SIEB, 2018).

No caso da comercialização de grãos, como a soja, um dos benefícios oferecidos pela cooperativa é a agregação de valor aos produtos. Assim, a cooperativa tem “propiciando ganhos acima do preço de mercado devido à destinação do produto para a política governamental que estimula a venda do produto para fins de produção de biodiesel (Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel - PNPB)” (SIEB, 2018, p. 49). Assim, a cooperativa também tem influenciado os agricultores a acessarem políticas públicas de comercialização, tais como o PNPB, onde 94% da soja comercializada são destinadas para tal finalidade (SIEB, 2018).

Já a importância da participação de agricultores assentados em sindicatos rurais é destacada por Picolotto (2014), ao analisar a formação do sindicalismo específico aos agricultores familiares no estado do Rio Grande do Sul. Segundo o autor, as organizações sindicais, juntamente com os setores acadêmicos e órgãos do Estado, foram essenciais para o reconhecimento da agricultora familiar como uma categoria social e política, bem como, para a criação de políticas públicas necessárias e específicas a esse grupo (PICOLOTTO, 2014).

Além disso, o sindicalismo passou por grandes transições no Brasil, e seus objetivos reivindicatórios passaram a ter caráter propositivo na construção de projetos de desenvolvimento da agricultora familiar (PICOLOTTO, 2014). Atualmente, os sindicatos dos trabalhadores rurais são importantes órgãos receptores das demandas dos agricultores

familiares, principalmente, ao seu caráter assistencial, como de aposentadorias, saúde e educação no campo (NEUMANN; FAJARDO, 2017).

Assim como observado na presente pesquisa, Neumann e Fajardo (2017) também observaram a oferta de diferentes tipos de serviços oferecidos pelos sindicatos rurais aos agricultores de Turvo, (PR). Segundo o autor, entre os benefícios percebidos pelos agricultores na participação nos sindicatos rurais estão, para cinco do total de doze respondentes, a valorização do espaço rural e os benefícios sociais; para quatro as orientações quanto às aposentadorias e o auxílio quanto a documentações, e para duas os cursos agrícolas e convênios médicos, sendo que para apenas uma família o sindicato não apresenta benefícios específicos (NEUMANN; FAJARDO, 2017).

Já quanto aos serviços de assistência técnica, 21 famílias entrevistadas na presente pesquisa relataram não possuir nenhum tipo de assistência técnica na propriedade, em que apenas 12 famílias possuem acesso a esses serviços. Contudo, quando questionadas se conseguem ter assistência técnica em momentos de necessidade 19 famílias afirmaram que sim. Esses fatos podem ser percebidos nos relatos dos agricultores:

[...] Sim, do técnico da empresa em que entrego o leite [...] (Entrevistado 4).

[...] Sim, da Emater [...] (Entrevistado 6).

[...] Sim, meu filho é agrônomo [...] (Entrevistado 7).

[...] Sim, tem um técnico (estudante do curso agrícola) que faz a agricultura de precisão aqui na propriedade [...] (Entrevistado 18).

Outras dez famílias entrevistadas afirmaram que sim, mas teriam que pagar pelo serviço, como destacam os agricultores:

[...] Não precisa mais, mas teria que pagar, a Emater não vem mais [...] (Entrevistado 1).

[...] Teria que pagar, inclusive da Emater [...] (Entrevistado 21).

[...] Tem da cooperativa que entrego leite, mas tem que pagar para ele vir [...] (Entrevistado 22).

[...] Sim, mas teria que contratar [...] (Entrevistado 26).

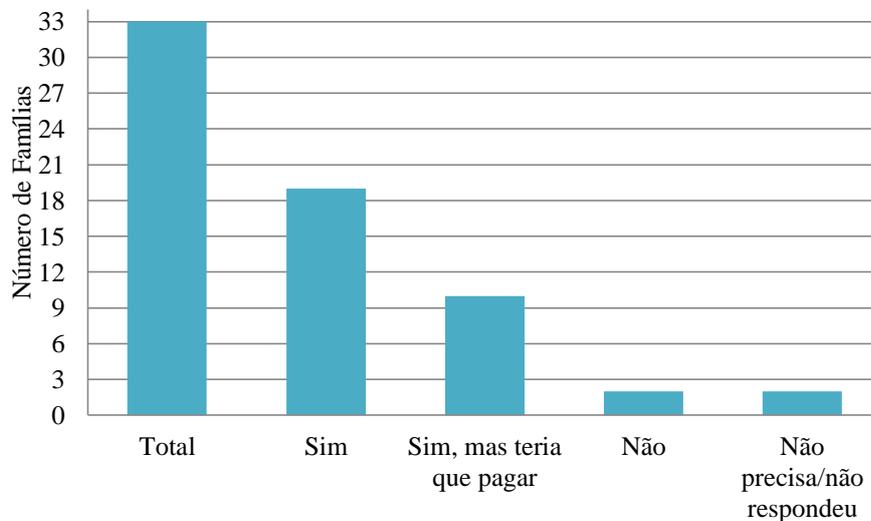
Somente duas famílias responderam não possuir acesso aos serviços caso necessite, e dependem neste caso da Emater do município, que vem reduzindo seus trabalhos nos assentamentos rurais. Destacam que:

[...] Não, tinha a Emater que vinha nos assentamentos, mas agora faz tempo que não vem mais [...] (Entrevistado 12).

[...] Não, só tem a Emater, mas não vem quase. Nós precisava de assistência por causa das estufas, às vezes tem coisas que seria bom um técnico vir olhar, como as pestes nas verduras e porque algumas plantas não querem produzir como a batata doce, que tentamos de tudo que é jeito e não produz [...] (Entrevistado 14).

A redução dos serviços de assistência técnica é resultado do corte de recursos financeiros do INCRA aos assentamentos rurais, que afetam negativamente as famílias que residem nesses espaços. Outras duas famílias entrevistadas não responderam essa questão ou afirmaram não precisar desses serviços (Gráfico 16).

Gráfico 16 – Possibilidade de acesso à assistência técnica pelas famílias – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

Além disso, quando questionadas sobre as principais dificuldades encontradas pelas famílias na propriedade, 21 famílias afirmaram a falta de assistência técnica como uma delas, principalmente, quando associada a práticas de manejo e gestão das atividades geridas na propriedade. Essa realidade já era observada por Medeiros (2003), ao discutir questões da Reforma Agrária no Brasil. Segundo a autora os agricultores familiares assentados possuem pouca infraestrutura nos assentamentos, bem como, assistência técnica e apoio a produção. A ausência da assistência técnica especializada nos assentamentos rurais resulta em inúmeras dificuldades aos agricultores, tais como, de gestão da produção e de permanecer no meio rural (MEDEIROS, 2003).

A importância da assistência técnica aos assentamentos rurais é retratada por Mello (2006), ao analisar a evasão e a rotatividade de agricultores em 193 assentamentos do Rio Grande do Sul. Segundo o autor, “a assistência técnica tem importância fundamental na viabilização financeira dos assentados, pois recursos mal aplicados nos anos iniciais são garantia de grandes dívidas e dificuldades futuras” (MELLO, 2006, p. 86). Contudo, mais do que a viabilização financeira, a assistência técnica também acaba intervindo em outros aspectos dos agricultores assentados, tais como políticos, culturais e de organização (MELLO, 2006).

Outro aspecto importante, que também envolve o capital social das famílias assentadas é o lazer e o bem-estar das famílias. Assim, no momento da criação dos assentamentos uma área fora da área dos lotes foi destinada para a construção de um centro coletivo, ou seja, um local que fosse utilizado para reuniões e palestras coletivas, eventos comemorativos ou até mesmo para eventos informais entre as famílias, parentes e amigos, entre outros (Figura 4).

Figura 4 – Área coletiva dos assentamentos – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

Entretanto, por falta de recursos financeiros esses espaços foram deixados de lado. No caso do assentamento Potreiro Bonito, o terreno destinado para tal finalidade acabou ficando vago, porque na época não tinha estrada de acesso ao local. Assim, as reuniões geralmente, acontecem na propriedade dos agricultores ou no pavilhão da comunidade próxima ao assentamento. Já nos assentamentos Terra Nova e Nova Vida os pavilhões foram construídos no local, mas somente o do assentamento Terra Nova está funcionando (onde acontecem festas, jogos de bocha, entre outros).

Além da ausência de recursos financeiros dos assentados, também há uma desmotivação com relação à reconstrução desses espaços, bem como, a pouca interação com

as famílias do assentamento (principalmente por desentendimentos entre alguns agricultores). Entretanto, nos assentamentos não possuem um local comunitários como igrejas, escolas e postos de saúde (nesse último, apesar de existir a estrutura física, falta funcionários para o seu funcionamento) em que as famílias devem se deslocar até comunidades próximas ou até a cidade para ter acesso a essas organizações.

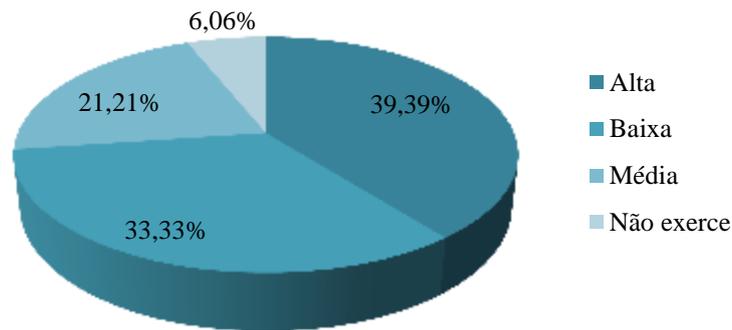
4.6 ATIVIDADES PRODUTIVAS E ECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS

Segundo Ellis (2000), a transformação e a combinação dos ativos disponíveis às famílias rurais resultam nas atividades e estratégias que as mesmas realizam e utilizam na propriedade. Quanto as atividades (discutidas nesse item), o autor as divide em atividades agrícolas, que envolvem as atividade desenvolvidas na propriedade rural associadas a agricultura, a pecuária, a apicultura, entre outras, e atividades não agrícolas, que envolvem rendimentos associados ao emprego salarial fora da propriedade, receitas de arrendamentos de terrenos ou imóveis, recebimentos de aposentadorias, pensões ou outras transferências do tipo, entre outros (ELLIS, 2000).

As atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias entrevistadas são caracterizadas pelas atividades relacionadas com a agricultura (cultivo de grãos), com a pecuária leiteira e de corte, com o cultivo de hortaliças e com a produção de alimentos relacionados ao autoconsumo familiar. Já nas atividades não agrícolas está o desenvolvimento de atividades remuneradas como empregado formal e informal e o desenvolvimento de atividades informais na propriedade.

A atividade da agricultura associada ao cultivo e comercialização de grãos é realizada por 31 famílias (93,9%). Desse total, treze famílias realizam a atividade em alta intensidade, ou seja, como uma das principais fontes de renda, outras onze famílias realizam a atividade em baixa intensidade (como atividade complementar, em que existem outras atividades como as principais geradoras de renda familiar) e sete famílias realizam em média intensidade, em que associa está atividade a outras atividades para gerar o sustento da família (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Intensidade do desenvolvimento da agricultura na produção de grãos pelas famílias – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

O cultivo da soja, predominante nas propriedades rurais do município, também é uma das culturas mais desenvolvidas nos assentamentos estudados, cultivada por todas as famílias que desenvolvem a agricultura (93,9% do total). A área destinada para essa cultura varia de acordo com a intensidade que a agricultura é desenvolvida na propriedade rural, onde são destinados de 4 a 20 hectares para o cultivo da mesma (Figura 5).

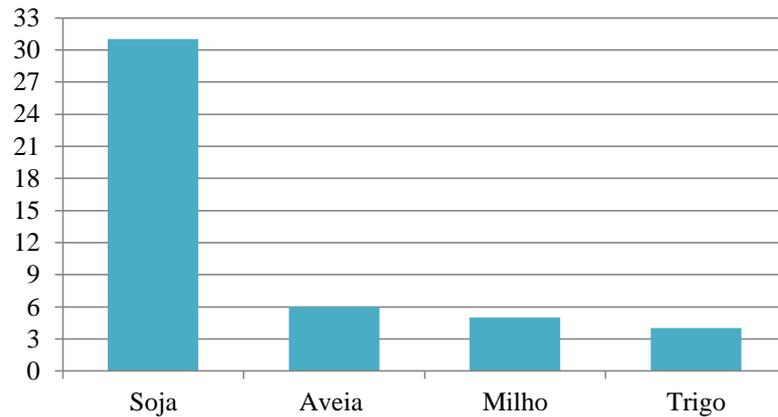
Figura 5 – Cultura da soja nos assentamentos – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

Além da soja, também são cultivadas outras culturas em menor escala, como o trigo, a aveia e o milho. O cultivo do trigo é realizado por apenas quatro famílias e sua área de produção varia de 1 a 13 ha. Entretanto, o cultivo do trigo é geralmente associado ao cultivo da aveia, produzida por seis famílias com área de 2 a 14 ha. Já com relação ao cultivo do milho (grão), este é associado à cultura da soja, sendo cultivado por cinco famílias. No entanto, o cultivo do milho é geralmente utilizado para o consumo interno da família, cultivado em pequenas áreas de terra que não passam de quatro ha (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Principais culturas cultivadas pelas famílias – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

Entre os principais motivos das famílias em desenvolver a agricultura, especialmente, o cultivo da soja, estão: a experiência com a atividade; pela rotação de cultura da terra; pela valorização da soja no mercado; por gostar de agricultura; por serem atividades que utilizam menos trabalho braçal pela utilização de máquinas agrícolas; e, pelo cultivo da lavoura ser mais facilitado em comparação à pecuária leiteira, com a utilização de máquinas e implementos agrícolas. Essas situações podem ser observadas nos relatos de alguns dos agricultores:

[...] Sempre fui agricultor e gosto do campo [...] (Entrevistado 1).

[...] O leite tem rendimentos mensais que a agricultura não oferece, mas mesmo assim cultivo a lavoura de soja para fazer a rotação de cultura [...] (Entrevistado 4).

[...] A soja vale bem e sempre plantamos a lavoura [...] (Entrevistado 10).

[...] Por ter experiência, sempre trabalhei na agricultura [...] (Entrevistado 17).

[...] Gosto de trabalhar com a agricultura e a soja está valorizada no mercado [...] (Entrevistado 20).

[...] Por causa da idade que foi avançando, a agricultura é mais facilitada e fazemos nosso próprio tempo [...] (Entrevistado 25).

[...] Sempre trabalhei com a agricultura [...] (Entrevistado 31).

Segundo Flech et al. (2016), a soja além de exigir menos mão de obra para seu cultivo, é uma das culturas mais desenvolvidas nas propriedades rurais dos assentamentos existentes no Rio Grande do Sul, presente em aproximadamente 3 mil unidades familiares assentadas. Além disso, os autores mencionam que apenas 0,5% da produção ficam para o autoconsumo da propriedade e todo o restante é comercializado. No caso dos assentamentos rurais,

aproximadamente 70% do que é produzido da soja é comercializado em cooperativas locais (FLECH et al., 2016).

O maior destaque para a cultura da soja também é visualizada por Niederle e Grisa (2008), ao estudar 58 agricultores do município de Salvador das Missões/RS, a cerca de 200 km de Palmeira das Missões/RS. Segundo os autores, uma das motivações da produção de soja pelos agricultores é dada pelo rápido retorno oferecido pela cultura às famílias, em que seu ciclo produtivo leva em torno de quatro meses (NIEDERLE; GRISA, 2008). Assim, a produção da soja torna-se também uma das estratégias de reprodução socioeconômica utilizadas pelos agricultores.

Contudo, um fato importante mencionado por Niederle e Grisa (2008) é a diminuição da intensificação da produção da soja nas unidades familiares, uma vez que ela vem sendo associada com outras atividades. Segundo os autores, das 58 unidades familiares que cultivam a soja, apenas seis apresentaram rendimentos maiores a 50% associados à cultura. Além disso, como visualizado também no presente estudo, a maioria das famílias entrevistadas realiza a atividade em baixa intensidade, onde somente 20% dos rendimentos familiares são provenientes da cultura (NIEDERLE; GRISA, 2008).

Por outro lado, a pecuária leiteira é uma atividade que possui ascendência entre as unidades familiares. A pecuária leiteira é realizada por 17 famílias (51,5%), em que é realizada em alta intensidade (como principal fonte de renda) por 16 famílias (Figura 6). Os rebanhos de vacas variam de 8 a 28 animais em lactação e fora desse período. Além disso, todas as famílias que realizam essa atividade possuem a criação de novilhas que irão compor o rebanho de vacas futuramente. O conjunto de novilhas criadas nas propriedades varia de 1 a 12 animais.

A atividade da pecuária também é praticada em alta intensidade pelos agricultores mencionados de Salvador das Missões/RS. Segundo Niederle e Grisa (2008), apenas duas das 58 unidades familiares analisadas não praticam a atividade. Além disso, a pecuária leiteira tem sido empregada em antemão ou em conjunto com a soja, que vem perdendo espaço nas propriedades rurais (NIEDERLE; GRISA, 2008).

A pecuária leiteira também é destacada por Ferron (2019) nos assentamentos rurais de Santana do Livramento (RS), sendo a principal atividade desempenhada pelos agricultores assentados. Entre os motivos do desenvolvimento da pecuária leiteira entre os agricultores assentados está o rendimento mensal (fato também observado pela presente pesquisa), que segundo o relato de um dos entrevistados pelo autor “garante a segurança de uma renda mínima todos os meses” (FERRON, 2019, p. 81).

Figura 6 – Pecuária leiteira nas famílias assentadas – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

Flech et al. (2016), em estudo com as famílias assentadas no Rio Grande do Sul, corroboram que a atividade leiteira estava presente em mais da metade (61%) das famílias assentadas no estado gaúcho no ano de 2014. Além disso, o rebanho de vacas em lactação na atividade era composto de pelos menos 30 mil animais, com média de produção de 8 litros de leite por vaca no dia (FLECH et al., 2016).

A alimentação dos animais que compõem a pecuária leiteira das famílias analisadas no presente estudo é, principalmente, de pastagens de inverno e verão, de silagem de milho e de rações prontas (compradas). A área de pastagens do inverno são um pouco maiores do que as pastagens de verão, por que muitas famílias dividem a terra com a cultura da soja e do milho para silagem, que também são culturas do verão. A área destinada às pastagens de inverno, como a aveia, varia de 6 a 19 ha e a área destinada às pastagens de verão e milho, variam de 1,5 a 6 ha para cada cultura.

Além da pecuária leiteira, cinco famílias também realiza a pecuária de corte, em que três famílias realizam essa atividade em baixa intensidade e outras duas famílias em média intensidade, ou seja, somente como complemento da renda familiar. Os rebanhos de gado destinados para essa atividade variam de 4 a 20 animais e são todos criados e engordados na propriedade. A alimentação dos animais é composta por pastagens como tifton 85 e aveia, milho grão e silagem, bem como, a grama no próprio potreiro.

Entre os principais motivos em realizar a pecuária leiteira, na propriedade estão os seguintes: o rendimento mensal, que é disponibilizado pela venda do leite; por ser uma atividade mais familiar (onde possibilita o envolvimento não somente dos homens, mas também das mulheres, especialmente da mãe e das filhas); pela experiência com a atividade; pela pouca área de terra para cultivar a agricultura (grãos), entre outros. Essas situações podem ser observadas nos relatos das famílias:

[...] O leite por causa da renda mensal [...] (Entrevistado 7).

[...] Pelo rendimento mensal e por ser um trabalho mais familiar [...] (Entrevistado 10).

[...] Por ter experiência, sempre trabalhei com essa atividade [...] (Entrevistado, 17).

[...] É uma atividade mais conveniente para a família e tem renda mensal [...] (Entrevistado 22).

[...] Única opção para pouca terra e possui renda mensal. E saber o que está consumindo (leite e engorda algum terneiro para o consumo) [...] (Entrevistado 23).

[...] Tem uma renda mensal. Soja é pouca terra e é muito caro para plantar [...] (Entrevistado 24).

[...] Entre custo e benefício o leite tem um rendimento maior do que a soja para o pequeno produtor [...] (Entrevistado 28).

A renda mensal proveniente da pecuária leiteira também é uma das motivações das unidades familiares de Salvador das Missões/RS para o seu desenvolvimento. Segundo Niederle e Grisa (2008, p. 59), “a garantia de uma renda mensal que possibilita maior estabilidade financeira e faça frente a um conjunto de gastos mensais (energia elétrica, telefone, etc.) tem sido um dos principais motivos para a adoção desta estratégia”. Assim, o desenvolvimento da pecuária leiteira é também uma das estratégias de reprodução socioeconômicas utilizadas pelas unidades familiares, pela garantia de rendimentos mensais.

Esse cenário também é observado por Lutke et al. (2016), em estudo ao Assentamento Figueira em Santana do Livramento (RS). Segundo os autores, apesar dos altos dos preços dos insumos necessários ao desenvolvimento da pecuária (rações, adubos, sementes, produtos de higienização, entre outros) e o baixo preços pago ao produtor, a atividade “tem se demonstrado fundamental para a permanência e a reprodução dos agricultores, pois gera uma renda mensal garantida, o que facilita no pagamento das despesas básicas mensais” (LUTKE et al., 2016).

Já entre os principais motivos de realizar a pecuária de corte estão, segundo as famílias:

[...] Mais conveniente para a família [...] (Entrevistado 1 e 22).

[...] A pecuária de corte para ter mais entrada de dinheiro (mais uma fonte) [...] (Entrevistado 13).

[...] Porque sobra bastante aveia no inverno, já crio pro consumo e vendo o excedente do gado e dá menos trabalho do que o leite [...] (Entrevistado 15).

[...] Pela experiência e porque gosto da atividade [...] (Entrevistado 18).

Além disso, a pecuária leiteira e de corte são atividades que não demandam de grandes extensões de terras (capital natural), o que permite o seu desenvolvimento em pequenas unidades familiares (BASSO, 2004). Essa característica, assim como, a renda mensal, também favorece o desenvolvimento das atividades pelos agricultores familiares (BASSO, 2004).

Zarnott, Flech e Neumann (2016) também identificam algumas motivações para o desenvolvimento da pecuária leiteira no assentamento Conquista Esperança em Tupanciretã (RS). Entre essas motivações são mencionadas três com maior destaque entre os relatos dos agricultores entrevistados pelos autores, tais como, a geração de renda mensal enquanto a soja possibilita somente um ingresso anual de rendimentos, a maior geração de renda anual e o menor risco econômico-produtivo da atividade quando comparada a atividade da agricultura (cultivo de grãos) (ZARNOTT; FLECH; NEUMANN, 2016).

Os principais capitais que são mobilizados pela atividade agrícolas estão: o capital natural, tais como, a terra, a água, as pastagens naturais, entre outros; o capital físico, como o uso de máquinas e implementos agrícolas e as infraestruturas (tratores, ordenhadeiras, colheitadeiras, resfriadores, galpões, salas de ordenha, etc.); o capital financeiro, tanto na mobilização de dinheiro, a venda de animais, o estoque de soja em cooperativas, bem como, o acesso a recursos financeiros de programas públicos, tais como o Pronaf.

O acesso a esses ativos para o desenvolvimento de tais atividades pode ser facilitado pelas ações institucionais e públicas. A promoção de programas e políticas públicas, tais como o Pronaf e a assistência técnica oferecida pela Emater do município são exemplos que podem ser citados. Por meio da aquisição de créditos institucionais, as unidades familiares tem maior possibilidade de investir na propriedade para o maior desenvolvimento das atividades, como a construção de salas de ordenhas, a ampliação de galpões, entre outros (BASSO, 2004). Já a assistência técnica, possibilita às unidades familiares uma maior organização e gestão das mesmas, fator de risco quando consideradas as famílias entrevistadas pela presente pesquisa, onde a maioria não possui acesso a esse serviço.

Outra atividade desenvolvida pelas famílias, mas que não está totalmente correlacionada com a comercialização é a produção para o autoconsumo. Essa atividade é

realizada por 32 famílias que cultivam ou criam pelos menos um produto ligado ao consumo familiar, como o cultivo de hortas, pomares, de mandioca, batata doce, feijão, melancias, erva-mate, cana-de-açúcar, a criação de peixes, de suínos, de galinhas, entre outros¹². Além disso, 15 famílias também comercializam o excedente de suas produções de modo a completar a renda familiar.

Além dessas atividades agrícolas, uma das famílias entrevistadas também cultiva hortaliças para comercialização, sendo esta atividade uma das principais fontes de renda da família. O cultivo de hortaliças (em estufas) é desenvolvido em torno de dois hectares. A opção por trabalhar com essa atividade, de acordo com a família, é que a atividade é mais apropriada para a família, já que o proprietário trabalha fora da propriedade e somente a proprietária e os filhos ficam na propriedade, bem como, estão enquadrados no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por onde comercializam seus produtos¹³.

Entre os principais capitais relacionados à produção para o autoconsumo familiar e o desenvolvimento da horticultura estão o natural e o humano. O capital natural envolve a água e a qualidade da terra que são empregados na produção dos alimentos. A qualidade da terra está associada, especificadamente, às práticas de correção naturais como esterco, palhas, minhocas, entre outros e o não uso ou uso reduzido de agrotóxicos e fertilizantes químicos, uma vez que se trata de alimentos produzidos de forma orgânica (GRISA; SCHNEIDER, 2008).

O capital humano está representado nos conhecimentos e experiências de produção de alimentos passados de geração em geração, atributo característico da agricultura familiar camponesa na produção de alimentos básicos ao autoconsumo familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2008). Esses conhecimentos se materializam pelas práticas e costumes aplicados à produção desses alimentos, como por exemplo, aspetos relacionados à “lua certa” para plantar tal cultura. Esses aspectos relacionam-se a identidade do agricultor familiar como produtor de alimentos (FIORESE; PLEIN, 2017).

Também foi possível identificar, pela pesquisa a campo, a presença de atividades desenvolvidas fora da propriedade rural e não agrícolas¹⁴. No caso das atividades desenvolvidas fora da propriedade estão aquelas que, mesmo assalariadas, estão relacionadas com a agropecuária e são desenvolvidas em outras propriedades rurais, como por exemplo, o empregado rural (ELLIS, 2000). Já as atividades não agrícolas são atividades assalariadas não

¹² A produção para o autoconsumo familiar será melhor detalhada no item 4.2.4.

¹³ Essa atividade será melhor detalhada no item 4.2.5.

¹⁴ Essa divisão é definida por Ellis (2000), em que divide as rendas agrícolas, as rendas obtidas fora da propriedade rural e as rendas não agrícolas, como detalhada no item 2.2.1.

associadas com a agropecuária, o arrendamento de bens, aposentadorias, pensões, entre outros (ELLIS, 2000).

As atividades desenvolvidas fora da propriedade e não agrícolas são realizadas por onze famílias que possuem um ou mais membros que desenvolvem essas atividades. Desse total, seis famílias realizam atividades fora da propriedade rural de maneira temporária e informal (empregado rural ou de granja), principalmente, relacionadas à safra da soja, predominantes na região noroeste e nordeste do estado e de colheita da uva, sobretudo, no município de Caxias do Sul, região serrana do estado, como forma de obter uma renda extra.

Outras quatro famílias realizam atividades não agrícolas, que exerce atividade remunerada permanente autônoma ou de carteira assinada. Entre as atividades exercidas estão as de pedreiro, borracheiro, doméstica, funcionário público e de enfermeira. Apenas uma das famílias possuem membros que realizam tanto atividades desenvolvidas fora da propriedade rural, quanto atividades não agrícolas (Tabela 12).

Desse número, oito pessoas trabalham nas granjas próximas ao assentamento em que, apesar de ser uma atividade remunerada, são atividades associadas com a agricultura, como o plantio e colheita de culturas, entre outros. Outras seis pessoas exercem atividades em outros setores, como pedreiro, doméstica, enfermeira, funcionária pública e borracharia, desenvolvidos no meio urbano do município, em comunidades próximas aos assentamentos ou até mesmo no assentamento. E uma das pessoas trabalha somente nas temporadas de colheita da uva, sobretudo em Caxias do Sul, como forma de obter uma renda extra.

Tabela 8 – Atividades desenvolvidas fora da propriedade (FP) e não agrícolas (NA) existentes entre as famílias – 2020

Família Entrevistada	Nº de membros que trabalha fora	Atividade desenvolvida	Característica da Atividade
6	1	Colheita da uva	FP
10	1	Pedreiro	NA
13	2	Enfermeira	NA
14	1	Empregado de granja	FP
15	2	Empregado de granja	FP
16	1	Empregado de granja	FP
18	3	Empregado de granja	FP
23	2	Serviços de doméstica Borracharia (na propriedade)	NA
24	1	Empregado de granja	FP
28	1	Funcionário Público	NA
31	1	Pedreiro	NA

Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

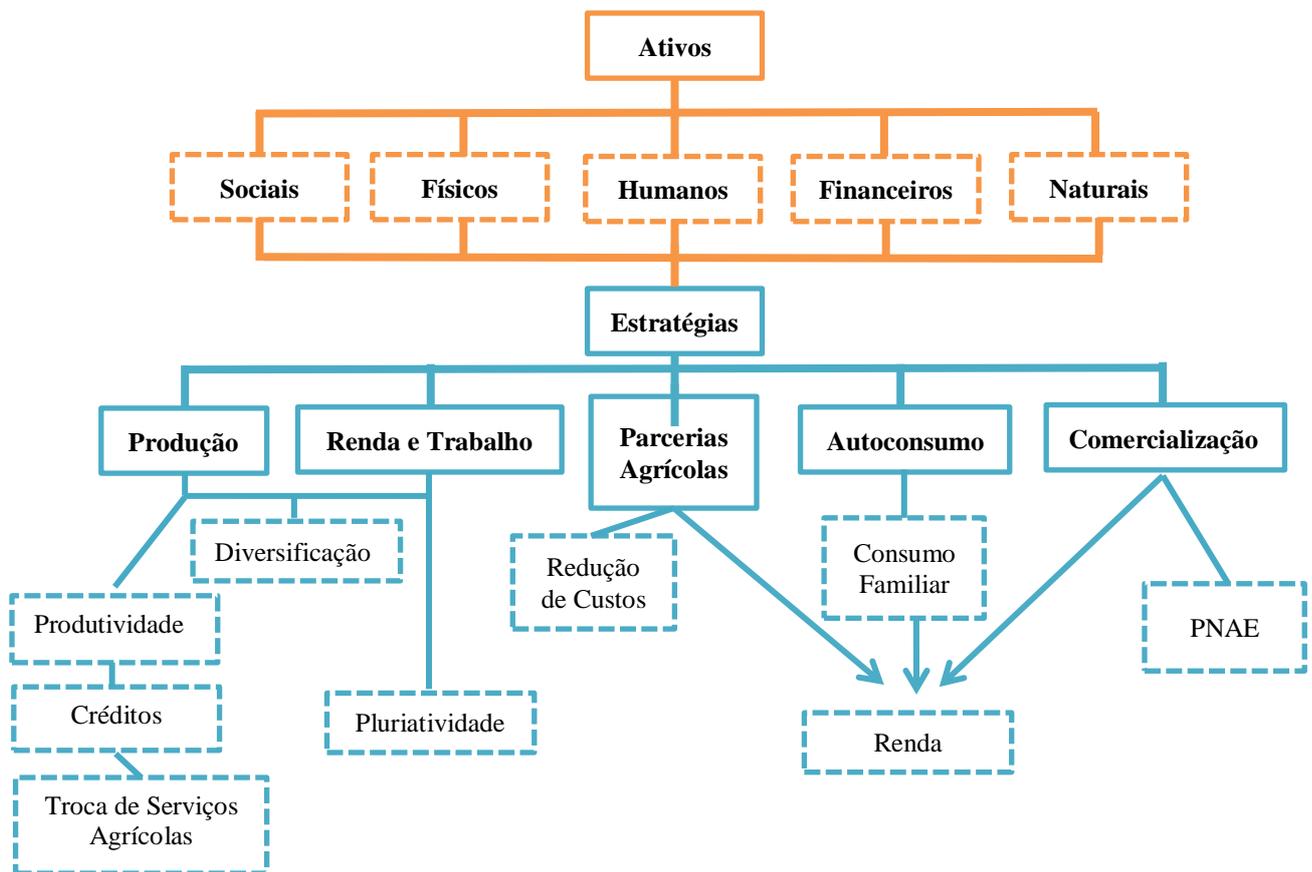
O desenvolvimento de atividades não agrícolas nos assentamentos rurais também é observado por Ferron (2019) em Santana do Livramento (RS). Segundo o autor, as atividades não agrícolas são desenvolvidas por sete dos onze agricultores entrevistados em diversos setores, tais como operador de máquinas agrícolas em períodos de safra, nas colheitas temporárias da uva no norte do estado gaúcho, de costureira no assentamento, em serviços gerais na agropecuária, em restaurantes, entre outros (FERRON, 2019).

Além disso, os agricultores dos assentamentos de Santana do Livramento (RS) sentem-se satisfeitos em manter outra profissão além da exercida como agricultor (FERRON, 2019). Esse aspecto foi identificado pelo autor, quando os agricultores mencionavam trabalhar em outras atividades remuneradas fora da propriedade, até mesmo, quando esta era exercida por outro membro da família, como os filhos ou a esposa (FERRON, 2019). Assim, as rendas não agrícolas são essenciais e, juntamente com a renda obtida na propriedade rural pelo desenvolvimento de atividades agrícolas, garantem o bem estar e o sustento da família.

5 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA FAMILIAR NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE PALMEIRA DAS MISSÕES (RS)

Nesse capítulo são apresentadas e discutidas as principais estratégias de reprodução socioeconômica familiar, identificadas nos assentamentos rurais de Palmeira das Missões/RS. Assim, procura responder o segundo objetivo proposto no estudo. Entre as principais estratégias identificadas pela pesquisa a campo nos assentamentos estão: as estratégias de produção, de renda e de trabalho, de parceria agrícola; de autoconsumo familiar e de acesso aos mercados institucionais (Figura 7).

Figura 7 – Estratégias de reprodução socioeconômica das famílias – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

Cada estratégia utilizada baseia-se na mobilização de ativos disponíveis, bem como na necessidade de acesso a outros ativos não disponíveis a família. Os grupos de estratégias identificadas são melhor detalhadas nas seções abaixo.

5.1 ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO

As estratégias de produção estão relacionadas à produtividade e ao desenvolvimento de atividades pelas famílias. Assim, entre as principais estratégias identificadas pela pesquisa a campo nos assentamentos estão: a diversificação de atividades (agrícolas, não agrícolas e desenvolvidas fora da propriedade rural), o investimento na produtividade do solo (que envolvem os ativos naturais e financeiros), o acesso a créditos de custeio e investimento agropecuário (ativos financeiros) e a troca de serviços agrícolas (ativos sociais).

Segundo Ellis (2000), a diversificação é essencial para a reprodução da unidade familiar, uma vez que somente a agricultura pode não favorecer meios suficientes para a sobrevivência da família. Assim, o autor destaca que as famílias rurais dependem de um portfólio diversificado de atividades e de fontes de renda, sem desconsiderar a agropecuária, para garantir o bem estar e o suprimento familiar (ELLIS, 2000).

Além disso, a diversificação de atividades no meio rural não é um assunto novo e vem sido empregada em muitos países em desenvolvimento. Ellis (2000), ao analisar o contexto da África Subsaariana, corrobora que a diversificação é observada na maioria das unidades familiares, grandes ou pequenas explorações, em que inclui o trabalho desenvolvido fora da propriedade rural e as atividades não agrícolas. Além disso, o autor destaca que as atividades não agrícolas complementavam de 30% a 50% a renda familiar das unidades familiares na África Subsaariana e de 70% a 80% em outras regiões da África do Sul (ELLIS, 2000).

Em relação ao presente estudo, a diversificação de atividades está presente em 81,8% do total das famílias entrevistadas, em que envolve o desenvolvimento da agropecuária, de atividades fora da propriedade rural e de atividades não agrícolas. As atividades desenvolvidas fora da propriedade rural são aquelas em que as mesmas possuem associação com a agricultura, como empregado rural (ELLIS, 2000). Já as atividades não agrícolas estão os trabalhos assalariados não associados à agricultura, tais como, o arrendamento de bens, aposentadorias e outras transferências sociais (ELLIS, 2000).

No total são dez os arranjos de atividades compostos por duas ou mais atividades, em que o arranjo de atividades relacionadas à agricultura, pecuária e autoconsumo é a mais frequente, desenvolvido por 11 famílias. Segundo Wanderley (1999), apesar dos produtos cultivados para o autoconsumo familiar não serem comercializados pela maioria das famílias rurais, essa prática também é utilizada como uma estratégia na diversificação de atividades, pois garante o consumo de alimentos básicos e preserva a segurança alimentar da unidade familiar.

No caso das atividades desenvolvidas fora da propriedade rural e não agrícolas, essas compõem sete dos arranjos formados e são combinados com atividades da agricultura, pecuária, autoconsumo e horticultura (Tabela 10). Apenas um dos agricultores entrevistados respondeu não possuir atividades produtivas, pois o mesmo reside na propriedade de outro agricultor assentado para receber assistência, devido a problemas de saúde e por apresentar idade avançada (acima dos 65 anos) para residir sozinho.

Tabela 9 – Combinação de atividades desenvolvidas pelas famílias – 2020

Atividades	Nº de famílias	% do total
Agricultura, pecuária e autoconsumo	11	33,3
Autoconsumo	5	15,2
Agricultura e autoconsumo	4	12,1
Agricultura, pecuária, autoconsumo e não agrícola	3	9,1
Pecuária, autoconsumo e atividade fora da propriedade	2	6,1
Autoconsumo e atividade fora da propriedade	2	6,1
Pecuária, autoconsumo, não agrícola e atividade fora da propriedade	1	3,0
Pecuária, autoconsumo e não agrícola	1	3,0
Agricultura, pecuária, autoconsumo e atividade fora da propriedade	1	3,0
Pecuária e autoconsumo	1	3,0
Horticultura, autoconsumo e atividade fora da propriedade	1	3,0
Não possui	1	3,0
Total	33	100,0

Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

Outras cinco famílias realizam somente atividades para o autoconsumo familiar, em que duas delas comercializam o excedente de sua produção. Essas famílias são caracterizadas por agricultores que moram sozinhos, ou somente o casal reside na propriedade, apresentam idade superior a 60 anos, sendo que quatro deles são aposentados. Esse contexto remete à aquelas famílias que, mesmo não realizando atividades produtivas e estando aposentadas, persistem no meio rural, ou por necessidade (porque não podem abandonar o lote, pois correm o risco de perdê-lo) ou por bem estar, fazendo do lote somente um local de moradia.

Segundo Schneider (2010), ao refletir sobre a diversidade e diversificação no meio rural, corrobora que a diversificação de trabalho e renda é uma importante estratégia de fortalecimento dos meios de vida. Para o autor “quanto mais diversificada for uma unidade produtiva ou um estabelecimento agropecuário, maiores serão as chances e oportunidades que possa ter opções para fazer escolhas” (SCHNEIDER, 2010, p. 89). Assim, quanto maiores são

as possibilidades de escolhas e opções, maiores serão estratégias de enfrentamento dos agricultores frente a contextos de vulnerabilidade, tais como de clima, doenças, crises, entre outros.

A diversificação de atividades ou de fontes de renda é uma ferramenta que possibilita também o acesso ou aumento de ativos não disponíveis às famílias. Para Ellis (2000), o aumento ou a estabilidade de rendas provenientes de atividades diversificadas pode ser investido em bens físicos ou humanos, tais como máquinas e equipamentos agrícolas e educação. Assim, para o autor quanto mais simples for transformar um ativo em outro, maiores são as alternativas para a geração de meios de vida, bem como, a troca de atividades (ELLIS, 2000).

A importância da diversificação de atividades também é identificada no estudo de Barbosa et al. (2016), em que procuram analisar a partir da percepção de dois agricultores familiares (um que diversifica e outro não) de Manhuaçu (MG), os fatores que levam ou não a diversificação. Segundo os autores, o agricultor que diversifica possui rendimentos mensais totais 50% maiores do que o agricultor que não diversifica suas atividades. No caso da produção de hortaliças, os incrementos na renda mensal são de até 80% para o agricultor que diversifica (BARBOSA et al., 2016).

Além disso, a diversificação de atividades é utilizada pelo agricultor como uma estratégia de minimizar instabilidades de mercado, sobretudo, da atividade cafeeira (principal atividade desenvolvida) que apresenta muitos riscos e baixa instabilidade de mercado (BARBOSA et al., 2016). Assim, rendas provenientes de outras atividades possuem um importante papel de complementar a renda de atividades desenvolvidas com maior intensidade, principalmente, frente a riscos e instabilidades.

A diversificação de atividade no contexto dos assentamentos rurais é destacada por Sant'Ana e Tarsitano (2009), em que procuram identificar os principais sistemas de produção e comercialização de famílias assentadas em oito assentamentos na região de Andradina (SP), bem como a presença, ou não da diversificação agropecuária. Entre as principais estratégias adotadas por esses agricultores está o aumento da produtividade e da produção da pecuária leiteira (realizada por todas as famílias), assim como, a diversificação de rendas agropecuárias e não agrícolas (SANT'ANA; TARSITANO, 2009).

Segundo os autores, as famílias que realizam a diversificação de rendas, acabam minimizando impactos das instabilidades sofridas na pecuária leiteira e possuem maior equilíbrio de rendimentos (SANT'ANA; TARSITANO, 2009). A diversificação da produção agropecuária mostrou-se mais estratégica inclusive comparada à intensificação da produção

na pecuária leiteira realizada por quatro das famílias, bem como, para aquelas famílias que não possuem de todos os ativos físicos, financeiros e humanos para realizar a intensificação (fatores que também caracterizam as famílias da presente pesquisa) (SANT'ANA; TARSITANO, 2009).

Outra estratégia que viabiliza as famílias realizar suas atividades é o acesso a créditos bancários ou financeiros, tais como de investimento e custeio. Para Leite (2012), o crédito é definido como uma antecipação monetária ou um empréstimo. Quando relacionado à agropecuária, permite com que agricultores familiares consigam financiar suas despesas com insumos e produtos, bem como, investir em bens físicos (máquinas, galpões, implementos agrícolas, entre outros) para a realização de suas atividades (LEITE, 2012).

Nesse viés, Leite (2012, p. 172) corrobora que “na ausência de recursos próprios que permitam custear a produção, dispor de um programa de crédito específico tem sido uma estratégia importante para sustentar a produção e, conseqüentemente, a oferta de um bem e/ou serviço”. Assim, para o agricultor familiar o acesso a créditos financeiros é uma importante estratégia que viabiliza o desenvolvimento de atividades agrícolas, bem como, não agrícolas, como as agroindústrias familiares.

Segundo Ziger (2013), o principal objetivo do crédito rural é de gerar oportunidades, em que beneficia e aproxima os agricultores de programas, de políticas de investimento tecnológico e de melhorias no meio rural. Além disso, o acesso ao crédito financeiro pelos agricultores também estimula a sua permanência no campo e o processo de sucessão familiar, em que dá condições a este de investir na propriedade e de custear despesas das atividades realizadas, reduzindo as migrações aos centros urbanos (ZIGER, 2013).

Entre os principais programas de crédito destinados para agricultores familiares está Pronaf, caracterizado por ser uma das políticas públicas criadas para o apoio do desenvolvimento rural (ZIGER, 2013). Além disso, a criação do Pronaf é um marco de reconhecimento da agricultura familiar, como uma categoria importante para a produção de alimentos, de geração de renda e emprego no meio rural (ZIGER, 2013). Assim, desde sua criação o Pronaf é um dos créditos mais acessado entre os agricultores familiares, em que possui diversas linhas de financiamento destinadas tanto ao custeio, investimento e comercialização de produtos em propriedades rurais.

No caso dos assentamentos rurais estudados, apesar do acesso a créditos ser pouco utilizado entre as famílias, o Pronaf apresenta-se como o mais acessado. O acesso a créditos financeiros é utilizado por doze famílias como estratégia de garantir recursos financeiros suficientes para o custeio e investimento de suas atividades produtivas. Entre os créditos mais

acessados pelas famílias está o Pronaf de custeio e de investimento ligado à produção agropecuária. Além desses recursos, está o Pronaf Mais Alimentos e o Seguro Agrícola¹⁵.

O acesso ao Pronaf é observado também nos estudos de Ferron (2019), que investiga o contexto dos assentamentos rurais em Santana do Livramento (RS). Segundo o autor, 81,8% do total das famílias acessam o programa, em que o principal objetivo do acesso está o investimento e a prática de melhorias no lote (FERRON, 2019). Além disso, os recursos financeiros provenientes das linhas de crédito do Pronaf foram essenciais para a instalação das famílias no assentamento, bem como para o início de suas atividades produtivas, como construção de galpões, salas de ordenha, chiqueirões de porcos, compra de vacas leiteiras, entre outros (FERRON, 2019).

Já no estudo de Ferrari (2016), ao analisar as estratégias de reprodução socioeconômica da agricultura familiar de Araponga e Esperança Feliz (MG), observa que o acesso ao crédito rural dinamizou e gerou mudanças no modo de vida das famílias. Entre as mudanças estão a forma de trabalho realizada pela família e a maneira como é realizada a administração da propriedade rural (FERRARI, 2016). Além disso, percebe-se que o acesso a créditos financeiros também permitiu uma maior autonomia do grupo familiar frente aos agentes externos, principalmente, aos que vendem insumos e compram produtos dos agricultores (FERRARI, 2016).

Além dessas estratégias, estão também à troca de serviços agrícolas e o investimento na produtividade da terra. A troca de serviços agrícolas ou de “dias de serviços”, como mencionada pelos agricultores, é utilizada por 16 famílias entrevistadas pela presente pesquisa, realizada com maior frequência entre os agricultores que desenvolvem a pecuária leiteira, durante o período da silagem de milho. Essa estratégia visa reduzir custos com o pagamento de serviços agrícolas entre os agricultores, além de desenvolver a socialização das famílias que residem nos assentamentos.

A troca de serviços agrícolas é uma prática também observada em outros estudos que envolvem o contexto dos assentamentos rurais, tais como os de Costa (2001), de Durval, Ferrante e Bergamasco (2012) e Piccin (2012). Costa (2001), ao estudar as relações sociais que se estabelecem entre os agricultores assentados na Fazenda Pirituba (SP), destaca que a troca de serviços é uma prática antiga da agricultura familiar, em que combina a mão de obra de vizinhos e de parentes na realização de atividades que demandam tempo e pessoas para

¹⁵ Esses dados já foram detalhados no item 4.1.5, em que é projetado o gráfico 14.

executar as tarefas. Além disso, se caracteriza como uma “ajuda mútua” entre vizinhos (COSTA, 2001).

Durval, Ferrante e Bergamasco (2012), ao analisar o contexto do Assentamento Monte Alegre, localizado entre os municípios de Araraquara, Motuca e Matão (SP), corroboram que a troca de serviços agrícolas é uma prática coletiva e frequente no assentamento estudado. Assim, apesar das trocas entre os agricultores sejam pouco reconhecidas, elas “estão presentes e interferem na dimensão da sociabilidade das famílias, no sentido de manter relações sociais entre elas” (DURVAL; FERRANTE; BERGAMASCO, 2012, p. 40).

Além desses atributos citados a troca de serviços agrícolas entre as famílias também acomete a reciprocidade. Segundo Piccin (2012)¹⁶, a reciprocidade no trabalho entre a unidade familiar e as famílias a sua volta é fundamental para que a cooperação e a socialização aconteçam. Assim, nas palavras do autor, “a presença de algum membro de outros grupos domésticos sempre é esperada, pois caso contrário, o grupo doméstico que não enviou ninguém pode também não receber ajuda quando solicitada” (PICCIN, 2012, p. 127).

O investimento na produtividade da terra também é uma das estratégias observadas nos assentamentos estudados pela presente pesquisa. Segundo Basso (2004, p. 24), “o uso intensivo de certos ativos no curto prazo pode inviabilizar o estabelecimento de estratégias de médio e longo prazo, como o esgotamento da capacidade produtiva da terra”. Assim, a prática intensiva da pecuária leiteira, por exemplo, desenvolvida em alta intensidade por 17 famílias entrevistadas, é uma das atividades que geram esse esgotamento do solo (fica mais “socado” e com menor concentração de palha – cobertura vegetal).

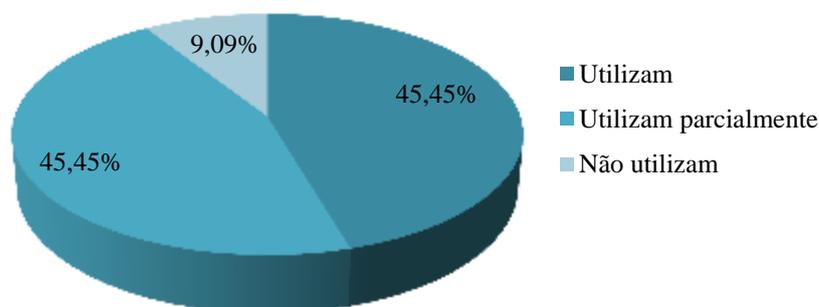
O uso de práticas agrícolas e de mecanismos de correção de solo é uma estratégia utilizada por 15 famílias, que além do uso de práticas necessárias a produção de culturas como de sementes melhoradas, adubação química e/ou orgânica e de defensivos agrícolas também utilizam calcários, adubação verde (nabos, palhas, etc.), rotação de culturas, agricultura de precisão, animais de genética diferenciada na pecuária e análise do solo.

Outras famílias entrevistadas responderam não utilizar ou utilizar parcialmente das práticas agrícolas e dos mecanismos de correção de solo e que empregam outro tipo de estratégia, a parceria agrícola (Gráfico 19). Assim, 15 famílias utilizam parcialmente práticas agrícolas e mecanismos, tais como adubação verde (principalmente da palha da aveia no inverno), calcários, rotação de culturas, animais de genética diferenciada na pecuária,

¹⁶ Piccin (2012) retrata o contexto do Assentamento de Ceres localizado no município de Jóia (RS), em que procura analisar as posições sociais dos agricultores em relação à estrutura econômica da sociedade, visando identificar as perspectivas de renda das famílias no enredo dos mercados oligopolizados.

irrigação e sistema de pousio da terra e três famílias não utilizam nenhum tipo de práticas produtivas e de mecanismos de correção de solo, passando essa responsabilidade ao parceiro agrícola.

Gráfico 19 – Utilização de práticas produtivas e mecanismos de correção de solo – 2020



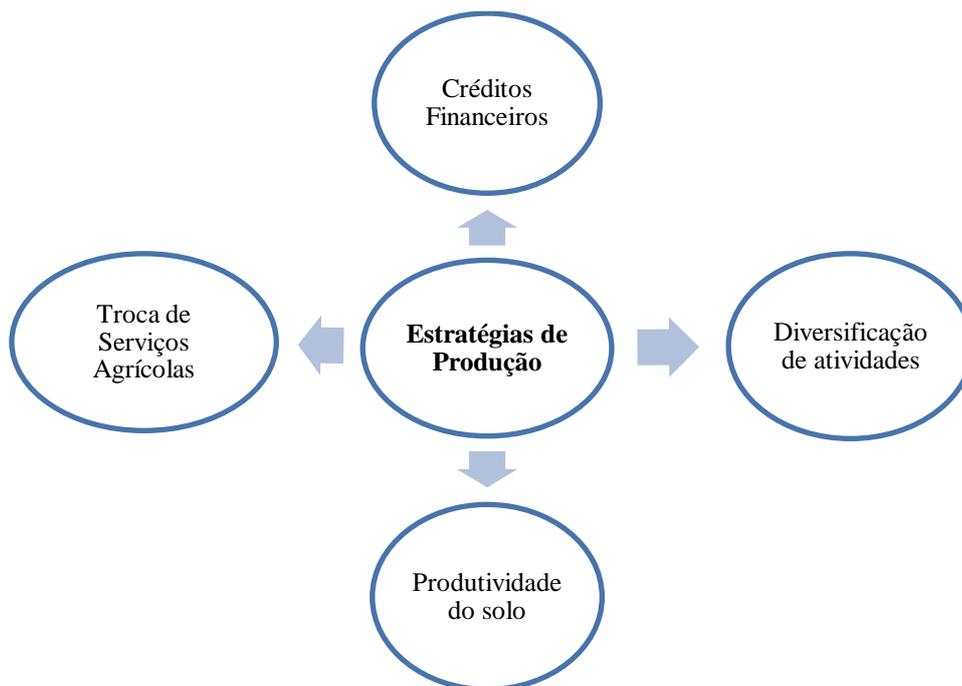
Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

O uso de práticas produtivas de correção do solo ou o investimento na produtividade do solo é uma das estratégias também utilizadas pelos agricultores dos Assentamentos Monte Alegre, Horto Bueno de Andrade e Bela Vista do Chibarro, destacados no estudo de Ferrante e Barone (2004). Segundo os autores, entre as principais práticas utilizadas estão o adubo orgânico sem utilização de agrotóxicos e/ou a adubação química, de maneira a potencializar o resultado da produção¹⁷. Além desses insumos, os agricultores também utilizam calcários, onde a terra é pobre em nutrientes, bem como, adubo verde como forma de aumentar a fertilidade do solo (FERRANTE; BARONE, 2004).

Assim, a figura abaixo sintetiza as principais estratégias de produção observadas pelas famílias assentados no Assentamento Potreiro Bonito, Terra Nova e Nova Vida investigados pela presente pesquisa.

¹⁷ O investimento nas práticas de correção do solo é realizado por esses agricultores, principalmente, no cultivo da cana de açúcar, produto produzido em larga escala na região (FERRANTE; BARONE, 2004).

Figura 8 – Síntese das estratégias produtivas dos assentamentos rurais – 2020

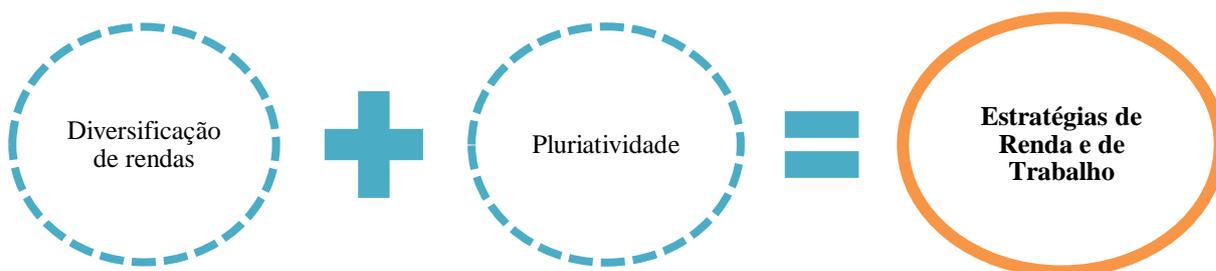


Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

5.2 ESTRATÉGIAS DE RENDA E DE TRABALHO

Esse item destaca as principais estratégias de renda e de trabalho identificadas pelo estudo. As estratégias de renda remetem as diferentes fontes de renda obtidas pelas famílias, tais como rendas agrícolas, não agrícolas e obtidas fora da propriedade rural. As estratégias de trabalho estão relacionadas ao nível de pluriatividade das famílias, ou seja, às diferentes ocupações que os membros das famílias ocupam na sociedade, além da agricultura (Figura 9).

Figura 9 – Estratégias de renda e de trabalho utilizadas pelas famílias – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

A diversificação de rendas, do mesmo modo que a diversificação de atividades, garante maior autonomia e estabilidade às famílias rurais. Para Ellis (2000), a diversificação de rendas amplia o leque de estratégias das famílias, em que a falta de uma das rendas ocasionadas, por exemplo, secas ou chuvas intensas, ou até mesmo perdas na colheita, pode ser suprida por outra renda familiar, como o desenvolvimento de atividades não agrícolas. Assim, a reprodução socioeconômica da unidade familiar não é abatida e permite com que a mesma resista a crises e a vulnerabilidades do contexto.

A diversificação de rendas é utilizada por 24 famílias, divididas em rendas agrícolas, rendas obtidas fora da propriedade e rendas não agrícolas¹⁸. No total são seis composições de rendas existentes entre as famílias, em que 24 famílias combinam atividades agrícolas com atividades não agrícolas e/ou atividades obtidas fora da propriedade rural. Outras nove famílias possuem somente um tipo de rendimento, ou seja, somente agrícola (15,15%) ou somente não agrícola (12,12% do total).

Tabela 10 – Classificação das rendas das famílias – 2020

Composição das rendas	Frequência de Famílias	% do total
Renda agrícola e não agrícola	19	57,58
Renda agrícola	5	15,15
Renda não agrícola	4	12,12
Renda agrícola, não agrícola e obtida fora da propriedade	3	9,09
Renda não agrícola e obtida fora da propriedade	1	3,03
Renda agrícola e obtida fora da propriedade	1	3,03
Total	33	100%

Pesquisa a campo, 2020.

Para Alentejano (1999), a dinâmica de combinação de atividades agrícolas e não agrícolas torna-se um instrumento de análise interessante para a estrutura agrícola pelo seu desenvolvimento em tempo integral. Outros fatores que permitem ou ocasionam a combinação de atividades não agrícolas é a sazonalidade da agropecuária, a demanda cada vez menor de trabalhadores na agricultura pela modernização de processos ou, no caso de pequenas propriedades rurais, a insuficiência da renda agrícola em cobrir ou garantir o sustento e a reprodução do grupo familiar (ALENTEJANO, 1999; SILVA, GROSSI, CAMPANHOLA, 2002).

¹⁸ Essa classificação é sugerida por Ellis (2000) ao definir as diferentes formas de rendas obtidas pelas famílias rurais. As definições de cada renda estão detalhadas no item 4.1.5 do presente estudo.

Segundo Perondi e Schneider (2011)¹⁹, ao analisar a diversificação de atividades agrícolas e não agrícolas empregadas por 100 famílias rurais do município de Itapejara d'Oeste (PR), corroboram que a renda familiar é superior nas famílias que utilizam a estratégia de diversificação de rendas em comparação as famílias que possuem somente rendimentos baseados em *commodities* agrícolas. Além disso, quanto maior o leque de possibilidades diferentes produzidos pelas famílias, maiores serão seus níveis de renda, sobretudo, quando esses são articulados com atividades intersetoriais (não agrícolas) (PERONDI; SCHNEIDER, 2011).

A combinação de rendas agrícolas e não agrícolas no meio rural é definida por Schneider (2003) como pluriatividade. Para o autor, a pluriatividade é uma das principais estratégias que vem sendo desenvolvidas pelos agricultores familiares, em que está associada e depende das decisões individuais ou familiares. É uma prática empregada pela família ou por alguns de seus membros como garantia da reprodução da unidade familiar, bem como, é um importante instrumento que vem a minimizar as migrações das famílias rurais aos centros urbanos ou a outros locais (SCHNEIDER, 2003).

Nesse viés, Baumel e Basso (2004), ao defender a pluriatividade como ferramenta de auxílio no desenvolvimento da agricultura familiar, corroboram que a mesma é uma prática social originada da busca por alternativas de reprodução social pelas famílias que vivem no meio rural. Além de uma alternativa para ampliar fontes de renda (econômico), a pluriatividade também possui alcance social e cultural, em que proporciona aos agricultores realizar outras ocupações, além da agricultura, produzindo outras configurações ao meio rural (BAUMEL; BASSO, 2004).

A pluriatividade também é identificada por Ferron (2019) nos assentamentos rurais de Santana do Livramento (RS). Segundo o autor, “a insuficiência da renda obtida com a comercialização da produção agrícola faz com que alguns dos entrevistados trabalhem com outras atividades, fora do lote, para manter suas famílias [...]” (FERRON, 2019, p. 90). Assim, a pluriatividade tem configurado a realidade de muitas famílias no meio rural e em diferentes contextos socioeconômicos e culturais, sendo uma estratégia de garantir renda necessária ao sustento e a reprodução da família.

Assim, tanto a diversificação de fontes de renda, quanto o desenvolvimento da pluriatividade no meio rural são importantes estratégias empregadas pelas famílias para

¹⁹ Esse estudo é parte da pesquisa realizada por Perondi (2007) e defendida em sua tese de doutorado, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

fortalecer sua reprodução socioeconômica nesse meio. Além disso, o aumento de rendas provenientes da diversificação possibilita maior acesso às famílias por ativos, sobretudo ativos ausentes na propriedade rural, como ampliação de suas instalações (capital físico) e/ou pagar um curso técnico aos filhos (capital humano), por exemplo.

5.3 ESTRATÉGIA DE PARCERIA AGRÍCOLA

Embora a parceria agrícola seja um tema convergente no contexto dos assentamentos rurais, ela vem sendo bastante empregada pelas famílias que lá residem, pela renda obtida. Ramos (2006, p. 13), ao analisar a questão dos arrendamentos e/ou parcerias agrícolas praticadas por Empresas Canavieiras com três assentamentos do Estado de São Paulo, destaca que apesar das dificuldades, “a introdução da cana foi benéfica, pois gerou uma renda que há muito os assentados não obtinham”. Assim, a parceria é empregada pelas famílias como uma estratégia de renda.

A renda é uma importante ferramenta para garantir o bem estar e maximizar os níveis de vida das famílias, principal objetivo destacado na criação de projetos de assentamentos rurais pelo INCRA (RAMOS, 2006). Apesar das parcerias e do arrendamento distorcer os objetivos da criação dos projetos de assentamento, a realidade imposta à muitas famílias já recorre a essa distorção, como por exemplo, a prática de atividades fora do lote e não agrícolas, como forma de complementar a renda familiar (RAMOS, 2006).

No caso das famílias entrevistadas, a estratégia de parceria agrícola é utilizada por 18 famílias entrevistadas. Entre os principais motivos e benefícios relatos pelas famílias sobre a parceria estão a falta de equipamentos agrícolas, a idade avançada dos agricultores (aposentados), devido a condições de saúde, as despesas e custos altos na agricultura para produzir, a falta de um sucessor, entre outros, como relatado por alguns deles:

[...] Falta de maquinário, nós dois somos aposentados, eu (proprietário) tenho problemas de saúde e nossos filhos não moram mais na propriedade [...] (Entrevistado 1).

[...] Não tenho maquinário e não tenho condições (saúde) de plantar (proprietário, mora sozinho na propriedade de um vizinho do assentamento para receber assistência) [...] (Entrevistado 3).

[...] Falta maquinário, tenho que pagar pra plantar, daí fica mais compensador fazer parceira [...] (Entrevistado 9).

[...] Muito caro as despesas da lavoura [...] (Entrevistado 6).

[...] Não tenho maquinário [...] (Entrevistado 12).

Essas situações remetem à ausência de ativos disponíveis as famílias tais como, máquinas agrícolas, insumos, capacidade de trabalho, entre outros, como pode ser percebida nos relatos das famílias acima. Embora as principais finalidades dos projetos de assentamentos rurais seja a produção para o autoconsumo familiar e o emprego de trabalho da família no lote, muitas famílias necessitam recorrer a outras atividades ou ocupações para permanecer no meio rural e no lote.

No caso dos assentamentos, as parcerias agrícolas, geralmente, são realizadas com outros agricultores assentados, em que se faz presente o compartilhamento de ativos físicos (máquinas agrícolas, insumos), naturais (terra) e financeiros (dinheiro ou crédito bancário). Além disso, as relações entre as partes da parceria agrícola também envolvem ativos sociais, em que é compartilhada a confiança, o diálogo e a reciprocidade entre ambos, para que resultados positivos sejam alcançados.

As parcerias agrícolas ou arrendamentos de terras, como são destacados por alguns estudos, ainda refletem o ciclo de vida de cada unidade familiar. Guedes e Cazella (2019), em seu estudo sobre o contexto dos agricultores familiares do Oeste Catarinense, corroboram que quando as famílias apresentam membros em idade ativa e com mão de obra familiar disponível, aumenta-se a demanda por terras produtivas, que são adquiridas ou arrendadas de terceiros. Caso contrário, a falta de sucessores e a idade avançada dos proprietários acabam resultando em uma redução de investimentos em máquinas agrícolas e acesso a créditos financeiros, onde a prática de arrendar a terra torna-se necessária para manter a unidade produtiva, sem que precise se desfazer dela (GUEDES; CAZELLA, 2019).

Essa condição reflete as famílias que realizam parcerias agrícolas nos assentamentos analisados pelo presente estudo, em que 13 famílias que utilizam a estratégia de parceria possuem proprietários (as) aposentados, ou com idades superiores a 50 anos de idade, e não possuem sucessores em idade ativa de trabalho ou residindo na propriedade. Outras cinco famílias que realizam a parceria agrícola apresentam ausência de bens físicos e financeiros, o que limita a produção e motiva a mesma. Essa condição também é evidenciada no estudo de Guedes e Cazella (2019), que em dois casos (unidades familiares) a falta de infraestrutura produtiva na propriedade resulta na estratégia de arrendamento, mesmo as mesmas estando no auge de sua força produtiva (entre 35 e 49 anos de idade).

Nesse sentido, a promoção de programas e políticas públicas no meio rural é essencial para o desenvolvimento das unidades produtivas. Embora as práticas de arrendamento e de parceria agrícola não sejam adequadas e distorcem os objetivos dos projetos de assentamentos

rurais, elas têm sido uma das estratégias encontradas pelas famílias para permanecer na propriedade, dada a ausência de ativos necessários à produção.

Contudo, mais do que a promoção de ações que visem o melhoramento e fortalecimento dos agricultores familiares no meio rural, é necessária uma avaliação das ações já existentes. Ramos (2006) corrobora que mais importante que o aumento da disponibilização de recursos financeiros aos agricultores por meio de políticas de crédito rural é essencial que esses recursos sejam disponibilizados na época apropriada. Assim, com a disponibilização dos recursos no período apropriado, evitam-se possíveis desvios para outras atividades.

Além disso, o autor destaca a importância da disponibilidade e do acesso à assistência técnica aos pequenos agricultores (caso pouco evidenciado pela pesquisa a campo), bem como, a necessidade de um acompanhamento técnico mais frequente do INCRA às famílias assentadas, para que o mesmo conheça a realidade atual de cada família nos assentamentos (FERRANTE; BARONE, 1997; RAMOS, 2006). As ações de assistência técnica ajudam e motivam o agricultor a continuar desenvolvendo suas atividades, adotando novas práticas de produção que antes não eram empregadas pela falta de conhecimentos ou “receios” e, assim, melhorar a sua produtividade.

5.4 ESTRATÉGIA DE AUTOCONSUMO FAMILIAR

A produção para o autoconsumo familiar pode ser definida como toda a produção cultivada pela família tanto para seu autoconsumo como para a alimentação dos animais presentes na propriedade rural (LEITE, 2004). Segundo Grisa e Conterato (2011), a produção dos próprios alimentos possibilita às famílias rurais construir estratégias de autonomia em relação aos mercados e aos altos preços dos produtos alimentícios, em que assegura o acesso a alimentos de maneira uniforme (GRISA; CONTERATO, 2011).

Apesar de ter sido considerada como uma prática atrasada e acessória, a produção para o autoconsumo passou a ser destacada em inúmeros estudos no meio acadêmico, principalmente, por estudiosos do campesinato e da agricultura familiar (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007). Para esses autores “a produção para uso e consumo próprio de alimentos, bens e meios de trabalho continua a possuir um papel fundamental na vida dos agricultores familiares” (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007). Assim, é uma das estratégias mais utilizadas pelos mesmos de maneira a continuar no meio rural.

Grisa, Schneider e Conterato (2013), ao analisar a produção para autoconsumo no Brasil a partir de dados do censo agropecuário de 2006, classificam os produtos cultivados e

produzidos pelos agricultores familiares para seu autoconsumo como produtos de origem animal (como carnes, leite, salame, gorduras, entre outros), de lavouras temporárias e permanentes, da silvicultura, da extração vegetal e da agroindústria familiar (GRISA; SCHNEIDER; CONTERATO, 2013).

Para Grisa e Schneider (2008), ao estudar a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul, destacam a minimização de custos econômicos como uma das contribuições do autoconsumo familiar. Além disso, recursos que seriam destinados à compra de produtos, com a alternativa de serem produzidos na propriedade, são utilizados na compra de outros produtos necessários a família e que não podem ser produzidos pelos mesmos (GRISA; SCHNEIDER, 2008).

A produção para o autoconsumo também promove o fortalecimento da agricultura familiar por meio da segurança alimentar e nutricional das famílias. Para Grisa e Conterato (2011), ao estudar a produção para o autoconsumo no Brasil, entre a importância econômica e reconhecimento social, destacam que “ao produzir sua própria alimentação, as unidades familiares garantem o acesso direto e facilitado aos alimentos, os quais saem diretamente da unidade de produção (lavoura) à unidade de consumo (casa/cozinha) [...]”. Além da qualidade dos produtos que são produzidos, geralmente, sem o uso de agrotóxicos e produtos químicos, bem como, utilizam adubação natural da própria propriedade (estercos, palhas, etc.) (GRISA; CONTERATO, 2011).

O autoconsumo também é visto como uma forma de produção que preserva culturas e hábitos alimentares. Segundo Grisa e Schneider (2008), as práticas de autoconsumo familiar são passadas de pai para filho, preservando hábitos alimentares das famílias e a história local. Além disso, algumas produções típicas são cultivadas e não deixa de existir com o passar do tempo, como algumas variedades de feijões, de mandioca, de amendoins, entre outros que são características de determinadas regiões, dada suas condições socioambientais (GRISA; SCHNEIDER, 2008).

Esses aspectos já eram discutidos por Gazolla (2004), ao analisar o papel do autoconsumo familiar, das políticas públicas e das iniciativas locais na região do Alto Uruguai/RS. Segundo o autor, a produção para o autoconsumo familiar vai além da prática de produzir alimentos, envolve o emprego de características simbólicas próprias dos agricultores familiares que configuram a sua identidade social. Essas características estão ligadas “ao *ser colono*”, a afeição a terra, a família e as experiências e conhecimentos passados de geração em geração, que expressa “a produção e a reprodução das relações sociais” (GAZOLLA, 2004, p. 83).

Assim, a produção para o autoconsumo familiar é utilizada pelos agricultores familiares como uma estratégia de reprodução socioeconômica, em que garante autonomia, soberania e segurança alimentar a unidade familiar. É uma prática produtiva que contribui com a diversificação dos meios de vida, pois é uma alternativa de garantir o sustento da família, como enfatizada por Wanderley (1995, p. 42), ao discutir sobre a diversificação da produção agropecuária

“[...] a diversificação das atividades é uma estratégia muito frequentemente adotada pelos agricultores brasileiros, a tal ponto que constituiu uma de suas principais características [...], onde o esforço de diversificação se destina, não só a ampliar o leque de produtos comercializáveis, mas igualmente a garantir o autoconsumo”.

Essa estratégia de produzir para garantir o próprio sustento da família é utilizada por 32 famílias entrevistadas nos três assentamentos rurais estudados. Entre os principais produtos cultivados e produzidos pelas famílias estão as de origem animal (como ovos, leite, carnes, entre outros) e vegetais temporários ou permanentes (como mandioca, feijão, abóbora, melancias, erva-mate, cana de açúcar, hortaliças e pomares). Das famílias que utilizam essa estratégia, 15 ainda comercializam o excedente de produtos e complementam a renda familiar (Figura 10).

A produção para o autoconsumo como estratégia de reprodução social também é observada em outros estudos com agricultores familiares em assentamentos rurais. Segundo Duval, Ferrante e Valencio (2008), ao estudar o contexto dos Assentamentos Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro, localizados em Araraquara/SP, destacam que a produção para o autoconsumo familiar é uma das principais estratégias de reprodução social utilizadas pelas 61 famílias entrevistadas, em que reduz o risco alimentar e nutricional das mesmas.

Nos dois assentamentos rurais estudados, os autores identificaram o cultivo da fruticultura, de grãos, de mandioca e de hortaliças, destinadas tanto a comercialização como ao consumo da família (DUVAL; FERRANTE; VALENCIO, 2008). Ressaltam que a fruticultura é uma das atividades mais desenvolvidas pelas famílias e que apresentam, além de benefícios financeiros, também benefícios intrínsecos à família, como a satisfação alimentar e a satisfação pessoal (presença de pássaros e sombra na propriedade) (DURVAL; FERRANTE; VALENCIO, 2008).

Figura 10 – Produção para o autoconsumo nos assentamentos rurais – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

A produção para o autoconsumo também é identificada por Zarnott, Flech e Neumann (2016), ao analisar os estilos de agricultura e as estratégias de reprodução social de treze famílias residentes no Assentamento Conquista da Esperança de Tupanciretã/RS. Segundo os autores, todas as famílias entrevistadas realizam a produção para o autoconsumo familiar, que refletem sua cultura e condição econômica (ZARNOTT; FLECH; NEUMANN, 2016).

Além da produção e cultivo dos alimentos destinados ao consumo da família, como hortaliças, frutas, mandioca, batata, feijão, entre outros, os autores ainda identificaram a presença de produtos processados pelas famílias, como queijos, salames, doces, vinhos, entre outros, que apesar de serem comercializados também são consumidos pelas mesmas (ZARNOTT; FLECH; NEUMANN, 2016). Assim, a produção para o autoconsumo é utilizada pelos agricultores do Assentamento Conquista Esperança como estratégia de garantir o consumo familiar e gerar renda complementar a família.

Outro estudo recente que também corrobora a importância do autoconsumo familiar em assentamentos rurais é o de Ferron (2019), que analisa as estratégias de reprodução familiar de onze agricultores familiares de Santana do Livramento/RS. Segundo o autor a produção para o autoconsumo proporciona às famílias economia de recursos econômicos, bem como, o consumo de alimentos orgânicos e saudáveis. Esses aspectos são associados aos hábitos alimentares e culturais dos agricultores familiares (FERRON, 2019).

Como nesse estudo e nos demais mencionados acima, a diversificação produtiva também está presente na produção para o autoconsumo realizada pelos agricultores familiares estudados por Ferron (2019). Entre os principais produtos cultivados estão os de origem animal, como carne de gado, criação de suínos e galinhas, ovos, entre outros, e de origem vegetal, como hortaliças, mandioca, batata, pomares, entre outros. Além dos produtos alimentícios, o autor também menciona produtos de higiene como a produção de sabão caseiro (FERRON, 2019).

Assim, a produção para o autoconsumo é uma estratégia essencial à reprodução social do grupo familiar e é empregada pela maioria dos agricultores familiares, não somente assentados, que vivem no meio rural. Além dos benefícios relacionados ao consumo, também garantem a segurança e soberania alimentar do grupo familiar, a economia de recursos financeiros e a alternativa de complementação da renda da família, entre outros, garantindo a permanência e a reprodução socioeconômica dos agricultores no campo.

5.5 ESTRATÉGIA DE ACESSO AOS MERCADOS INSTITUCIONAIS

Os mercados institucionais são compostos por um conjunto de atores e organizações públicas que visam à compra de alimentos da agricultura familiar, principalmente pelo Estado (GRISA, 2009). Essa alternativa tem por finalidade o desenvolvimento rural dos territórios e coloca a agricultura familiar como a principal protagonista na garantia da soberania e segurança alimentar as comunidades públicas rurais e urbanas (GRISA, 2009; PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014). Além disso, confere renda e trabalho aos agricultores familiares no meio rural, bem como, a reprodução socioeconômica dos mesmos.

A oficialização dos mercados institucionais no Brasil teve como marco a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003 e posteriormente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 2009 (GRISA; SCHNEIDER, 2014). De modo geral, a criação desses programas tinha como finalidades a segurança alimentar e nutricional de famílias em vulnerabilidade social, à valorização da produção local, ecológica e orgânica da agricultura familiar e a geração de renda às famílias rurais (GRISA; SCHNEIDER, 2014; CAZELLA et. al., 2016).

Especificadamente, o PAA foi criado no ano de 2003 e regulamentado somente no ano de 2008. Seus principais objetivos são o acesso a alimentos e o desenvolvimento da agricultura familiar (PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014; CAZELLA et. al., 2016). A compra de produtos é realizada de agricultores familiares, assentados, indígenas, pescadores

artesanais, entre outros, desde que se enquadrem nos critérios estabelecidos pela Lei nº 11.326/06 da Agricultura Familiar (CAZELLA et. al., 2016). Após a compra desses produtos, estes são destinados ao banco de alimentos e às associações assistenciais para a confecção de cestas básicas de alimentos distribuídos a populações em vulnerabilidade social (PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014; CAZELLA et. al., 2016).

Já o PNAE passou, a partir do ano de 2009, a ter enfoque no desenvolvimento territorial por meio da compra de produtos de agricultores familiares locais destinados à merenda escolar. Assim, foi criada a Lei nº 11.947 no ano de 2009, que dispõe sobre a alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos de ensino básico, onde pelo menos 30% dos recursos federais destinados para a compra de alimentação escolar devem ser empregados na aquisição de produtos de agricultores familiares locais, tais como de assentados, de comunidades tradicionais, quilombolas, entre outros (GRISA; SCHNEIDER, 2014; CAZELLA et. al., 2016).

Além disso, no ano de 2012, também ficou instituído que estados, municípios e órgãos federais de administração direta e indireta poderiam realizar suas compras institucionais diretamente com os agricultores familiares por meio das chamadas públicas, utilizando seus próprios recursos financeiros (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Essa ação beneficiou além das escolas da rede básica de ensino, outras organizações e instituições públicas como restaurantes universitários, creches, hospitais, presídios, entre outros (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

No caso dos assentamentos rurais estudados, apenas uma das famílias entrevistadas participa dos mercados institucionais. Para essa família, a comercialização de produtos junto ao PNAE é uma das principais estratégias com a finalidade de geração de renda familiar. A produção de produtos destinados ao PNAE e produzidos pela família é diversificada, composta por alface, repolho, couve-flor, cenoura, temperos verdes, mandioca, feijão, entre outros, sendo destinadas em torno de dois hectares para o cultivo desses produtos.

No ano de 2019, o montante comercializado pela família junto ao município de Palmeira das Missões foi de R\$ 11.160,18, em que constituiu na comercialização de cinco itens/produtos: alface lisa e crespa, brócolis híbrido, couve-flor, repolho e temperos verdes (salsa e cebolinha) (PREFEITURA DE PALMEIRA DAS MISSÕES, 2020). Além da aquisição de produtos da família mencionada, o município também adquiriu produtos de outros onze agricultores familiares (não assentados) e de quatro cooperativas (uma de agricultores), transacionando um montante de R\$ 321.246,77 repassados pelo Fundo Nacional

de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (PREFEITURA DE PALMEIRA DAS MISSÕES, 2020).

Figura 11 – Produção da família que participa do PNAE – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

Observando esses dados, percebe-se a baixa participação de agricultores familiares, especialmente de assentamentos rurais, aos mercados institucionais do PAA e PNAE. Esse fato já foi destacado por Cazella et al. (2016), em que mencionam o baixo percentual de agricultores que acessam os referidos programas. Segundo os autores, “no ano de 2012, quando se teve o maior número de agricultores contemplados pelo PAA (185.979), apenas 4,3% dos estabelecimentos da agricultura familiar tiveram acesso ao programa” (CAZELLA et al., 2016, p. 65).

A baixa participação dos agricultores familiares ao PAA e ao PNAE também pode ser observada em outros dois estudos. Marques, Barata e Alves (2016), ao analisar o fornecimento de produtos de agricultores familiares de São Gabriel/RS ao PNAE, identificaram que o programa contempla poucos agricultores no município, sendo que somente três comercializam seus produtos efetivamente dos sete selecionados pela chamada pública de 2014.

Entre os problemas relatados pelos agricultores de São Gabriel/RS estão o transporte e logística do município, pelas péssimas condições de vias, os requisitos de sanidade e o período em que a chamada pública foi realizada, que prejudicou a entrega de alguns dos produtos e a sua qualidade (MARQUES, BARATA E ALVES, 2016). Contudo, apesar das dificuldades, os agricultores destacam o fornecimento de alimentos ao PNAE benéfico pela

comercialização do excedente de produção e da complementação da renda familiar (MARQUES, BARATA E ALVES, 2016).

Já Santana e Lima (2018) analisaram como tais programas (PAA e PNAE) contribuem para as estratégias de desenvolvimento da agricultura familiar, sobretudo, no contexto de produção de um grupo de mulheres do Assentamento Lagoa do Serrote II (Denir), no Ceará. Segundo os autores, de um conjunto de 30 famílias que compõem o assentamento rural, apenas oito delas acessam e comercializam seus produtos por meio do PAA e PNAE (SANTANA; LIMA, 2018).

Em relação ao presente estudo, uma das maiores dificuldades destacada pela família no acesso aos mercados institucionais está a falta de assistência técnica especializada, que deveria ser realizada pela Emater do município. Esse fato é observado pelo relato de uma entrevistada, quando questionada da existência de serviços de assistência técnica na propriedade:

[...] Não, só tem a Emater, mas não vem quase. Nós precisava por causa das estufas, às vezes tem coisas que seria bom um técnico vir olhar, como as pestes nas verduras, e porque algumas plantas não querem produzir, como a batata doce, tentamos de tudo que é jeito e não produz [...] (Entrevistado 14).

A falta de assistência técnica como um dos entraves de acesso e permanência nos mercados institucionais também é observada por Cazella et al. (2016). Segundo os autores, a falta de assistência técnica “em termos de capacidade e efetividade”, combinada com a falta de conhecimentos dos agricultores, principalmente dos mais vulneráveis, geram desafios aos agricultores familiares em acessar os mercados do PNAE e PAA (CAZELLA et al., 2016, p. 65). Assim, muitos dos agricultores acabam sendo excluídos desses programas ou acabam não acessando por falta de orientações e de conhecimento sobre os mesmos (CAZELLA et al., 2016).

A participação de atores públicos é um fator essencial na dinamização de programas e políticas entre os agricultores, tal como o acesso e permanência nos mercados institucionais. Esse aspecto é destacado por Paula, Kamimura e Silva (2014), ao descrever a trajetória de acesso dos agricultores familiares do Município de Mineiros/GO aos mercados institucionais do PAA e PNAE. Segundo os autores, a principal dificuldade no início da prática do PNAE no município em 2012 era a não padronização dos alimentos e a insuficiência de produtos destinados às escolas. Do montante recebido do FNDE para a compra de alimentos da

agricultura familiar no município, apenas 0,63% foi utilizado (PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014).

Assim, a Emater juntamente com outros órgãos públicos do município de Mineiros, como a Prefeitura Municipal, organizou uma cooperativa de agricultores para a comercialização de produtos por meio PNAE. Na cooperativa foram disponibilizados técnicos da Emater e demais profissionais para dar assistência aos agricultores e para fazer a gestão da cooperativa. Esse processo dinamizou a comercialização dos agricultores do município que passaram a atender com mais precisão as suas demandas (PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014).

Guilhoto et al. (2005), ao abordar as contribuições da agricultura familiar para a economia do Brasil e do Rio Grande do Sul, corroboram a carência dos agricultores familiares aos incentivos do governo, inclusive em economias desenvolvidas como nos Estados Unidos. Segundo os autores, é essencial ao desenvolvimento da agricultura familiar a elaboração de políticas de crédito, de assistência técnica, de acesso à terra e, sobretudo, a promoção da educação e práticas associadas ao cooperativismo (GUILHOTO et al., 2005).

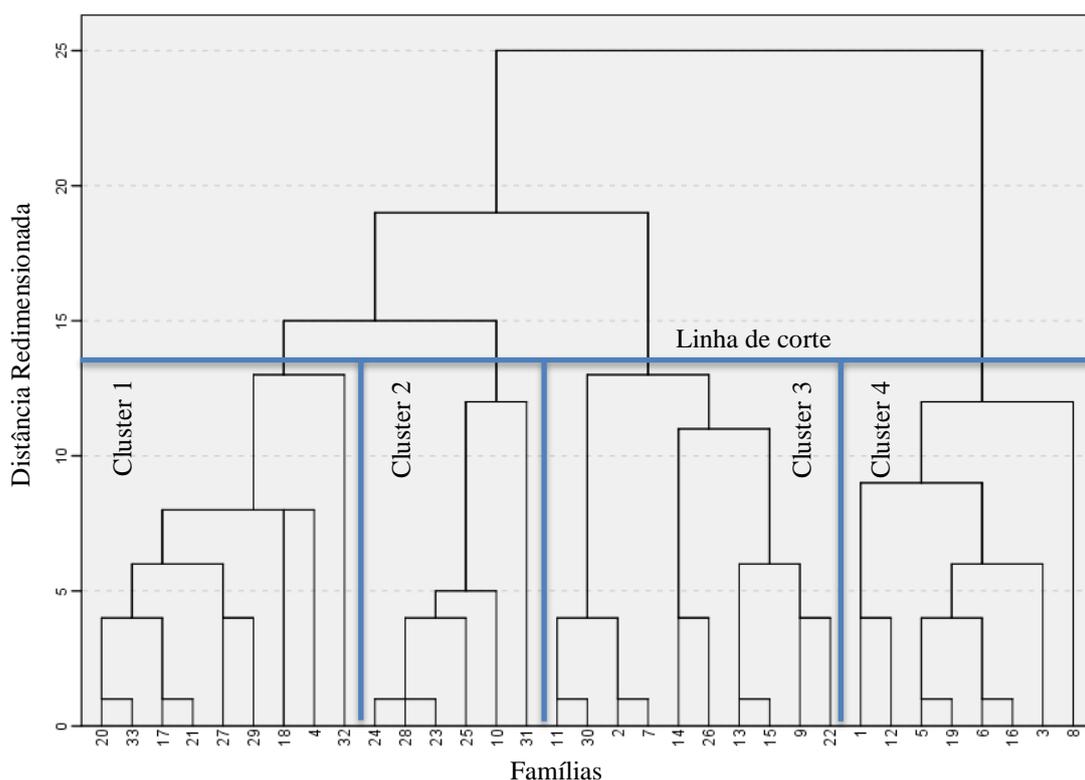
Assim, os mercados institucionais são importantes mecanismos de desenvolvimento da agricultura familiar no meio rural e trilham uma nova dinâmica de acesso e inserção de agricultores ao mercado, onde podem comercializar seus produtos. Contudo, para que esse processo apresente eficiência em todos os âmbitos é essencial o envolvimento e articulação de diversos atores públicos, como instituições de assistência técnica e extensão rural, prefeituras, universidades, sindicatos, entre outros.

6 TIPOLOGIAS CONSTRUÍDAS COM BASE NAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA UTILIZADAS PELAS FAMÍLIAS

Para a construção dos *clusters* (grupos), de famílias que compartilham das mesmas estratégias de reprodução socioeconômica, foram utilizadas as seguintes variáveis: assistência técnica, parcerias agrícolas, pagamento de serviços agrícolas, equipamentos agrícolas, práticas produtivas, diversificação de atividades e de renda, pluriatividade, pecuária, agricultura, autoconsumo e acesso a créditos financeiros. Essas variáveis foram escolhidas porque remetem as estratégias utilizadas pelos agricultores (descritas no capítulo anterior), bem como, a alguns ativos ausentes às propriedades ou pouco acessados pelas famílias.

Para cada variável mencionada foram atribuídos valores binários ou *dummy* de 0 e 1, em que 1 significa a presença de determinada variável na propriedade e 0 a sua ausência. Os resultados demonstraram a existência de quatro *clusters* de famílias, em que cada *cluster* formado compartilha estratégias semelhantes, delimitadas pela linha horizontal azul sobre o dendrograma (Gráfico 20). Quanto menores as distâncias das ramificações maiores são as semelhanças entre as famílias do mesmo *cluster* ou agrupamento e maiores são suas diferenças entre os demais *clusters* ou agrupamentos formados.

Gráfico 20 – Dendrograma de representação das ramificações formadas pela análise de *clusters* no SPSS – 2020



Fonte: Resultados da pesquisa a campo, 2020.

O *cluster* 1 é composto por nove famílias (20, 33, 17, 21, 27, 29, 18, 4 e 32), que são caracterizadas pela diversificação produtiva, a produção para o autoconsumo, a combinação de diferentes práticas produtivas, o desenvolvimento da agropecuária e o acesso à créditos como as principais estratégias de reprodução socioeconômica familiar (Quadro 4). No entanto, o grupo possui baixa incidência de assistência técnica e do desenvolvimento da pluriatividade.

Assim, o *cluster* 1 é definido, especificadamente, por famílias agrícolas que utilizam a agricultura e a pecuária como principais atividades de geração de renda familiar, uma vez que a incidência da pluriatividade entre as famílias é baixa (realizada somente por uma das famílias do *cluster*). Contudo, não são famílias totalmente mecanizadas, ou seja, a incidência de pagamento de serviços agrícolas é alta, principalmente, quando associados à colheita e o escoamento da produção.

Quadro 4 – Características do *Cluster* 1 – 2020

Variáveis	Ausência	Baixa Incidência	Média Incidência	Alta Incidência
Acesso a créditos				X
Agricultura				X
Parceria da terra	x			
Assistência Técnica		x		
Autoconsumo				X
Equipamentos Agrícolas				X
Diversificação				X
Pagamento de Serviços Agrícolas				X
Pecuária			x	
Pluriatividade		x		
Práticas Produtivas				X

Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

O *cluster* 2 é composto por seis famílias (24, 28, 23, 25, 10 e 31), caracterizadas como pluriativas, em que associam o desenvolvimento de atividades agrícolas com atividades não agrícolas. Além disso, são famílias que possuem alta incidência de equipamentos agrícolas e a utilização de práticas produtivas, bem como, não acessam créditos financeiros para o desenvolvimento de suas atividades (Quadro 5). Além disso, a assistência técnica, a produção para o autoconsumo e a diversificação de atividades e de renda também se fazem

presente no *cluster 2*, em que possuem alta incidência entre as famílias, constituindo-se como principais estratégias de reprodução socioeconômica adotadas.

Quadro 5 – Características do *Cluster 2* – 2020

Variáveis	Ausência	Baixa Incidência	Média Incidência	Alta Incidência
Acesso a créditos		X		
Agricultura				X
Parceria da Terra	x			
Assistência Técnica				x
Autoconsumo				x
Equipamentos Agrícolas				x
Diversificação				x
Pagamento de Serviços Agrícolas		X		
Pecuária				x
Pluriatividade				x
Práticas Produtivas				x

Pesquisa a campo, 2020.

O *cluster 3* é composto por dez famílias (11, 30, 2, 7, 14, 26, 13, 15, 9 e 22) caracterizadas pelo desenvolvimento da parceria agrícola, da assistência técnica, da produção para o autoconsumo, da diversificação, da pecuária e de práticas produtivas como principais estratégias de reprodução socioeconômica familiar. Contudo, o acesso a créditos financeiros e a pluriatividade são pouco observadas nesse cluster, em que somente duas e três famílias utilizam desses atributos, respectivamente.

Quadro 6 – Características do *Cluster 3* – 2020

Variáveis	Ausência	Baixa Incidência	Média Incidência	Alta Incidência
Acesso a créditos		X		
Agricultura	x			
Parceria da Terra				x
Assistência Técnica			x	
Autoconsumo				x
Equipamentos Agrícolas				x
Diversificação				x
Pagamento de Serviços Agrícolas			x	
Pecuária				x
Pluriatividade		X		
Práticas Produtivas				x

Pesquisa a campo, 2020.

Assim, o cluster 3 é definido por famílias agrícolas em que a principal atividade desenvolvida é a pecuária e a produção para o autoconsumo familiar. Contudo, são famílias pouco tecnificadas, no que se refere ao desenvolvimento da agricultura (possuem no máximo trator e plantadeira) e, nesse sentido, a parceria agrícola é uma das estratégias utilizadas para sanar a ausência desses ativos físicos. A alta incidência de equipamentos agrícolas observada no grupo refere-se, sobretudo, a equipamentos necessários à pecuária leiteira como ordenhadeiras e refrigeradores.

O *cluster* 4 é composto por oito famílias (1, 12, 5, 19, 6, 16, 3, 8), caracterizadas pelos altos índices de realização de parcerias agrícolas e de produção para o autoconsumo familiar (Quadro 7). O acesso a créditos financeiros, o desenvolvimento da agricultora própria, o pagamento de serviços agrícolas e as práticas produtivas mostram-se ausentes nesse *cluster*, bem como, a assistência técnica, a posse de equipamentos agrícolas, a diversificação, a pecuária e a pluriatividade são desenvolvidos em baixa incidência pelas famílias.

Quadro 7 – Características do *Cluster* 4 – 2020

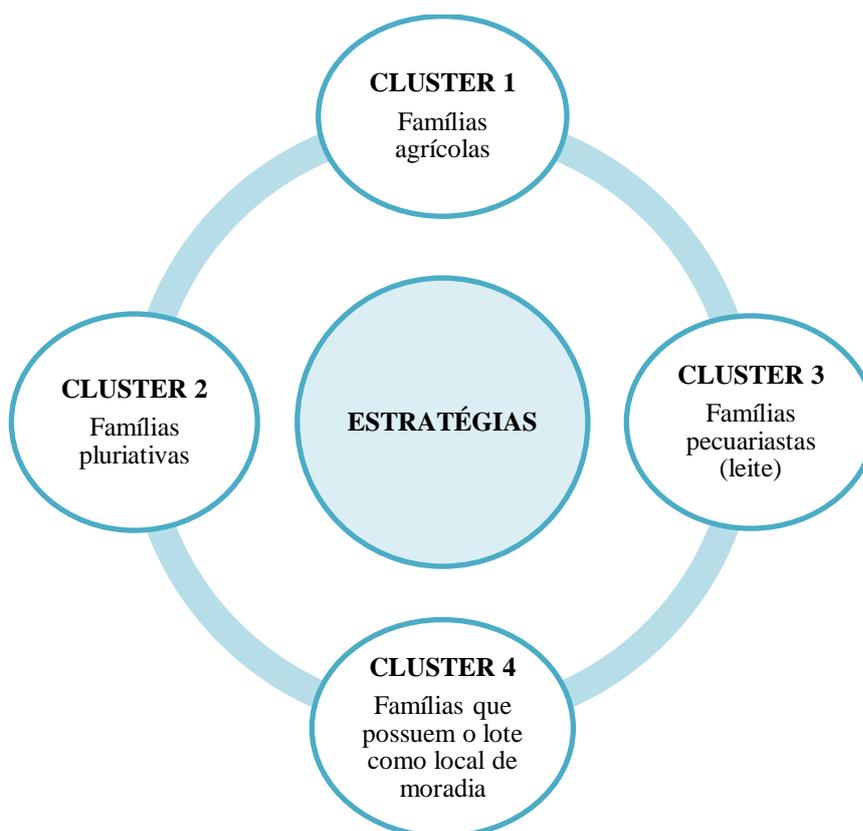
Variáveis	Ausência	Baixa Incidência	Média Incidência	Alta Incidência
Acesso a créditos	x			
Agricultura	x			
Parceria da Terra				x
Assistência Técnica		x		
Autoconsumo				x
Equipamentos Agrícolas		x		
Diversificação		x		
Pagamento de Serviços Agrícolas	x			
Pecuária		x		
Pluriatividade		x		
Práticas Produtivas	x			

Pesquisa a campo, 2020.

Além disso, o *cluster* 4 apresenta sete famílias compostas por pessoas com mais de 60 anos, em que cinco possuem os proprietários aposentadas. Assim, esse *cluster* é definido por famílias que se apresentam fora da idade produtiva e sem sucessores (filhos moram na propriedade e não trabalham nela ou os filhos não residem mais na propriedade), em que adotam a estratégia de parcerias agrícolas para permanecerem na propriedade, seu local de moradia.

Em síntese, pode-se classificar cada cluster e as famílias que o compõem de acordo com suas estratégias de ocupação ou trabalho (Figura 12). Assim, os *clusters* são definidos por apresentar famílias: agrícolas, pluriativas, pecuaristas, sobretudo, pela alta intensidade do desenvolvimento da atividade leiteira e as que consideram o lote como local de moradia e de autoconsumo familiar, em que utilizam as parcerias agrícolas como estratégia de permanência no campo e de cultivo da área produtiva.

Figura 12 – Síntese dos *clusters* identificados – 2020



Fonte: Pesquisa a campo, 2020.

A diversidade de estratégias de reprodução socioeconômica familiar é uma das características dos grupos familiares que compõem não somente os assentamentos rurais, mas também outras famílias que vivem no meio rural, como pode ser percebido pelos inúmeros trabalhos mencionados no decorrer da discussão dos resultados obtidos pela pesquisa a campo. Além disso, as estratégias de reprodução familiar não são definidas somente pelo local em que a família reside, mas sim pelo contexto econômico, político, social e cultural em que está presente.

Esses aspectos também são observados pelo estudo de Ferron (2019) nos assentamentos rurais de Santana do Livramento (RS). Segundo o autor, as estratégias de reprodução social dos agricultores dependem de um conjunto variado de situações, tais como, “circunstâncias de vida, conhecimentos pessoais, expectativas futuras, tamanho das famílias, recursos necessários disponíveis, capital intelectual, entre outros” (FERRON, 2019, p. 141). Assim é de fundamental importância a atuação do setor público, principalmente, de assistência técnica no meio rural (ativo ausente em grande parte dos assentamentos rurais) para que as famílias consigam garantir sua reprodução e permanência no meio rural.

Além disso, a disponibilidade e o acesso aos ativos necessários a unidade familiar são determinantes na construção das estratégias pelas famílias e configura a escolha por fazer uma ou mais atividades, como serão divididas as tarefas entre os membros, no que investir no momento, como gerir a propriedade, entre outros fatores. Assim, quanto maior a disponibilidade e o acesso das famílias a ativos sejam eles humanos, financeiros, sociais, físicos ou naturais, maiores são as alternativas ou melhor, as estratégias construídas pelas mesmas para garantir a reprodução socioeconômica da unidade familiar e a sua permanência no meio rural.

7 CONCLUSÃO

Esse estudo abordou a análise das estratégias de reprodução socioeconômica utilizadas por agricultores familiares residentes nos assentamentos rurais do município de Palmeira das Missões (RS). Assim, buscou contribuir com temas referentes ao desenvolvimento da agricultura familiar, sobretudo, entender como as famílias rurais garantem a sua sobrevivência e constroem suas estratégias de reprodução socioeconômicas no meio rural, de maneira a continuar no campo, garantir o bem estar familiar e desenvolver suas atividades.

A escolha dos assentamentos rurais como contexto empírico de pesquisa deu-se por três razões: a continuidade do estudo nos assentamentos rurais do município, por minha família residir em um dos assentamentos estudados e por haver poucos estudos desenvolvidos no meio acadêmico que discutem e analisam estratégias de reprodução socioeconômica no âmbito de assentamentos rurais, espaços também caracterizados pela luta e resistência da agricultura familiar.

Para alcançar o objetivo principal de pesquisa, foram construídos três objetivos específicos, em que foram organizados os resultados da pesquisa a campo nos assentamentos. O primeiro objetivo destacou os ativos humanos, naturais, físicos, financeiros e sociais, bem como, as atividades agrícolas, não agrícolas e desenvolvidas fora da propriedade rural, que caracterizam as famílias assentadas com base na teoria de diversificação dos meios de vida de Ellis (2000). A partir desse primeiro objetivo, podemos concluir que nem todas as famílias possuem acesso a todos os ativos necessários para garantir a sua sobrevivência. Assim, a ausência de determinados ativos levam as famílias a buscar alternativas para suprir sua falta, o que determinam as diferentes estratégias de reprodução socioeconômica utilizadas.

Essas estratégias são identificadas no capítulo 5, que procurou responder o segundo objetivo específico de pesquisa, onde estão às estratégias de produção, de renda e de trabalho, de parceria agrícola, de autoconsumo familiar e de acesso aos mercados institucionais do PNAE. As estratégias de produção envolvem a diversificação de atividades e a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, como forma de obtenção de renda (ativo financeiro), uma vez que somente a renda agrícola não consegue suprir as necessidades da família.

Ainda nas estratégias de produção, também foram observadas estratégias de investimento na produtividade do solo (ativo natural), como a utilização de calcários, adubação química e orgânica, entre outros, que elevam a produção agropecuária e os ativos financeiros das famílias. Outra estratégia utilizada pelas famílias é o acesso a recursos financeiros, tais como do Pronaf, uma vez que as mesmas não dispõem de ativos financeiros

suficientes para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas na propriedade. Foi possível identificar, que esses recursos possibilitaram as famílias investir na propriedade, pela aquisição de ativos físicos ausentes, como a construção de galpões, salas de ordenha, aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, entre outros, bem como custear as lavouras.

Contudo, embora esses recursos sejam importantes para o desenvolvimento econômico e produtivo das famílias, ele é pouco acessado. Entre os motivos são que a família não precisa mais desses recursos ou que não pode mais acessar, o que inclui dívidas com o banco. Assim, a primeira questão pode ser explicada pelas famílias onde os proprietários já são aposentados (na maioria dos casos) e que realizam parcerias agrícolas.

A segunda questão é a mais preocupante, pois a limitação de organização da propriedade rural pelo próprio agricultor (ativo humano), ou a falta de informações e, talvez a baixa escolaridade (ativo humano) de alguns sejam fatores que interferem nesse caso. Além da falta de assistência técnica (ativo social) observada nos assentamentos, que poderiam ser excepcionais nessa questão, como uma ferramenta de auxílio à limitação de gestão e organização da propriedade.

Outra estratégia de produção observada na pesquisa é a troca de serviços agrícolas ou dias de serviços pelas famílias. Essa estratégia é utilizada, principalmente, pela falta de máquinas e equipamentos agrícolas (ativos físicos) necessários à produção agropecuária. Assim, a socialização (que envolve os ativos sociais) entre as famílias vem a suprir essa necessidade.

Quanto às estratégias de renda e de trabalho, envolvem a diversificação de rendas e a pluriatividade. Essas estratégias são utilizadas, principalmente, pelas famílias que relataram que somente as atividades agrícolas não são suficientes para suprir as necessidades da mesma. O desenvolvimento de atividades agrícolas vem como forma de solução para essa questão, ao mesmo tempo, que garantem a unidade familiar permanecer no campo, bem como, ter mais recursos financeiros para conseguir investir na propriedade rural. A pluriatividade vem crescendo cada vez mais no campo, não somente nos assentamentos rurais, e tem sido, assim como observada na pesquisa, utilizada como uma estratégia de reprodução socioeconômica familiar.

Em relação às estratégias de parceria agrícola, utilizada por grande parte das famílias entrevistadas, principalmente, por famílias onde os proprietários já são aposentados e os filhos não residem mais na propriedade (ativos humanos). Essa estratégia é utilizada como uma forma de suprir à falta de ativos físicos (máquinas e implementos agrícolas) e financeiros necessários a produção agropecuária. Contudo, também se define como uma estratégia de

renda, uma vez que os rendimentos provenientes da atividade correm menos riscos e perdas comparadas à produção por conta própria.

Já as estratégias de produção para o autoconsumo familiar é utilizada por grande parte das famílias entrevistadas. Essa estratégia é uma forma da família garantir alimentos saudáveis ao consumo familiar, bem como, reduzir custos com produtos alimentícios na propriedade rural. Além disso, também é uma atividade que possibilita a complementação de renda, uma vez que algumas famílias comercializam o excedente de sua produção. Nesse mesmo sentido, uma das estratégias utilizada por uma das famílias entrevistadas é a participação nos mercados institucionais via PNAE. Essa estratégia foi uma das alternativas encontrada pela família de garantir renda e a reprodução socioeconômica de sua unidade familiar.

Além da produção para o autoconsumo, o desenvolvimento de outras atividades agrícolas na propriedade rural também é importante para que a reprodução socioeconômica familiar aconteça. Uma dessas atividades que merece destaque é a pecuária leiteira, desenvolvida pela maioria das famílias entrevistadas. A atividade é desenvolvida, principalmente, pela obtenção de renda mensal, proveniente da venda do leite. Assim, se constitui como uma estratégia de renda e de trabalho empregada pelas famílias entrevistadas.

A partir dessas estratégias, o estudo também procurou identificar tipologias nos assentamentos rurais, que permitiu separar os grupos de famílias que compartilham de estratégias semelhantes. Assim, identificaram-se quatro grupos. O primeiro é composto por famílias agrícolas, ou seja, tiram seu sustento e constroem suas estratégias basicamente no desenvolvimento de atividades votadas à agropecuária. Contudo, são famílias que apresentam pouca tecnificação quanto a máquinas e implementos agrícolas.

O segundo grupo é composto por famílias que baseiam suas estratégias na combinação de atividades agrícolas e não agrícolas como forma de garantir a reprodução do grupo familiar, ou seja, são famílias pluriativas. O terceiro grupo é composto por pecuaristas, ou seja, famílias que desenvolvem a pecuária leiteira com alta e média intensidade, para obter seu sustento. E o quarto grupo é composto por famílias que consideram o lote como local de moradia e de autoconsumo familiar, em que utilizam as parcerias agrícolas como estratégia de permanência no campo e de cultivo da área produtiva.

No caso do primeiro e terceiro grupo, que utilizam estratégias associadas à produção agropecuária, o acesso à assistência técnica seria muito importante para potencializar e dar continuidade a reprodução socioeconômica da unidade familiar, ativo ausente nos assentamentos rurais estudados. O acesso à assistência técnica poderia trazer contribuições para os agricultores assentados, principalmente, quanto a gestão e organização das atividades.

Além disso, os serviços de assistência técnica poderiam incentivar os agricultores ao acesso a de políticas públicas, como as de crédito de investimento. Essa alternativa supriria a falta de ativos físicos e proporcionariam maiores investimentos na atividade, garantindo a sua continuidade.

A falta de motivação no desenvolvimento da agricultura (cadenciada pela falta de recursos financeiros, assistência técnica, limitações de gestão e organização, ativos físicos, altos investimentos, entre outros) é um dos fatores que levam aos agricultores buscar por atividades não agrícolas ou fora da propriedade rural, como forma de complementar a renda. Assim, a Política de Reforma Agrária vai muito além de apenas distribuir terras e criar assentamentos, ela deve proporcionar os meios e os recursos necessários para que esses agricultores consigam se reproduzir social e economicamente sobre aquele pedaço de terra.

Esse cenário é observado no segundo grupo de famílias, onde as principais estratégias estão associadas à pluriatividade. Além disso, não somente nesse estudo, mas em outras pesquisas sobre a agricultura familiar e os assentamentos rurais observadas, a pluriatividade torna-se uma das principais estratégias de reprodução socioeconômica no meio rural e, está cada vez mais frequente entre as famílias. É uma prática que garante à geração de renda a família, dinamiza a organização da mão de obra familiar, pode minimizar a intenção de venda do lote e incentiva o desenvolvimento de outras atividades, mas sem desconsiderar a produção agropecuária.

Já com relação ao quarto grupo, que consideram o lote como local de moradia, as famílias utilizam como principais estratégias de reprodução socioeconômica familiar à parceria agrícola e a produção para o autoconsumo. São famílias onde os proprietários já estão aposentados e os filhos, geralmente, não residem mais na propriedade. Os pais, para não sair do lote, que muitas vezes é dado pelo vínculo criado com o local e com a vida no campo, optam por realizar as parcerias agrícolas, que muitas vezes é realizada com famílias que residem no próprio assentamento (vizinhos). Contudo, um fato importante nesse último grupo, é o da continuidade das atividades dessas famílias e o destino do lote em um futuro próximo, que possivelmente, será o de venda.

Assim, as estratégias são criadas para suprir essa demanda, afim de que novos ativos necessários à construção dos meios de vida e a reprodução socioeconômica do grupo familiar sejam alcançados, tais como, renda, educação e bem estar familiar. Ressalta-se a importância do desenvolvimento de estudos nessa temática, uma vez que é possível identificar as principais dificuldades dos agricultores no campo e, então, melhor direcionar os programas e

políticas públicas para esse meio, em especial de assistência técnica e de infraestrutura (principais problemas encontrados na pesquisa).

Contudo, uma das limitações do estudo é que ele não pode ser generalizado a todos os contextos, bem como, a períodos de tempo, até mesmo para as famílias estudadas, pois como podemos perceber pelo referencial teórico, as estratégias construídas refletem as condições, sociais, econômicas, políticas e culturais do contexto em que cada família vive. Assim, para evidenciar essas características em espaços de tempo e lugares diferentes é necessário que os métodos sejam reempregados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, p.132-52, 1998.
- ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 1999. p. 147-173.
- ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.1, p.66-93, 1986.
- ALVES, J. **A Dinâmica agrária do município de Ortigueira (PR) e a reprodução social dos produtores familiares: uma análise das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004. 316 f.
- BARBOSA, P. J. F. et al. A importância da diversificação agrícola como complemento na renda familiar na região de Manhuaçu – MG. **Revista do Centro de Ciências, Economia e Informática (CCEI)**, URCAMP, v.20, n. 35, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições: Lisboa, v. 70, 1977.
- BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B. Reforma agrária no Brasil do século XXI: bloqueios e ressignificações. In.: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: SEAF, 2017.
- BASSO, D. **Desenvolvimento local e estratégias de reprodução das famílias rurais: abordagens sobre o desenvolvimento rural na região noroeste do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2004.
- BAUMEL, A.; BASSO, L. C. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, G.; CAMARGO FILHO, M.; FÁVARO, J. L. (Orgs.). **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava: Ed. UNICENTRO, 2004.
- BEBBINGTON, A. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. **World Development**, v. 27, n. 12, p. 2021-2044, 1999. DOI: 10.1016/s0305-750x(99)00104-7
- BEBBINGTON, A.; ROJAS, R.; HINOJOSA, L. Contributions of the Dutch Co-Financing Program to Rural Development and Rural Livelihoods in the Highlands of Perú and Bolivia. **Synthesis Report**, University of Colorado, Boulder, v. 28, 2002.
- BERNSTEIN, H. Capitalism and petty-bourgeois production: class relations and divisions of labour. **The Journal of Peasant Studies**, v. 15, n. 2, p. 258-271, 1988. DOI: 10.1080/03066158808438360.

BONAVIGO, L.; GUBERT, J. E. Diagnóstico das Secretarias Municipais da Agricultura quanto à Elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR): região da Associação dos Municípios da Zona da Produção (AMZOP) do Estado do Rio Grande do Sul. In: COTRIM, D. (Org.). **Desenvolvimento rural e agricultura familiar**. Coleção Desenvolvimento Rural, v. 3, p. 600-623, Porto Alegre, RS: Emater/Ascar, 2014.

CAMARGO, R. A. L. de; OLIVEIRA, J. T. A. de. Family farming, multifunctionality of agriculture and rurality: Interfaces of a complex reality. **Ciência Rural**, v. 42, n. 9, Santa Maria, 2012. DOI: 10.1590/S0103-84782012005000068

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92625>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

CAZELLA, A. A. et al. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 49-79, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p49>

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. **Sustainable Rural Livelihoods**: practical concepts for the 21st century. IDS Discussion Paper, Brighton: IDS, 1992.

CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. **Ensaio FEE**, v. 31, n. 1, 2010.

COSTA, C. M. O. da. Processo organizativo em assentamentos rurais: um olhar sobre a fazenda Pirituba. Dissertação, Mestrado em Engenharia Agrícola, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas (SP): 2001. 128 f.

CRAVIOTTI, C.; PALACIOS, P. La Diversificación de los Mercados como Estrategia de la Agricultura Familiar. **Revista de Economía e Sociologia Rural**. Piracicaba, São Paulo, v. 51, Supl. 1, p. S063-S078, 2013.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural**: uma abordagem decisorial. Ed. 4, São Paulo: Atlas, 2006.

DELGADO, G. C. A questão agrária hoje. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: SEAF, 2017.

DOMENICO, M. L. Di; MILLER, G. Farming and tourism enterprise: experiential authenticity in the diversification of independent small-scale family farming. **Tourism Management**. v. 33, p. 285-294, 2012.

DURVAL, H. C.; FERRANTE, V. B.; VALENCIO, N. F. L. da S. Produção de autoconsumo em assentamentos rurais: princípios da agricultura sustentável e desenvolvimento. **Anais...**, 46º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, Rio Branco – Acre, 2008.

DURVAL, H. C.; FERRANTE, V. B.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Autoconsumo e as escalas de diversificação agrícola em um assentamento rural. **Raízes**, v. 32, n. 2, p. 32 – 55, 2012.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **The Journal of Development Studies**, v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998. DOI: 10.1080/00220389808422553

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ELLIS, R. Introduction: Investigating Form-Focused Instruction. **Language Learning**, A Journal of Research in Language Studies, v. 51, p. 1-46, 2001. DOI: 10.1111/j.1467-1770.2001.tb00013.x

EMBRAPA. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Módulos fiscais**, 2020. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em: 13 ago. 2020.

FÁVERO, L. P, et al. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Análise de dados, técnicas multivariadas exploratórias**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

FERNANDES, B. M. Acampamento. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 23-27.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. Homens e mulheres nos assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 20/21, p. 121-147, São Paulo, 1997.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. Assentamentos rurais na agenda política do desenvolvimento local: a retórica e a prática. **Interações**, Campo Grande, v. 6, n. 9, 2004. DOI: <https://doi.org/10.20435/interacoes.v6i10.528>.

FERRARI, E. A. **Agricultura familiar camponesa, agroecologia e estratégias de reprodução socioeconômica**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2016. 136 f.

FERRON, J. da L. **Estratégias de reprodução social dos agricultores familiares assentados em Santana do Livramento/RS**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Pampa, 2019. 163 p.

FIGLIARESE, J. G. P.; PLEIN, C. A produção para autoconsumo na agricultura familiar: uma questão de liberdade alimentar. **Revista Faz Ciência**, v. 19, n. 29, p. 46-60, 2017.

FLECH, E. M. et al. O retrato das famílias assentadas do Rio Grande do Sul a partir do sistema integrado de gestão Rural da ATES. **Anais...**, VII Simpósio de Reforma Agrária e Questões Rurais, Araraquara, 2016. Disponível em: <<https://www.uniara.com.br/eventos/vii-simposio-reforma-agraria-questoes-rurais/#item-s-sessoes>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

FRIEDMANN, H. World market, state and family farm: social bases of household production in the era of wage labor. **Comparative Studies in Society and History**, v. 20, n. 4, p. 545-586, 1978. DOI: 10.1017/S001041750001255X.

GASPARI, L. C. de; KHATOUNIAN, C. A. Características das famílias, estruturação da produção e estratégias de comercialização em um assentamento de reforma agrária. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 2, p. 243-260, 2016.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2004. 287 f.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 89-122, 2007.

GERHARDT, T. E. et al. Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GRISA, C. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Anais...**, 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, Porto Alegre – RS, 2009.

GRISA C.; CONTERATO, M. A. A produção para o autoconsumo no Brasil: entre a importância econômica e o reconhecimento social. **Anais...**, 49º Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, Belo Horizonte – MG, 2011.

GRISA, C.; SCHNEIDER S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RER)**, Piracicaba, São Paulo, v. 46, n. 02, p. 481-515, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032008000200008>

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RER)**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014. DOI:<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>.

GRISA, C.; SCHNEIDER S.; CONTERATO. M. A. A produção para autoconsumo no Brasil: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. In.: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Orgs). **Aspectos Multidimensionais da Agricultura Brasileira**: diferentes visões do censo agropecuário de 2006. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Governo Federal, p. 165-184, 2013.

GUEDES, A. C.; CAZELLA, A. A. Arrendamento de terras e agricultura familiar na região meio oeste de Santa Catarina. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 20, n. 4, p. 1249-1261, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v20i4.1877>.

GUILHOTO, J. J. M. **Agricultura familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 44 p.

HAIR, J. F. J. et al. **Análise multivariada de dados.** 6ª ed. Porto Alegre: BOOKMAN, 2009.

HEREDIA, B. et al. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 10, n. 1, p. 73-111, 2002.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama de Cidades:** Palmeira das Missões. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/palmeira-das-missoes/panorama>>. Acesso: 25 mai. 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 2017** (dados preliminares). Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 20 jun. 2019.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relatório dos assentamentos.** Superintendência Regional, Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

LAMARCHE, H. (coord.). Introdução geral. In: **A agricultura familiar: comparação internacional.** Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 13-22.

LEITE, S. P. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia brasileña. **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina,** São Paulo, Hucitec, p. 123-181, 2004.

LEITE, S. P. Crédito rural. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 172-180.

LUTKE, V. et al. A mercantilização da agricultura familiar no contexto dos assentamentos rurais no município Santana do Livramento/RS. **Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção – SBSP** (Congresso), Pelotas, 2016.

MARQUES, A. C. C.; BARATA, A. J. S. S.; ALVES, R. R. Analysis of products supply from farming family for the national school feeding programme (PNAE) are in the municipality of São Gabriel-RS. **Ciência e Natura**, v. 38, n. 2, p. 96, 2016. DOI:10.5902/2179-460X21889.

MARTINS, J.de S. **Os camponeses e a política no Brasil.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARTINS, S. P. **Políticas Públicas e o Desenvolvimento Socioeconômico da Agricultura Familiar:** um estudo nos assentamentos de reforma agrária de Palmeira das Missões – RS. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Palmeira das Missões, 2018.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, p. 130-151, 2017. DOI: 10.19093/res.v18i37.3981.

MATTE, A. et al. Fatores condicionantes a permanência ou saída dos filhos em propriedades de agricultura e pecuária familiar no Rio Grande do Sul. **Anais...**, 52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, p. 1-14, Goiânia, 2014.

MATTE, A.; WAQUIL, P. D. Vulnerabilidade social e a construção de estratégias de enfrentamento e adaptação para pecuaristas de corte no Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 28, p. 107-125, 2013. Editora UFPR. DOI: 10.5380/dma.v28i0.31460.

MATTE, A. **Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. 176 f.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.

MAYER, C. E.; WERLANG, N. B. O processo de tomada de decisão em propriedades rurais de Itapiranga – SC. **INOVAAGRO**, I Workshop de Práticas Tecnológicas no Agronegócio e Mostra de Empreendedorismo, v. 1, Faculdade de Itapiranga (FAI), Santa Catarina, 2016.

MEDEIROS, L. S. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, R. M. V; MOREIRA, V. S. As novas configurações do espaço agrário no Rio Grande do Sul / Brasil: da pecuária tradicional ao complexo agroindustrial da soja. **Confins**, Revista Franco-brasileira de Geografia, 2014. DOI: 10.4000/confins.8805

MELLO, P. F. **Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. 227f.

MOREIRA, S. da L. **Estratégias e modelos sucessórios em propriedades rurais do município de Cruz Alta/RS**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (PPAGR), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Palmeira das Missões/RS, 2018.

NEUMANN, E.; FAJARDO, S. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo (PR): reflexões sobre as contribuições do Sindicalismo Rural na agricultura familiar. **Revista NERA**, n. 37, p. 253-277, Presidente Prudente, 2017.

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá (Colômbia), v. 5, n. 61, p. 41-70, 2008.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 75-102, dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v14i3.566>.

OLIVEIRA, D. C. de. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Revista enfermagem UERJ**, v. 16, n. 4, p. 569-576, 2008.

OLIVEIRA, M. L. R. Assentamentos rurais: um espaço em construção de famílias de origem migrante no entorno do distrito federal. In: FEITOSA, A. M. A.; ZUBA, J. A. G.; CLEPS JR, J. **Debaixo da Lona: Tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2006.

PAULA, M. M. de; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. da. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, v. 23, n. 1, p. 33-43, 2014.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2007. 339 f.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. Diversificação agrícola e não agrícola da agricultura familiar. In: **Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

PEREIRA, M. de A., SOUZA, M. e SCHNEIDER, S. Meios de vida e livelihoods: aproximações e diferenças conceituais. **Revista IDeAS**, v. 4, n. 1, p. 41-62, 2010.

PICCIN, M. B. Assentamentos rurais e geração de renda: posição social restringida, recursos socioculturais e mercados. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 115-141, 2012.

PLOEG, J. D. van der. **Labor, markets and agricultural production**. Westview Press, 1990.

_____. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In.: PLOEG, J. D. van der; LONG, A. **Born from within: Practice and perspectives of endogenous rural development**. Assen: Van Gorcum, 1994. p. 7-30

_____. **The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry**. Assen: Van Gorcum, 2003.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-56.

_____. **Camponeses e a arte da agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DAS MISSÕES. **Ata de reunião: julgamento de propostas da chamada pública nº 22/2019 sobre a aquisição de merenda escolar da agricultura familiar**. Palmeira das Missões, 2020. Disponível em: <<https://www.palmeiradasmissoes-rs.com.br/index.php/publicacoes/licita/editais>>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

RAMOS, A. **Metodologia da pesquisa científica: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2009.

RAMOS, P. O arrendamento nos lotes dos projetos de assentamento de trabalhadores rurais: uma possibilidade a considerar? **Anais...** 44º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, Fortaleza (CE), 2006.

RODRIGUES, S. T. S. **O crédito rural promotor do desenvolvimento e o Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. 208 f.

SABOURIN, E. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. **TOMO** - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, n. 7, 2004. DOI: 10.21669/tomo.v0i0.5244.

SANT'ANA, A. L. **Raízes na terra**: as estratégias dos agricultores familiares de três municípios da Mesorregião de São José do Rio Preto (SP). Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003. 246 f.

SANTANA, A. L.; TARSITANO, M. A. A. Tipificação das famílias de oito assentamentos rurais da região de Andradina (SP), com base em diferentes estratégias de produção e comercialização. **RESR**, Piracicaba (SP), v. 47, n. 03, p. 615-636, 2009.

SANTANA, L. S. L.; LIMA, F. A. X. Os programas PAA e PNAE e seus efeitos sobre um grupo de mulheres do assentamento Lagoa do Serrote II. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, Viçosa, v. 7, n. 1, p. 311-336, 2018.

SCHNEIDER, I. Êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 21, n. 4, p. 259-268, 1994.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003. DOI: 10.1590/S0102-69092003000100008.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, v. 6, n. 11, Porto Alegre, p. 88-125, 2004. DOI: 10.1590/S1517-45222004000100006.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS**, Revista do Centro de Estudos Rurais, UNICAMP, v. 4, n. 1, p. 129-158, 2010.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (Orgs.). **Savanas**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1.014.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. Resistance strategies and diversification of rural livelihoods: the construction of autonomy among Brazilian family farmers. **Journal of Peasant Studies**, 2010, 37 (2), pp. 379-405. DOI: 10.1080/03066151003595168.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.

SIEB, D. L. Desafios das Cooperativas de Agricultores Familiares: o caso do Assentamento Rio Paraíso. **COLÓQUIO** - Revista do Desenvolvimento Regional, Taquara/RS, v. 15, n. 2, p. 39-57, 2018.

SILVA, J. G. da; GROSSI, M. del; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 19, n. 1, p. 37-67, 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.35977/0104-1096.cct2002.v19.8795>

SITOE, T. A. A abordagem dos modos de vida como ferramenta de análise das estratégias de sobrevivência no meio rural africano. **Desenvolvimento em Questão**, v. 9, n. 17, p. 39-60, 2011. DOI: 10.21527/2237-6453.2011.17.39-60

SOARES, M. P. **Santo Antônio da Palmeira**. Ed. 2. Porto Alegre: BELS, 2004.

SOUZA, P. M. de et al. Diferenças regionais de tecnologia na agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 57, n. 4, p. 594-617, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.169354>.

SPANEVERELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2008. 221 f.

SPANEVERELLO, R. M. et al. A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 40, p. 348-372, 2017.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Ed. 3. Passo Fundo: UPF, 2001. 405 p.

VANCLAY, F. et al. The social and intellectual construction of farming styles: testing Dutch ideas in Australian agriculture. **Sociologia Ruralis**, v. 46, n. 1, 2006. DOI: 10.1111/j.1467-9523.2006.00404.x

WANDERLEY, M. de N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Revista Reforma Agrária**, n. 25, Campinas, p. 37-57, 1995.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. et al. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo (RS): EDIUPF, 1999, v. 3, p. 21-55.

WAQUIL, P. D.; CONCHA-AMIN, M. A construção de tipologias: uma aplicação das análises fatorial e de agrupamentos. In: RADOMSKY, G.; CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Pesquisa em desenvolvimento rural: técnicas, base de dados e estatística aplicadas aos estudos rurais**. Ed. 1, v. 2. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

ZARNOTT, A. V.; FLECH, E. M.; NEUMANN, P. S. Estilos de agricultura e estratégias de reprodução social no Assentamento Conquista da Esperança, município de Tupanciretã/RS. **REDES**, Revista do Desenvolvimento Regional, v. 21, n. 3, p. 146-164, 2016. DOI: 10.17058/redes.v21i3.7636.

ZIGER, V. **O crédito rural e a agricultura familiar: desafios, estratégias e perspectivas.** Cresol, 2013. Disponível em: <
<https://publicacresol.cresolinstituto.org.br/upload/pesquisa/73.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS AGRICULTORES ASSENTADOS EM PALMEIRA DAS MISSÕES (RS)

ENTREVISTA: ESTUDO SOCIOECONÔMICO – ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM PALMEIRA DAS MISSÕES/RS

Data da entrevista: ____/____/____ N°: _____
Nome do Assentamento: _____ Entrevistado (a): _____

BLOCO I – CAPITAL HUMANO

1. Nível de escolaridade e atividades desenvolvidas pelo integrante (divisão das tarefas):

Integrantes da Família	Escolaridade	Atividade

1 não-alfabetizado; 2 primário; 3 secundário incompleto; 4 secundário completo; 5 superior incompleto; 6 superior completo; 7 técnico

2. A família está na propriedade rural desde que ano: _____

3. Quais atividades eram desenvolvidas pela família antes do assentamento? _____

4. Quais foram os motivos ou razões que levam a família a fazer parte do assentamento? _____

5. Como a propriedade foi adquirida: () Lote adquirido () comprada () por meio de sucessão

6. Número de pessoas residentes na propriedade rural: ____ Idosos (mais de 65 anos)
____ Adultos (de 13 a 64 anos) ____ Crianças (até 12 anos)

7. Quantos membros da família trabalham na propriedade? _____

8. Como você considera os serviços de saúde disponibilizados no assentamento ou comunidade próxima á qual tem acesso?
() Péssimo () Ruim () Regular () Bom () Excelente

BLOCO II – CAPITAL SOCIAL

9. Qual é o nível de participação nas atividades abaixo relacionadas?

Atividades	Nível de Participação
Associação ou cooperativa	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente

Organização Religiosa	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente
Sindicato Rural	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente
Oficinas (jogos, danças, artesanato, etc.)	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente
Outros. Qual?	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente

10. Quais são os benefícios vistos na participação das atividades assinaladas acima? _____

11. Você recebe alguma assistência técnica e de extensão rural em sua propriedade rural? (Caso não, desconsiderar a questão seguinte). () Sim. Quais? _____ () Não

12. Considerando os tipos de assistência técnica e de extensão rural, assinale a frequência com que os mesmos ocorrem e seu nível de importância (benefícios) a propriedade rural.

Atividades ou Serviços	Frequência	Importância
Palestras e Reuniões	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequente	Baixa <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Alta
Especializações e Cursos	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequente	Baixa <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Alta
Dias de Campo	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequente	Baixa <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Alta
Oficinas	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequente	Baixa <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Alta
Projetos	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequente	Baixa <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Alta
Programas Sustentáveis	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequente	Baixa <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Alta
Outros: Qual?	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequente	Baixa <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Alta

13. Consegue ter assistência técnica e de extensão rural quando precisa? _____

BLOCO III – CAPITAL NATURAL

14. Quantidade de terra em hectares: _____

15. Como você avalia de 1 a 10, a qualidade da terra que possui:

Péssimo 1 : 2 : 3 : 4 : 5 : 6 : 7 : 8 : 9 : 10 Excelente

16. Quais são os mecanismos/técnicas de correção de solo utilizados?

() adubo orgânico (esterco) () adubo mineral () adubo “verde” (nabos, culturas para palha/cobertura vegetal) () calcários () utilização de minhocas (minhocultura) () rotação de culturas () análise de solo () Outros: _____

17. Quantos hectares é agricultável/mecanizada: _____

18. Possui área verde (APP) na propriedade? () Sim. Quantos em ha _____ () Não.

19. Você paga ou recebe arrendamento? () Paga () Recebe () não paga e não recebe.

20. Caso receba arrendamento, quantos por cento da area é destinada a tal finalidade?

21. Quais são os benefícios vistos ao arrendar a terra? _____

22. Qual a forma de abastecimento da água na propriedade? () poço artesiano
() fonte de agua () cisterna () encanada () Outro. Qual? _____

23. De 1 a 10, como você considera o nível de qualidade da água ao qual possui acesso?
Péssimo 1 : 2 : 3 : 4 : 5 : 6 : 7 : 8 : 9 : 10 Excelente

BLOCO IV – CAPITAL FÍSICO

24. Como é confeccionada a casa?

() Tijolo sem reboco () Tijolo com reboco () Madeira () Mista (tijolo/madeira) () Outro.

25. Como avalia a qualidade de sua moradia hoje? () Péssima () Ruim () Regular
() Boa () Excelente

26. Qual seu nível de satisfação, de 1 a 10, com sua propriedade?

Insatisfeito 1 : 2 : 3 : 4 : 5 : 6 : 7 : 8 : 9 : 10 Satisfeito

27. Dentre os equipamentos abaixo relacionados à produção, quais destes possuem em sua propriedade? () Trator () Colheitadeira () Pulverizador () Ordenhadeiras

() Refrigerador a granel () Semeadoras ou plantadeiras () Caminhão () GPS () Outros.

28. Qual seu nível de satisfação, de 1 a 10, com seu maquinário e implementos agrícolas?

Insatisfeito 1 : 2 : 3 : 4 : 5 : 6 : 7 : 8 : 9 : 10 Satisfeito

29. Com que frequência você paga pelos seguintes serviços:

Serviços	Frequência
Plantação	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente
Colheita	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente
Escoamento da Produção	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente
Silagem	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente
Pela aplicação de fertilizantes	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente
Pela aplicação de insumos (adubos, calcários, ureias...).	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente
Outro: Qual?	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente

30. Práticas produtivas e tecnologias adotadas na propriedade:

() Sementes melhoradas; () animais de genética diferenciada; () irrigação () semeadura direta; () adubação química/orgânica; () defensivos agrícolas () agricultura de precisão; () Outros: _____

31. Como você avalia os bens de infraestrutura na propriedade:

Itens	Avaliação
Estradas de acesso	Péssimo <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Excelente
Redes de Internet e Telefone	Péssimo <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Excelente
Acesso à água	Péssimo <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Excelente

32. Dentre as dificuldades no campo, quais tem maior nível de relevância em sua propriedade rural:

Dificuldades	Nível de Relevância
Falta de Crédito ou Recursos Financeiros	Baixo <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Alto
Área de Produção Insuficiente	Baixo <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Alto
Falta de Equipamentos Agrícolas	Baixo <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Alto
Falta de Assistência Técnica	Baixo <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Alto
Custos de Produção Elevados	Baixo <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Alto
Baixa Valorização da Produção	Baixo <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Alto
Poucos Pontos de escoamento Local da Produção	Baixo <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Alto
Difícil Acesso a Propriedade Rural (muito longe de grandes centros)	Baixo <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Alto
Fatores Climáticos	Baixo <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Alto
Outros. Qual?	Baixo <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Alto

BLOCO V- CAPITAL FINANCEIRO

33. Como são tomadas as decisões na família? _____

34. Todos participam? _____

35. Quem é o ultimo a decidir? Por quê? _____

36. Em relação às atividades produtivas realizados em sua propriedade:

Atividade	Intensidade	Características	Área produzida/produktividade	
Agricultura (grãos)	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto	<input type="checkbox"/> Soja	Área cultivada: _____ Produtividade (Ha): _____
		<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto	<input type="checkbox"/> Milho	Área cultivada: _____ Produtividade (Ha): _____
		<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto	<input type="checkbox"/> Trigo	Área cultivada: _____ Produtividade (Ha): _____
		<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto	<input type="checkbox"/> Outro: _____	Área cultivada: _____ Produtividade (Ha): _____
Pecuária Leiteira	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto	Vacas em lactação: _____ Vacas secas: _____ Possui criação de novilhas: <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> leite <input type="checkbox"/> queijos, etc.	Pastagens: _____ Milho (silagem): _____ Aveia e outros grãos: _____
Pecuária de Corte	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto	Quantidade de animais: _____ <input type="checkbox"/> Cria e engorda <input type="checkbox"/> Cria <input type="checkbox"/> Engorda <input type="checkbox"/> cria somente para o consumo familiar	Pastagens: _____ Milho (silagem): _____ Aveia e outros grãos: _____
Apicultura	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto		Média de produção mensal: _____
Agroindústria	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto		Média de produção mensal: _____
Hortifrúti	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto		Média de produção mensal: _____
Outros	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto		

37. Das atividades desenvolvidas acima, quais foram suas motivações em desenvolvê-la na propriedade? Quais são os benefícios que ela oferece a família, além da renda?

38. Em relação às atividades relacionadas ao consumo familiar, quais possuem em sua propriedade:

Atividade	Possui?	Comercializa?
Criação de aves de corte	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente
Criação de suínos	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente
Criação de Galinhas (crioulas) e ovos	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente
Açude com peixes	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente
Hortas	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente
Pomar	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente
Outros: _____	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente
Possui plantação de: <input type="checkbox"/> mandioca; <input type="checkbox"/> batata-doce; <input type="checkbox"/> batatinha; <input type="checkbox"/> feijão; <input type="checkbox"/> abóbora; <input type="checkbox"/> arroz		Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente

39. Com que frequência você acessa os seguintes créditos:

Crédito	Acesso	Frequência
Pronaf Investimento	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente
Pronaf Custeio (lavoura)	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente
Seguro Agrícola	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente
Programa Mais Alimentos	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente
Outro: Qual? _____	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Raramente <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Frequentemente

40. Porque ou qual a finalidade do acesso dos créditos assinalados acima? _____

41. Caso não acesse nenhum crédito, qual é o motivo do não acesso?

42. Caso acesse PRONAF, quanto tempo possui de DAP? menos de 5 anos de 5 a 10 anos de 10 a 15 anos de 15 a 20 anos acima de 20 anos

43. Com exceção da renda adquirida pela atividade rural, quais são as outras fontes de renda e qual é a sua importância para o gerenciamento das atividades da propriedade rural?

Tipos de Renda		Importância	Rendimento
Aposentadorias	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Baixa <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Alta	<input type="checkbox"/> 1 salário mínimo <input type="checkbox"/> 2 salários mínimos <input type="checkbox"/> acima de 2 salários
Pensões	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Baixa <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Alta	

Bolsa Família	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Baixa <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Alta	
Arrendamentos	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Baixa <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Alta	Quantidade de sacas por hectare? _____
Outros. Qual?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Baixa <u>1</u> : <u>2</u> : <u>3</u> : <u>4</u> : <u>5</u> : <u>6</u> : <u>7</u> : <u>8</u> : <u>9</u> : <u>10</u> Alta	

44. Caso alguém da família exerça atividade remunerada, este é desenvolvido:

Local de Trabalho Assalariado	Atividade Desempenhada/Quem desempenha?	Rendimento
<input type="checkbox"/> no assentamento		<input type="checkbox"/> até 1 salário mínimo () 1 a 2 salários () 2 a 3 salários () 3 a 4 salários () acima de 4 salários
<input type="checkbox"/> na cidade local		<input type="checkbox"/> até 1 salário mínimo () 1 a 2 salários () 2 a 3 salários () 3 a 4 salários () acima de 4 salários
<input type="checkbox"/> em cidades vizinhas		<input type="checkbox"/> até 1 salário mínimo () 1 a 2 salários () 2 a 3 salários () 3 a 4 salários () acima de 4 salários
<input type="checkbox"/> temporário _____		<input type="checkbox"/> até 1 salário mínimo () 1 a 2 salários () 2 a 3 salários () 3 a 4 salários () acima de 4 salários

45. Qual é a renda total das atividades agropecuárias (mensal ou anual)?

<input type="checkbox"/> até R\$ 1.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 1.000, 00 a R\$ 2.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 2.000, 00 a R\$ 4.000,00
<input type="checkbox"/> R\$ 4.000, 00 a R\$ 6.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 6.000, 00 a R\$ 8.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 8.000 a R\$ 10.000,00
<input type="checkbox"/> R\$ 10.000,00 a R\$ 12.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 12.000, 00 a R\$ 14.000,00	<input type="checkbox"/> acima de R\$ 14.000,00

46. A renda total somente das atividades agropécuaras na propriedade rural consegue suprir os custos da mesma? () Discordo Totalmente () Discordo Parcialmente () Indiferente () Concordo Parcialmente () Concordo Totalmente

47. É realizada no assentamento a troca de serviços (silagem, plantação, colheita, etc.) entre os agricultores? () sim () não